

Günter Weimer



ARQUITETURA DE PORTO ALEGRE: os primórdios



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS)
Rua Dona Laura, 320 | Bairro Rio Branco | Porto Alegre/RS | (51) 3094.9800
www.caurs.gov.br

Conselho Editorial do CAU/RS

André Huyer
Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Célia Ferraz de Souza
Luiz Antônio Machado Veríssimo

Assessoria Técnica do CAU/RS

Gabriela Belnhak Moraes
Marcele Danni Acosta
Tales Völker

Capa

Domitila Carolino
Arte-final: Juliano Dall'Agnol

Projeto gráfico e diagramação

Domitila Carolino
Isabel Kubaski
Roseli Menzen

Supervisão editorial

Roger Kessler Gomes

Editor

Astomiro Romais

ESTE EXEMPLAR NÃO PODE SER COMERCIALIZADO

Edital de Chamada Pública nº 01/2016

Permite-se a reprodução PARCIAL desta publicação sem fins comerciais e desde que citada a fonte. Ressalta-se que a violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W422a Weimer, Günter.

Arquitetura de Porto Alegre: os primórdios / Günter Weimer. – Canoas: Ed. ULBRA, 2019.
152p.: il.

1. Arquitetura. 2. História. 3. Porto Alegre (RS). I. Título.

CDU 72(816.51)

Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Martinho Lutero – ULBRA/Canoas

ISBN: 978-85-7528-573-2

Formato: 16x23cm | Fontes: Garamond Pro e Avenir LT Std



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – Os primórdios.....	9
1.1 A Sesmaria.....	10
1.2 Os açorianos	12
1.3 O Porto do Dorneles.....	20
1.4 O loteamento da Sesmaria de Santana.....	24
1.5 A sede da Sesmaria do Dorneles.....	27
1.6 A transferência da Capital.....	31
1.7 Contribuições indígenas.....	39
1.8 O município.....	44
1.9 Porto Alegre segundo Dreys	46
1.10 Porto Alegre segundo Saint-Hilaire	47

1.11 Dois solares	56
1.12 A primeira modernização.....	61
1.13 O início do Primeiro Império	62
CAPÍTULO 2 – A evolução arquitetônica de Porto Alegre	75
2.1 Os indígenas	76
2.2 O lugar.....	78
2.3 O arranhamento.....	81
2.4 O arraial	83
2.5 O povoado	87
2.6 O Palácio do Governo.....	90
2.7 O Quartel do Exército	92
2.8 A Matriz	94
2.9 As Irmandades	98
2.10 A Assembleia Legislativa	110
2.11 A sede municipal	111
2.12 De vila a cidade	125
2.13 O plano urbanístico	135
REFERÊNCIAS.....	145
CRÉDITO DAS IMAGENS	149



PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) apresenta um conjunto de publicações de autoria de arquitetos e urbanistas do Estado selecionadas a partir de edital público. O objetivo é registrar e divulgar amplamente a relevante produção dos profissionais e pesquisadores gaúchos a partir de seus trabalhos de investigação e produção técnica.

As publicações são resultado de uma parceria do CAU/RS com a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL), entidade responsável pela Feira do Livro de Porto Alegre, e com a Editora da ULBRA, igualmente escolhida através de processo público para realizar a produção e a impressão dos trabalhos selecionados. Aos parceiros agradecemos, assim como aos colegas que trabalharam na Comissão de Seleção das publicações e a todos os funcionários do CAU/RS que se envolveram direta ou indiretamente neste projeto.

Com esta iniciativa, o CAU/RS acredita estar contribuindo para cumprir com sua obrigação de promover e valorizar a profissão oferecendo para toda a sociedade publicações de qualidade, utilizando de forma adequada parte dos recursos arrecadados de todos os arquitetos e urbanistas do Estado, aos quais também

agradecemos, além de estar informando e formando profissionais para a construção de cidades mais justas e belas.

Tiago Holzmann da Silva

Arquiteto e urbanista

Presidente do CAU/RS

Gestão 2018-2020



INTRODUÇÃO

Porto Alegre pode ser considerada uma cidade privilegiada sob o ponto de vista dos estudos históricos. Sucessivamente têm surgido trabalhos que abordam aspectos novos e inusitados. Quando nos propusemos a examinar a história de sua arquitetura, deparamo-nos com um número bastante grande de autores que, especialistas ou não, deram substanciais contribuições a essa pesquisa em livros, revistas e artigos. Até mesmo em assuntos mais específicos, como o de seu urbanismo, existem diversos estudos de considerável importância.

A grande vantagem destas contribuições é a de que, quanto mais variado é o seu leque, maiores se tornam as dúvidas a respeito até mesmo de fatos tidos como sacramentados e irrefutáveis. Quando recebemos da FAPERGS o financiamento para realizar cópias de mais de trezentos rolos de microfilmes que registravam os conteúdos de cerca de cem mil projetos de arquitetura encaminhados para a aprovação na Prefeitura Municipal entre 1892 e 1957, nos deparamos com um universo de contribuições tão grande que, literalmente, ficamos atordoados com a variedade das informações. Desde então temos tentado dar conta de nossas descobertas no manuseio destes processos. O surgimento de um número cada vez

maior de profissionais da concepção de projetos nos forçou a rever os conceitos tradicionais do profissional da arquitetura e, mais do que isso, nos questionar sobre o conteúdo técnico e estético na forma como ele foi evoluindo durante estas quase sete décadas de realizações.

À medida que estávamos dando publicidade a nossas pesquisas, ia amadurecendo a convicção da necessidade de uma ampliação destes estudos. A concentração de nossos esforços num período limitado deixava evidente que havia um passado de grandes e contraditórias realizações cujo conhecimento era indispensável para o entendimento dos dados que estavam aflorando. Foi desta forma que surgiu a ideia de escrever um trabalho de maior fôlego.

Quando assumimos a disciplina de História da Arquitetura Brasileira da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em meados da década de 1980, em decorrência da aposentadoria do nosso mestre, o professor Júlio Nicolau Barros de Curtis, começou a amadurecer a ideia da criação de uma disciplina específica da História da Arquitetura de nosso Estado. Por estarmos em Porto Alegre, esboçamos um projeto de escrever uma história da arquitetura e da evolução em diversas etapas.

Foi dessa forma que veio a lume o primeiro volume em que tratamos do surgimento da cidade, onde damos vez ao conhecimento dos primeiros arquitetos e a alguns personagens esquecidos sem cujo trabalho não teria surgido uma cidade pioneira em tijolo e telha cerâmica no sul do Brasil: os indígenas missionários que foram subtraídos aos castelhanos e estabelecidos na Aldeia dos Anjos, e os “marinheiros” que deram vida ao Porto do Dorneles com a construção de navios transatlânticos, fazendo deste povoado a Capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro.



CAPÍTULO 1

Os primórdios

A origem de Porto Alegre vem se constituindo em objeto de intensos debates há muito. Para uns, teria sido fundada em cinco de novembro de 1740, posto que nesta data foi emitida, em Goiás, onde se encontrava o governador de São Paulo, a carta da Sesmaria de Santana a Jerônimo Dorneles Menezes e Vasconcelos, na qual surgiria a cidade.

Sabe-se que o sesmeiro era madeirense e foi atraído pela febre do ouro a Minas Gerais, onde teve um filho ilegítimo com uma índia. Como era comum na época, não conseguiu enriquecer com a exploração do metal, razão pela qual se transferiu para Guaratinguetá, em São Paulo, onde gerou uma filha ilegítima com certa Luciana da Luz. Em 1723 contraiu núpcias com Lucrécia Leme Barbosa, com a qual teve dez filhos¹, oito mulheres e dois homens, dos quais o mais velho morreu

¹ Fabiana Dorneles nasceu em Guaratinguetá, em 1724. Rita Menezes também nasceu em São Paulo, em 1727. Maria Leme Barbosa nasceu em Laguna, “entre 1730 e 1731”. Manoel nasceu na Sesmaria de Santana, em 1735, e morreu afogado em 1757, no Rio dos Sinos. Gertrudes Barbosa de Menezes nasceu em 1736. Clara Barbosa de Menezes nasceu em 1738. Teresa Barbosa de Menezes nasceu em 1742. Ignora-se a data de nascimento de Brígida Dorneles de Menezes e

afogado no Rio dos Sinos quando mal completara a maioridade. Em 1732 já estava estabelecido no Morro de Santana, no Município de Viamão, no Rio Grande do Sul. De acordo com as leis então vigentes, depois de construir as primeiras benfeitorias e dedicar-se à criação do gado, requereu o título de propriedade da sesmaria em que estava assentado, o qual obteve em 1740.

1.1 A Sesmaria

O entendimento de que a data da concessão das terras teria sido a da fundação da cidade esbarra em diversos problemas. O primeiro é a do significado das palavras “fundar” e “cidade”. Em seu sentido atual, fundar é criar algo que ainda não existe, como uma empresa, um clube. No passado colonial, o entendimento era outro. Naquela época a “fundação” era um privilégio real e consistia na emissão de um documento específico que concedia certos privilégios à “vila” ou à “cidade”.

Nestas condições, Porto Alegre só poderia ter sido “fundada” se houvesse uma carta (ordenação) que assim o determinasse, o que só viria a acontecer bem mais tarde. O documento de doação a Dorneles deixa bem explícito que ele só garantia a concessão da propriedade da gleba de terra.

O segundo objeto de contrariedades é o nome do sesmeiro. Este documento deixa claro que o novo proprietário seria Jerônimo Dorneles Menezes (de Vasconcelos) como, aliás, o confirmam assinaturas de próprio punho. Como era comum, a concessão de nomes longos trazia consigo o inconveniente de exigir uma assinatura longa. Isso era contornado com a abreviação do nome. Segundo a tradição portuguesa, esta forma abreviada se compunha do primeiro e do último nome. Este deveria ser, portanto, Jerônimo de Vasconcelos. Por alguma razão desconhecida, o sesmeiro se tornou conhecido por Jerônimo Dorneles, o que ficou evidenciado na denominação do trapiche que foi construído em suas terras que ficou popular como “Porto do Dorneles”. Por esta razão, entendemos como sendo totalmente

de José Raimundo Dorneles, mas sabe-se que nasceram na Sesmaria de Santana. Este descontrole do sobrenome dado aos diversos filhos é bem característico daqueles tempos e a causa das enormes dificuldades na pesquisa genealógica. A forma usual de utilizar o último sobrenome – Jerônimo, por exemplo – não vingou (ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII, *In: Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 1044/5, 3º vol.).

destituída de fundamento a notícia de que seu sobrenome teria sido “d’Ornellas” ou “de Ornellas”, como insistem alguns autores.

Como atribuir a fundação da cidade à simples concessão da sesmaria mostrava-se altamente problemático, surgiu uma segunda corrente que entendia que a cidade surgiu com a invasão das terras de Jerônimo Dorneles por um grupo de sessenta casais de açorianos, em 1752.

Efetivamente, em 1750, Portugal e Espanha celebraram um acordo que visava estabelecer em definitivo os limites entre as terras das duas coroas em território americano. No que tange ao Rio Grande do Sul, foi nomeada uma comissão binacional para fixar estes limites. Por parte dos interesses portugueses, ela foi chefiada pelo governador-geral da colônia, Gomes Freire de Andrada, que se dirigiu à Capitania acompanhado de uma equipe de funcionários altamente qualificada, entre eles vários arquitetos militares.

Quando os trabalhos se iniciaram, surgiram inconformidades entre os indígenas missioneiros porque o tratado previa a troca das missões do Tapé (noroeste do atual Rio Grande do Sul) pela Colônia do Santíssimo Sacramento. Com isso os indígenas reduzidos deveriam transferir-se para o território argentino, a oeste do Rio Uruguai. Como os nativos já habitavam há muitos séculos as terras da margem ocidental, julgavam-se no direito de permanecer na área em que viveram seus ancestrais. A inconformidade transformou-se no conflito aberto denominado Guerra Guaranítica. Esta, na realidade, foi antes uma operação de extermínio da qual sobrou apenas um reduzido contingente de velhos, mulheres e crianças que os portugueses trataram, o mais rapidamente possível, de transferir para território “seguro” no interior do Continente, primeiro próximo a Rio Pardo, e, como esta região foi considerada como demasiado próxima do território argentino para onde poderiam fugir como forma de escapar da escravidão (nunca admitida, mas sempre praticada), eles foram transferidos para a Aldeia dos Anjos, atual Gravataí, e, em menor número, para povoados próximos, como Palmares e Mostardas.

Enquanto se providenciava a demarcação, o governo português tomava iniciativas para ocupar o território missioneiro com agricultores provenientes das ilhas dos Açores e da Madeira. Antes mesmo de ter sido assinado este tratado, que recebeu o nome da cidade onde foi negociado (Madri), o Conselho Ultramarino já providenciara a vinda dos ilhéus para a costa de Santa Catarina, onde se assentaram provisoriamente, à espera das ordens para se deslocar para o Rio Grande do Sul. Tudo isso aconteceu à semelhança de uma operação militar. Quando a comissão de demarcação se aproximou do Tapé, os açorianos começaram a se deslocar rumo ao sul. Ao ser deflagrado o conflito com os indígenas, muitos ilhéus já haviam chegado

ao Rio Grande do Sul. Os pioneiros destas caravanas já estavam subindo o Rio Jacuí.

Terminada a guerra, surgiu um contratempo: com o falecimento do rei de Espanha, assumiu o trono seu irmão. Este pertencia a um segmento de oposição ao rei anterior. Os integrantes do novo partido julgavam que o tratado assinado entre Portugal e Espanha era desfavorável aos interesses espanhóis. Por esta razão, o tratado foi denunciado unilateralmente e, com isso, voltou-se à situação anterior, com os espanhóis reivindicando o domínio do território do Tapé, e os portugueses, da Colônia do Sacramento.

1.2 Os açorianos

Muitos ilhéus tomaram conhecimento destes fatos enquanto se deslocavam em seus lanchões pelo interior da Capitania. Não mais tendo para onde ir, não tiveram alternativa que não fosse a de se estabelecer às margens dos rios e da laguna dos Patos, onde se encontravam. Entre estes migrantes se contavam os hipotéticos sessenta casais que se estabeleceram provisoriamente na Sesmaria de Jerônimo Dorneles.

Existem muitas teorias sobre o local deste acampamento, mas, até o presente, não encontramos qualquer documento que dê uma indicação segura. Nem mesmo há evidência a respeito do lado da península em que se teriam estabelecido os invasores, mas descrições posteriores permitem deduzir que foi pelo lado setentrional. O que sabemos ao certo é que em 1754, quando o (futuro) Conde de Bobadela passou pelo Porto do Dorneles – onde se demorou por quinze dias – a caminho de Rio Pardo, deixou um relato sobre o arranhamento nos seguintes termos:

Está o Porto de Viamão situado ao norte do Rio Grande da parte leste do rio de quem toma em 30 graus de latitude austral e em 32 graus 21 minutos de longitude contando da Ilha do Ferro e distante do Rio Grande 58 léguas de todo a caminho. A povoação é um arraial de palha habitada de casais da Ilha e é bastante fértil...²

² REVISTA DO IHGRS, II trimestre de 1938, p. 36. A grafia desta citação e das subsequentes foi atualizada para facilitar a leitura.

Não se sabe ao certo onde foram erguidas essas palhoças, mas um indício nos é fornecido pelo desentendimento surgido, mais tarde, entre a comunidade e o primeiro pároco, o frei Faustino, o qual entendeu que o cemitério localizado no Largo da Força, mais tarde denominado de Praça da Harmonia, deveria ser transferido para novo local, “junto à cerca, no morro da Praia”, como era denominado o logradouro demarcado pelo Capitão Montanha e que se tornaria conhecido como Praça da Matriz. Como a tradição reza que os cemitérios fossem localizados na parte externa dos povoados, e que a futura ocupação do terreno ocorreu a leste deste Largo, pode-se deduzir que os ranchos dos açorianos estavam localizados junto à praia, nas imediações das atuais ruas Bento Martins e João Manoel.

É fácil de entender que Dorneles não deve ter ficado satisfeito com a “invasão” de suas terras. Embora tivesse uma dezena de filhos legítimos com os quais poderia ter feito frente a esta invasão, deve ser assinalado que oito eram mulheres, e, a esta altura dos acontecimentos, a metade já havia deixado o lar paterno e se estabelecido na nova fronteira de ocupação que eram as redondezas da atual cidade de Triunfo. Contrariado pela ocupação das terras e não tendo como expulsar os invasores, além do desgosto de ter perdido seu filho mais velho em acidente no Rio dos Sinos, Dorneles mudou-se, em 1757, para a casa de um genro³, nas cercanias de Triunfo, e depois adquiriu terras onde se estabeleceu em definitivo.

A Sesmaria de Santana foi deixada por conta de seu filho mais novo, José Raimundo Dorneles. Segundo a versão corrente, diante do impasse criado com os intrusos, o novo administrador teria resolvido hostilizá-los e, em 1760, teria armado uma tocaia contra os ilhéus, mas, por equívoco, teria atingido e matado seu vizinho Antônio Agostinho Castelo Branco. Pelos registros no primeiro livro de óbitos de Viamão, sabemos que esta versão é fantasiosa e que, na realidade, se tratou de um crime acintoso⁴ e tramado contra sua vítima. Com a fuga de José Raimundo e seu definitivo desaparecimento, a propriedade ficou acéfala e Dorneles se viu na contingência de vender sua propriedade. O comprador foi Inácio Francisco de Melo, que pagou por ela o preço de

³ O genro Francisco Xavier de Azambuja era casado com Rita de Menezes.

⁴ Nestes assentamentos o assassinato está descrito nos seguintes termos: “Don Antonio Agostinho Castel-Branco, dos casais das ilhas, morador no Porto do Dorneles, que o tinha morto a traição, de caso pensado, no meio do campo, com cinco facadas e algumas pancadas e as costelas quebradas e escondido o matador José Raimundo, filho do mesmo Dorneles, no mato, era natural de Angra, batizado na Sé, filho de D. Francisco Castel-Branco e de D. Luzia Margarida, da mesma cidade, casado com Rosa Leonor, filha de José da Silva e de Custódia da Boa-Ora. Era muito pobre (*sic*)” (ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1050/1).

800\$000 réis. O novo proprietário era um aventureiro lagunense que andava pelo interior do Continente à procura de minas de ouro. Não as encontrando, resolveu estabelecer-se como estancieiro.

Por tudo isso, fica evidente que Jerônimo Dorneles nada tem a ver com o estabelecimento do povoado de Porto Alegre, principalmente por nem ter morado em seu perímetro urbano. Consta que estivera estabelecido no Morro de Santana, em lugar até hoje desconhecido, ainda que muitos palpiteiros garantam saber onde estiveram construídas suas benfeitorias.

Se for certo que Dorneles foi apenas um ocupante passageiro dessa sesmaria, tudo estaria a indicar que foram os açorianos que teriam dado início à construção do povoado. Esta versão parece lógica e tem sido a concepção defendida por muitos. Porém, não encontra apoio na documentação.

Sabe-se que no início da década de 1770 foi tomada a resolução de mudar a sede do governo de Viamão para o Porto do Dorneles. Em seu *Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande*⁵..., em 1774, o coronel, futuro brigadeiro e governador da Capitania, Francisco João Roscio, escreveu:

Do Viamão a Porto Alegre contam quatro léguas. Esta distância é de mais áspera passagem por serem os montes mais elevados e cortados de Riachos, principalmente o arroio Itapuá com seus braços. É uma povoação principiada novamente pelo governador José Marcelino de Figueiredo⁶ e tem se aumentado muito à proporção do tempo. A sua situação é um rabo de terra montuosa (*sic*) que termina em um saco ou largo onde desembocam quatro grandes rios, que são o Gravataí, o Rio dos Sinos, o Rio Caí e o Rio Guaíba.⁷

Aqui é necessário fazer uma observação de linguagem. À época, a expressão “de novo” não tinha o significado de repetição, como se entende hoje, mas queria dizer “a partir do nada”. Era uma contemporização do termo latino “*ex novum*”. Roscio diz que a povoação foi “principiada novamente”. Esta não é uma construção verbal usual, mas não há dúvida que ela significava que foi “principiada a partir do nada”. Noutros termos, ela foi criada desde o início, em um lugar ermo, desocupado.

⁵ ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande até o Distrito do Governo de Santa Catarina*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n° 105/8, 194, p. 58/9.

⁶ Pseudônimo de Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda.

⁷ À época a parte baixa do Rio Jacuí era denominada de Rio Guaíba. Só mais tarde o nome Guaíba (do guarani *guáy* = enseada, baía + *yba* = ruim) se restringiria ao estuário.

Este documento foi gerado entre 1774/5, portanto, nos primeiros anos após a transferência da Capital de Viamão para Porto Alegre. Por isso, deve ser considerado como um documento primário.

Aqui se coloca mais um problema: se a povoação de Porto Alegre foi criada a partir da estaca zero, para onde teriam ido os açorianos que causaram tantos incômodos a Dorneles? Hoje sabemos que a solução para a ocupação ilegal de parte da sesmária foi dada pelo governador José Custódio de Sá e Faria⁸. Em carta datada de janeiro de 1768, o governador relatou ao Vice-Rei, o Conde de Azambuja, o que se segue:

Foi o Senhor Conde da Cunha ordenar-me arrumasse eu as famílias que das ilhas havia Sua Majestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haver cumprido as promessas que Sua Majestade lhes fez, quando os mandou sair de suas

⁸ José Custódio de Sá e Faria foi uma importante e controvertida figura do período colonial. Aparentemente se formou na Academia Militar de Fortificações em Lisboa, na qual foi “lente” até 1745, quando foi nomeado Superintendente das Reais Obras de Sua Majestade. Nestas condições realizou diversas obras (sítio de lazer da família real, aqueduto etc.), mas sua obra mais importante foi o mausoléu de Dom João IV. Devido a conflitos na família, pediu para ser transferido para o Brasil. Atuou em Vila Rica, Minas Gerais, por pouco tempo, pois acompanhou o governador Gomes Freire de Andrada para o Rio de Janeiro quando ele foi promovido a governador-geral da Colônia. Neste período foi encarregado de realizar diversas viagens para o interior da Colônia, quando desenhou muitos mapas e projetou um número ainda não sabido de obras civis e religiosas. Em decorrência da assinatura do Tratado de Madri, acompanhou o governador para o Rio Grande do Sul por ocasião da demarcação dos limites entre as terras de Portugal e de Castela. Seu primeiro encargo foi abrir uma estrada por cima da serra entre Santo Antônio da Patrulha e Sorocaba. Este traçado foi, em boa parte, utilizado no Governo Kubitscheck na abertura da BR 101. Com a denúncia do Tratado, ficou na Capitania na qualidade de vice-governador, quando foi encarregado da transferência dos açorianos para Taquari, vila para a qual havia projetado um forte e feito o plano de urbanismo. Em decorrência da morte do titular, assumiu a governança na Capitania, criou um estaleiro no local em que, mais tarde, surgiria Porto Alegre, e projetou a matriz/fortaleza de Viamão. Em consequência da fracassada tentativa de retomar Rio Grande, que fora tomado pelos castelhanos, foi destituído do governo quando retornou ao Rio de Janeiro, onde foi encarregado da construção de fortes e de obras das quais a mais importante foi a Igreja da Santa Cruz dos Militares, que é apontada como a obra de inflexão entre o barroco e o neoclassicismo. Ao ser informado do planejamento do ataque a Desterro (hoje Florianópolis), Sá e Faria foi encarregado da recuperação dos fortes existentes e da construção de novos. Quando do efetivo ataque castelhano, foi preso e conduzido a Montevideu. Acusado de traição pelo governo português, foi empossado como brigadeiro das tropas castelhanas, mas passou a atuar principalmente como arquiteto, com destacada atuação no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. Nestes países, tem numerosas obras tombadas. Sem dúvida, foi um dos mais importantes arquitetos da América Latina do período colonial.

terras, e para eu as arrumar em povoações tirasse das fazendas, que se tivessem dado em sesmaria, as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem, seguindo em tudo as de Sua Majestade de que se acham nesta Provedoria a respeito das mesmas famílias, e com efeito fundei a primeira povoação junto ao passo do Rio Tebiquary⁹ em condições que achei próprias para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e querendo dar princípio à Igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para Ella do mato, porém não tive meios para as ferramentas precisas, pregos, e os paramentos para a dita Igreja, e só me mandou a imagem do Senhor São José, cuja invocação lhe pus em memória do nome de nosso augusto soberano¹⁰ e me avisou que os paramentos se ficavam fazendo, os quais não hão chegados, nem o mais, havendo passado mais de dois anos (*sic*).¹¹

A questão crucial é examinar quando teria sido feito este deslocamento dos invasores do Porto de Viamão para Taquari. Segundo as *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, do Monsenhor Pizarro e Araújo:

Crescendo o povo no Continente do Rio Grande de São Pedro onde os párocos das Freguesias já estabelecidas não podiam administrar os Santos Sacramentos a fregueses habitantes em sítios assaz remotos uns dos outros: foi preciso que a Portaria de 1º de maio de 1764 criasse em Cura a Capela de São José, levantada nas margens do Rio Tibiquari ou Taquari, distrito da Paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, em benefício de tantas criaturas destituídas dos socorros espirituais; não tardou, porém, que a mesma Capela tivesse a prerrogativa de Paróquia amovível, por outra portaria de 3 de maio de 1765, e principiasse a ser numerada entre as Igrejas perpétuas, em consequência do Alvará de 20 de outubro de 1797... (*sic*)¹²

⁹ Este foi o nome original dado ao Rio Taquari. Trata-se do nome indígena guarani original formado pela contração de *tebiquara* = buraco do ânus (por vezes também definido como “sepultura”) + *y* = água, rio. A mudança para o nome de Rio das Taquaras foi, pois, mais do que providencial, em nome da moralidade pública.

¹⁰ Obviamente, Dom José I, rei de Portugal entre 1750 e 1777.

¹¹ BALÉM, João Maria. *A Paróquia de S. José de Taquari*. Porto Alegre: A Nação, 1952, p. 19.

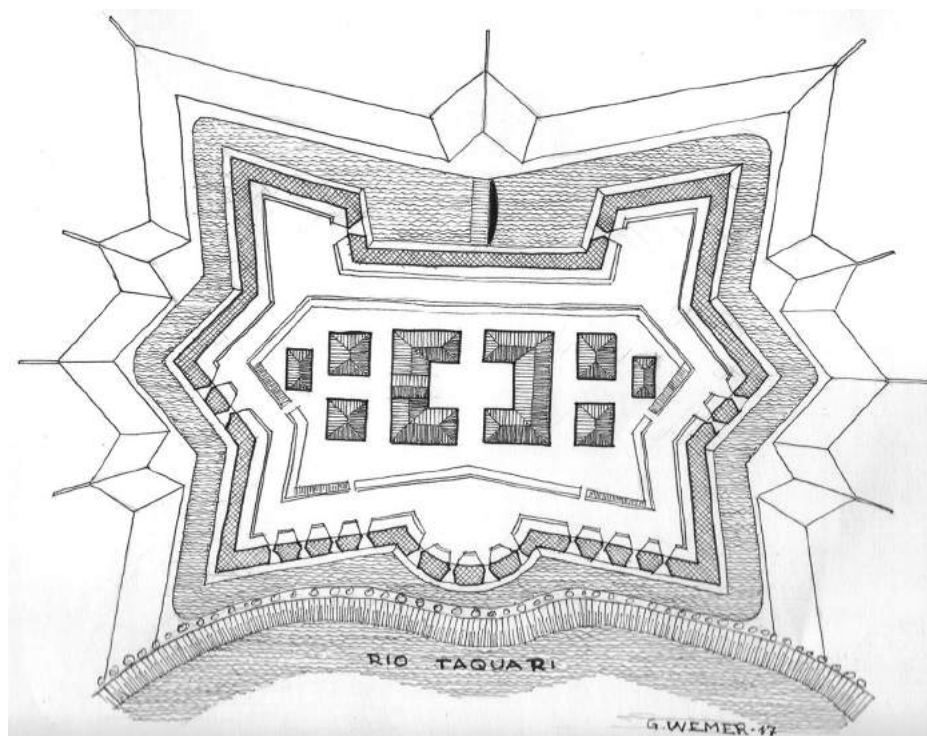
¹² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 118, vol. 5.

Se tivermos em mente que no ano anterior ocorreu a morte de Gomes Freire de Andrada, que coincidiu com a tomada dos castelhanos de Rio Grande, e que tudo isso acarretou a necessidade de uma total reestruturação administrativa da Capitania com o estabelecimento de sua sede em Viamão, causa admiração que, em face das precárias condições de vida então existentes, em tão pouco tempo pudesse ser realizado um empreendimento desta envergadura. Como Sá e Faria assumiu o governo somente em junho de 1764, fica evidente que ele já estava envolvido neste projeto antes de sua investidura no governo, período em que ocupava o cargo de vice-governador. Se em maio de 1764 a Capela de São José já foi transformada em Capela Curada e no ano seguinte em Paróquia, fica evidente que este empreendimento teve amplo sucesso.

O relato de Sá e Faria deixa claro que, para a criação de Taquari, foram recolhidos os ilhéus a quem o rei havia prometido terras, que ainda não haviam sido contemplados e que se achavam dispersos pelo Continente. Lamentavelmente para os nossos objetivos, Sá e Faria não definiu de onde recolheu estes “dispersos”. É evidente que se os invasores da antiga Sesmaria de Dorneles, que passara à propriedade de Inácio Francisco de Melo, se constituíam num dos problemas mais próximos a ser resolvidos, foi deles que Sá e Faria se valeu para dar sustentação ao forte que estava sendo construído no passo do Taquari, conforme o desenho reproduzido a seguir.

Esta construção era de importância estratégica. Até então já haviam sido construídos alguns fortes e fortins pelo lado setentrional do Jacuí destinados a contenção dos avanços dos castelhanos numa eventual tentativa de reconquistar o domínio do Continente. E estas intenções ficaram mais que evidenciadas com a conquista de Rio Grande. Se os castelhanos conseguissem atravessar o Jacuí numa eventual tentativa de ataque à Capital (Viamão), teriam de atravessar o Rio Taquari, o que era feito num local chamado “Passo”. Nada mais natural, portanto, que Sá e Faria procurasse fortificar aquele ponto estratégico e que, para tanto, se utilizasse das pessoas disponíveis, que eram poucas em número, tendo em vista a ocupação recente da região.

Figura 1 – Projeto do Forte do Passo do Taquari de José Custódio de Sá e Faria, e construção de Manoel Vieira Leão.

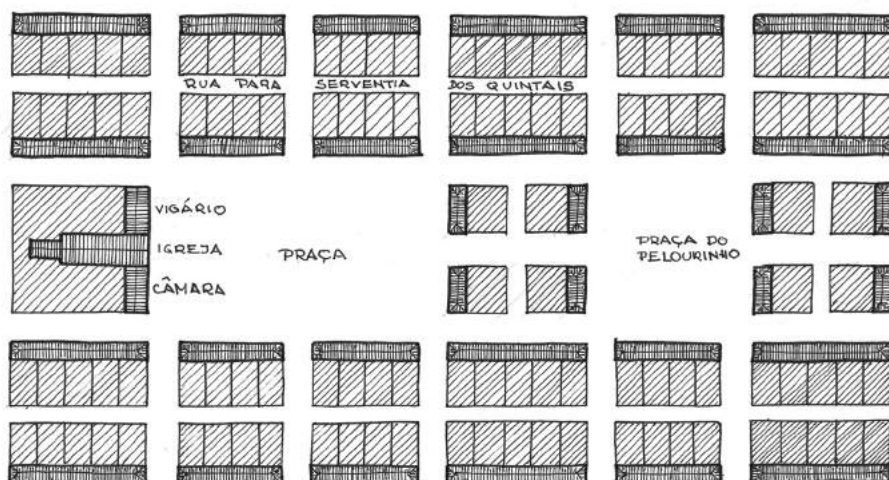


Se este raciocínio parece corresponder à evidência das necessidades, por si só não fica demonstrado que esta iniciativa correspondeu aos fatos. Para poder aceitá-lo, é necessário recorrer a evidências documentais. Assim, vejamos: em 1763 Cevallos tomou Rio Grande, o que forçou a retirada das tropas portuguesas para São José do Norte e a transferência da sede da administração para Viamão. Em inícios de 1764 faleceu o governador Inácio Eloi Madureira, quando o governo passou para seu substituto, o coronel José Custódio de Sá e Faria. Conforme o relato do próprio Sá e Faria, reproduzido anteriormente, “logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem”, qual seja a de construir o forte de Taquari e estabelecer a respectiva povoação. Como foi visto, em 1764 a capela de São José foi elevada à condição de capela “curada” e, no ano seguinte, à paróquia¹³. Estes dados atestam o rápido desenvolvimento de Taquari para as

¹³ BALÉM, João Maria. *A Paróquia de S. José de Taquari*. Porto Alegre: A Nação, 1952, p. 14.

condições da época. Isso significa que houve um sensível afluxo de moradores. A questão é saber de onde eles teriam vindo.

Figura 2 – Projeto do povoado de Taquari de autoria do Coronel José Custódio de Sá e Faria de 1767, com base nas diretrizes do grego Hipódamo de Mileto e da separação entre a praça “religiosa” e a “civil”, conforme diretrizes do Marquês de Pombal.



Através dos levantamentos realizados pelo Monsenhor Ruben Neis nos arquivos da Cúria Metropolitana e publicados em artigos nos Cadernos de Sábado do *Correio do Povo*¹⁴, fica evidenciado que o destino dos açorianos acampados na Sesmaria de Santana foi efetivamente sua transferência para Taquari.

Todavia, tem sido argumentado que, por ocasião da desapropriação da Sesmaria de Inácio Francisco de Melo, parte da terra foi dividida em “datas”, isto é, lotes a serem doados, os quais foram repassados a açorianos que – conforme se especula – teriam sido os antigos invasores. Por via indireta, sabe-se que este não foi o caso.

Em 1768 o governador Sá e Faria recebeu ordens do Vice-Rei Conde da Cunha para tentar, a qualquer custo, retomar Rio Grande. Até então não consta ter existido qualquer iniciativa de transferir a Capital para Porto Alegre. Tanto isso é verdade

¹⁴ NEIS, Ruben. Jerônimo de Ornelas. Porto Alegre-Triunfo. *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, 8 nov. 1969, p. 11 e 15 nov. 1969, p. 4.

que o governo estava empenhado em fortificar Viamão para enfrentar um eventual ataque castelhano. E isso fica demonstrado na construção da matriz de Nossa Senhora da Conceição, que goza de um *status sui generis* na história da arquitetura brasileira: devido à premência do tempo e em não havendo tempo hábil para construir um forte na medida das necessidades, o governo decidiu-se por construir uma igreja-fortaleza, de avantajadas dimensões e paredes de até três varas de espessura (3,3 metros), o que lhe confere o *status* de ser a igreja mais robusta do período colonial no Brasil. Ora, se houvesse qualquer dúvida até então a respeito da localização da sede do governo que não em Viamão, teria sido um absurdo fazer um investimento desta grandeza naquela comuna. Por isso, estamos convencidos de que a hipótese da transferência da Capital para o Porto do Dorneles só pode ter surgido a partir da decisão e da ordem de retomar Rio Grande.

Figura 3 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Viamão, projeto do arquiteto José Custódio de Sá e Faria, por volta de 1764. O império (capela ao lado) e a sacristia (anexo, atrás) são obras mais recentes.



1.3 O Porto do Dorneles

A tentativa da retomada é um fato bem conhecido, da mesma forma como o fracasso em que resultou este empreendimento. O que tem sido pouco relevado é que a tomada de Rio Grande significou um grave entrave para o desenvolvimento

do Continente pelo fato de controlar todo o acesso marítimo ao interior da Capitania. Isso significa que o único acesso ao interior teria de ser feito por via terrestre. Sublinhe-se que neste tempo as vias de comunicação interna da Capitania mais importante eram a fluvial e lacustre. Neste sentido, o acesso dos portugueses ao interior estava seriamente prejudicado devido ao ferrolho em que se constituía a ocupação de Rio Grande pelos castelhanos, que impedia a passagem de embarcações vindas do oceano. Seja por razões estratégicas ou por imperativo administrativo, Sá e Faria percebeu a importância do sítio do antigo Porto do Dorneles. Em carta de 11 de janeiro de 1768 ao Conde de Azambuja, o governador expôs a importância de erguer uma povoação naquele local, “porém, como não há meios, tudo se acha parado”¹⁵. Tudo indica que uma das iniciativas de seu governo foi a instalação ali de um estaleiro (onde possivelmente foram construídos os lanchões com os quais promoveu o frustrado ataque a Rio Grande) para atender à demanda de navios para as comunicações e o comércio interno da Capitania. Tanto isso se confirma que em 1771 já estava sendo lançada às águas uma fragata¹⁶, construída pelo carpinteiro Baltazar Manoel Ângelo. Quatro anos mais tarde, segundo o testemunho do tenente-general Böhm, estava sendo construído um “Penque”, um nome desconhecido na língua portuguesa e que tem sido interpretado como sendo um brigue. A ser correta esta interpretação, então já estava sendo construído um navio de porte ainda mais avantajado¹⁷. Ora, para dar vazão a um empreendimento de tal natureza, era necessário que este construtor de navios dispusesse de uma equipe de operários, o que demonstra que um ano antes da pretensa criação do povoado já estava estabelecido no local um grupo de pessoas de razoável proporção.

¹⁵ ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 1051.

¹⁶ A fragata era um navio de guerra que podia ser equipado com até 60 peças de artilharia. Normalmente tinha um mastro central que sustentava uma vela quadrada, e em sua extremidade superior eram fixadas as extremidades de duas velas triangulares de proa. Foram criadas no século XVII, quando passaram a ser muito empregadas nas viagens transoceânicas.

¹⁷ Um “brigue” é um navio de dois mastros e de dois gurupés, isto é, dois mastros horizontais, um fixado na proa e o outro na popa, cada qual sustentando uma vela triangular. Cada mastro central sustenta uma vela latina ou quadrada.

Figura 4 – Os contornos atuais do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque da área de influência do governo da Capitania ao tempo da ocupação espanhola de Rio Grande. Como se percebe, à época, a localização da futura Vila de Porto Alegre se localizava, aproximadamente, no centro geográfico da área de influência do governo da Capitania.



Legenda: 1) Porto do Dorneles; 2) Santo Antônio da Patrulha;
3) Rio Pardo; 4) Rio Grande.

Tem sido atribuída ao governador José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda¹⁸) a iniciativa de transferir a Capital para Porto Alegre. Certamente já houve tratativas neste sentido ao fim de seu primeiro período governamental, que terminou em 1771, como de resto já as houve no governo de

¹⁸ José Marcelino de Figueiredo era um militar de exército português que, numa noite de bebedeiras, morreu por motivos triviais ao se envolver em briga com um oficial inglês. Para evitar problemas diplomáticos com a Coroa Britânica, o governo português mudou seu nome para Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda e, de imediato, o transferiu para o Brasil, onde cumpriu longa folha de serviços (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 519/21).

seu antecessor, Sá e Faria. A verdade é que a ordem de demarcação do sítio e do parcelamento das terras foi expedida por seu governador substituto – enquanto o titular se encontrava no Rio de Janeiro –, Antônio da Veiga de Andrade, em 1772, na qual se lê:

O Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro Alexandre José Montanha passe sem perda de tempo ao Porto dos Casais, e hoje de São Francisco, e nas terras da Estância de Inácio Francisco faça divisão de sessenta meias datas para outro igual número de casais dos quais se acham moradores no dito Porto de São Francisco, sendo meia data que compreender as casas da Estância com seu pomar para passais do Vigário da Freguesia, tendo-se também atenção aos marinheiros que se empregam no serviço de Sua Majestade para serem acomodados; deixando-se suficiente terreno para logradouro da Villa, e lhe nomeio para seu ajudante o cabo de esquadra dos escolhidos Ventura de Carvalho e Souza, o que o dito capitão executará por ser conforme a ordem do Ilmo. e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei do estado sobre esta matéria. Viamão, doze de julho de 1772. Antônio da Veiga Andrade. Tenente Coronel Governador (*sic*).¹⁹

Para o entendimento do documento, é necessário fazer algumas observações. A primeira é a de que Montanha NÃO foi encarregado de fazer um plano para a futura “Villa”, mas, tão e somente, realizar a divisão da sesmaria a ser desapropriada²⁰ em sessenta “meias datas” e deixar um lugar para o “logradouro da Villa”. Salvo melhor juízo, este é o único documento primário onde consta que deveriam ser assentados sessenta casais açorianos na sesmaria desapropriada. Desta afirmação, tem-se deduzido que estes seriam os tais invasores de 1752, ou seja, depois de se terem passado vinte anos. Porém, fica evidenciado que esta afirmação não está contemplada no documento. Baseado neste escrito, há quem tenha confeccionado um mapa do arruamento da futura cidade que teria sido proposto por Montanha,

¹⁹ ANTUNES, Paranhos. *Op. cit.*, p. 1052/3.

²⁰ Na realidade, nunca houve desapropriação desta sesmaria nos termos atuais do conceito. Houve, sim, um simples confisco contra o qual o proprietário teve de se valer de um processo que levou dois anos para ser solucionado e lhe deu “uma recompensa” de duas léguas e um terço em quadra num lugar chamado de Tarumã, próximo à fazenda de Bojuru, no sul da península que separa a Laguna dos Patos do Atlântico, portanto muito próximo da zona conflitada pelas contendias entre portugueses e castelhanos. Com certeza foi uma troca muito desvantajosa, porque a nova gleba era bem menor que a anterior e localizada em área de risco de guerra (ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1058). Mais tarde, ao fim do segundo período governamental de Figueiredo (Sepúlveda), Melo foi recompensado com a doação de uma sesmaria em Triunfo e outra em Arroio dos Ratos. Terra havia em abundância. Difícil era achar quem a ocupasse.

sem qualquer base em documento iconográfico. Este mapa, portanto, não pode ser considerado mais do que uma hipótese – altamente contestável, como tentaremos mostrar mais adiante – e jamais como um documento fidedigno. Além disso, este arruamento não corresponde à dinâmica da paulatina ocupação da península.

1.4 O loteamento da Sesmaria de Santana

Curioso é o fato de que este documento diz que a sesmaria deveria ser dividida em sessenta “meias datas”, o que em si parece um absurdo, posto que uma “data” é uma doação do rei a um súdito. Portanto, não poderia haver uma “meia data”, como não há “meia doação”. Ou há uma doação por inteiro ou ela não se realiza. Possivelmente a confusão tenha se originado na conformação do terreno. Ordinariamente, os açorianos recebiam um terreno de “um quarto de légua em quadra”, de “meia légua em quadra” ou de “três quartos de légua em quadra”, o que queria dizer que correspondia a uma área de um quadrado de respectivamente um quarto, meia ou três quartos de légua de lado, ou seja, de um quadrado com 1.650, 3.300 ou 4.950 metros de aresta. É claro que isso deve ser entendido como medida aproximada, posto que, devido à escassez de agrimensores, estas divisões dificilmente eram realizadas com precisão métrica. Normalmente, as terras situadas mais próximas às povoações eram mais valorizadas em razão do que eram menores, e as datas de três quartos de légua de lado correspondiam a terras distantes e de difícil acesso. Tendo em vista as disposições jurídicas da época, poder-se-ia pensar que o governador estaria se referindo à divisão em datas de meia légua em quadra. Se esta fosse a interpretação correta, nem mesmo teria sido possível conseguir delimitar uma dezena e meia de lotes. Por isso mesmo, a divisão deve ter sido em lotes de um quarto de léguas de lado e, assim mesmo, esta medida teria de ser muito flexível e tolerante em suas dimensões para se conseguir definir sessenta lotes. Além disso, segundo a afirmação do próprio Montanha, ele reservou trechos de floresta para fins de extração de madeira. Isso significa que, por uma questão física, foi impossível que cada um dos sessenta casais recebesse um terreno de um quarto de légua em quadra.

Mais do que isso, Montanha deveria deixar terreno suficiente para o “logradouro da vila”. Hoje se entende por logradouro qualquer espaço urbano livre

destinado à circulação pública de veículos e pedestres como ruas, becos, travessas, avenidas, pontes etc, mas este não era o entendimento no passado. Na Idade Média um “logradouro” era uma ampliação transversal (da qual surgiriam, mais tarde, praças) da rua principal da aldeia, onde o gado era deixado para passar a noite no verão. Tratava-se, portanto, de um alargamento, uma forma incipiente de uma praça e, por isso mesmo, por vezes, também denominado de “largo”. Embora no século XVIII estas praças já não mais se destinassem à guarda noturna do gado, ainda conservavam a ideia de praça central da aldeia, ou, como no caso, da “vila”, termo que também tinha um significado diferente do de hoje, como será visto mais adiante. Documentos diversos indicam que este “logradouro” de Porto Alegre (que, por vezes, era chamado de “praça”) foi marcado “em novo lugar”, isto é, segundo o significado de então, estabelecido num espaço sem ocupação, num descampado. A palavra “lugar” também tinha um significado específico e queria dizer um conglomerado de poucas moradias, em geral denominadas de “fogos”. Isso significa que a praça central da povoação foi delimitada em espaço separado das demais construções já existentes.

Segundo a terminologia da época, se um “lugar” crescia através da construção de mais “fogos”, ele passava à categoria de “povoado”, “povo” ou “povoação”²¹ desde que fosse ocupado, majoritariamente, por brancos. Se a maioria era de indígenas, ela era denominada de “aldeia”. Se a preponderância era de negros, era chamada de “quilombo” se os “fogos” estavam separados entre si, e de “sanzala” ou “senzala” se os mesmos fossem geminados.

As “vilas” e as “cidades” pertenciam a outra categoria de conglomerados. Independentemente da preexistência ou não de um “lugar” ou “povoado”, a existência de uma “vila” dependia de uma determinação legal da parte do rei. A expedição desta carta real era denominada de “termo de fundação”. Portanto, este termo também tinha um significado diferente do de hoje. Na atualidade, entende-se por “fundação” a criação de algo novo, até então inexistente. Até os séculos XVIII e XIX, só a realeza (ou, por extensão, seus prepostos) tinha o poder de “fundar” “vilas” e “cidades”. No “termo de fundação” constava a outorga de certas liberdades de se autogerir através de uma Câmara de Vereadores, de ministrar a justiça por meio de juiz(es) e de se autoadministrar através de um corpo de funcionários que eram, quase sempre, designados neste mesmo termo. Por herança medieval, a amplitude

²¹ Em Portugal também era empregada a palavra “póvoa”, mas ela só foi empregada no Brasil, em raros casos, em documentos seiscentistas.

destas liberdades era muito variável e dependente das concessões definidas no termo de fundação.

Uma “fundação” significava, basicamente, a mudança de *status* de um conglomerado, se preexistente. Para exemplificar: em algumas destas “ordenações”, o rei dizia que era de sua vontade que fosse “fundada” uma vila junto a uma determinada matriz. Ora, se já existia uma matriz, estava explícito que na região já existiam outras igrejas, sem o que a primeira não poderia adquirir esta categoria. Se já existiam diversas igrejas na área, era evidente que já havia uma considerável população nela estabelecida. Isso não implica obrigatoriamente que essa população já se tivesse estabelecido em povoações, mas, diante da tradição portuguesa estabelecida desde a Idade Média, é mais do que esperado que estivesse agrupada em forma de povoado(s).

Neste ato de “fundação” eram determinadas as características de seu estabelecimento, seu corpo de funcionários e da administração, de seu corpo legislativo e administrativo. O que diferenciava uma “vila” de um povoado era a existência de uma administração própria que independia do tamanho do conglomerado de construções. Visualmente, o símbolo de seu poder de autogestão ficava determinado com a construção de um pelourinho que, segundo uma tradição medieval, também servia para amarrar os condenados pelo poder jurídico local a fim de que o infrator se tornasse conhecido do público.

A bem da verdade, deve ser dito que estas vilas podiam ser “fundadas de novo”, isto é, em lugar desabitado, ou junto a “lugares” ou a “povoados”. Também é importante assinalar que este conceito nada tinha a ver com tamanho. O exemplo clássico desta diferença era a situação de Recife, em Pernambuco, que tinha o *status* de povoado, embora fosse muitas vezes maior que a “cidade” de Olinda, que ficava próxima.

O significado da palavra “cidade” também divergia do de agora. Se uma “vila” tinha méritos especiais ou se distinguia por alguma razão, ou, ainda, era considerada pelo governo de alta importância estratégica, ela recebia o título de “fundação” de “cidade”. O caso de Porto Alegre é exemplar, neste contexto. Embora fosse a Capital da Capitania e nela estivesse sediada sua única Câmara de Vereadores e, portanto, com feições de Assembleia Legislativa da Capitania, desde a transferência da sede governamental até 1809, portanto, durante três décadas e meia, tinha o *status* de povoado. Somente depois da vinda da família real portuguesa o Rio Grande do Sul foi dividido em seus primeiros quatro municípios, sendo o de Porto Alegre criado em 27 de abril de 1809. Mesmo assim, Porto Alegre ainda manteve seu *status* de “povoado”, porque lhe faltava o

“termo de fundação”. Este só foi emitido em 11 de dezembro de 1810²², quando recebeu o pomposo nome de “Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre”. Isso significa que durante um ano e oito meses Porto Alegre permaneceu no *status* de povoado, apesar de ter sido sede municipal e Capital da Capitania. Mais do que isso: só passaria à condição de “cidade” depois de ter sido “fundada” como tal em 14 de novembro de 1822, com o título de “Mui Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre”.

1.5 A sede da Sesmaria do Dorneles

Esclarecidas estas sutilezas terminológicas, voltemos a seu início. A Sesmaria de Santana só foi avaliada, oficialmente, para fins de desapropriação, em 1772. Nos autos consta que entre os bens nela existentes havia vinte e sete laranjeiras, cinco limoeiros, nove marmeleiros, duzentos e vinte e um pessegueiros, uma cidreira, e mais:

Uma casa grande e nova, de telha com um lance de capim, de baldrame, em que está a atafona, com quatro portas, três fechaduras, suas dobradiças e uma janela, avaliada tudo em cinquenta e sete mil e seis contos de réis; um rancho de capim com duas portas de couro e uma fechadura e janela velha, avaliado em seis mil e quatrocentos réis; uma sanzala com duas portas e fechaduras velhas avaliada em doze mil réis; uma casinha de telha com uma porta e uma janela, avaliada em treze mil réis; um rancho de hóspedes, de capim com duas portas e fechadura velha, avaliado em oito mil réis; uma casa de vivenda do dono da fazenda com cinco portas de couro, duas fechaduras, assoalhada a sala, coberta de capim, com quatro janelas, avaliado tudo em dezenove mil e duzentos réis; um curral ao pé das casas com chiqueiro coberto e queijeira, avaliado em doze mil e oitocentos réis; as benfeitorias da horta, que é de cerca, avaliadas em seis mil e quatrocentos réis; um rincão fechado de cerca nova ao pé da casa, com oitenta braças em doze mil réis; um roçado grande e novo, cercado com um curral grande, de moirões e faxina²³ avaliado em dezenove mil e duzentos réis; três roçados grandes que levam nove alqueires de trigo de planta cercados e avaliados em

²² Documento transcrito em MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: EU, 1999, p. 81.

²³ Ramos ou galhos, provavelmente, entrelaçados nos moirões.

doze mil réis; um rancho de duas portas e um curral com sessenta braças de cercas em pé do passo, quarenta mil réis... (*sic*)²⁴

Esta transcrição mereceria vários comentários referentes ao modo de vida e ao que era considerado bem “de raiz”. Com certeza havia muito gado na sesmaria, mas este, pelo visto, não era considerado como sendo de valor. A análise desta questão extrapola os objetivos deste trabalho, mas cumpre assinalar que este comportamento era comum na época.

Curioso é o fato de que este levantamento foi feito com muita minúcia, o que pode ser depreendido do número exato de árvores frutíferas, nos detalhes como o tipo de portas e janelas (de couro), na precisa discriminação do interior da casa, com especificação de onde havia um assoalho, dos materiais de que eram feitas as paredes, da enumeração de um simples rancho de palha, etc. Para fazer uma avaliação com tanto rigor, deve ser tomado como certo que os inventariantes percorreram toda a sesmaria. Apesar disso, não há qualquer referência às casas dos açorianos que se haviam estabelecido na sesmaria nem às instalações do estaleiro com respectivas benfeitorias. Por diversos documentos da época, sabe-se que estes estabelecimentos eram de propriedade do governo e, portanto, não cabia desapropriação. Na concepção da época, este estava instalado num “arraial” que era definido como uma ocupação provisória, por ordem do rei, para fins militares (independentemente do que pudesse ser interpretado como tal). Quanto às casas dos açorianos, sua não enumeração só pode ser entendida em dois sentidos: ou elas estavam também instaladas neste suposto “arraial” ou elas simplesmente já haviam deixado de existir. Como foi visto nos relatos de Michel Angelo Blasco e do Conde de Bobadela, elas eram de palha, em razão do que devem ter-se deteriorado e desaparecido. Em qualquer caso, é difícil imaginar que a existência de cerca de sessenta famílias não fosse referida num documento de tal importância, já que deveriam constituir-se num contingente que se aproximava de quatrocentas pessoas, o que, para o número total de habitantes existentes na Capitania, era um número muito expressivo.

²⁴ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1909, 2.ed., p. 224/5.

Figura 5 – Desenho de um trecho de uma cerca de faxina baseado em imagem de Rudolf Wendroth, de 1850.

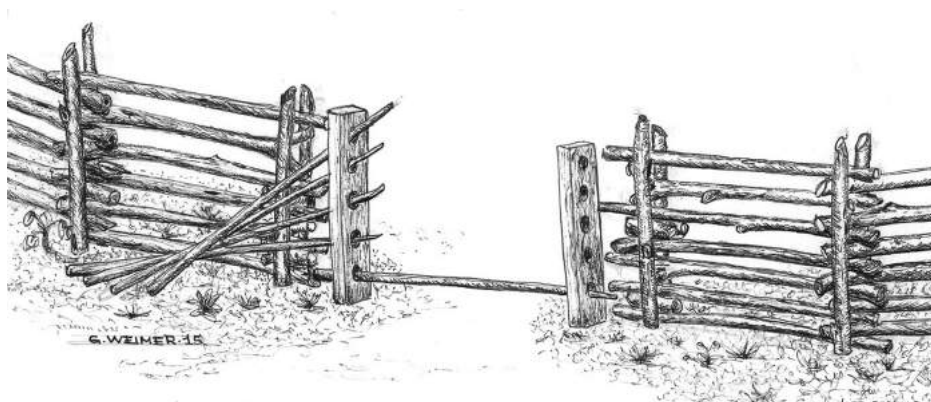
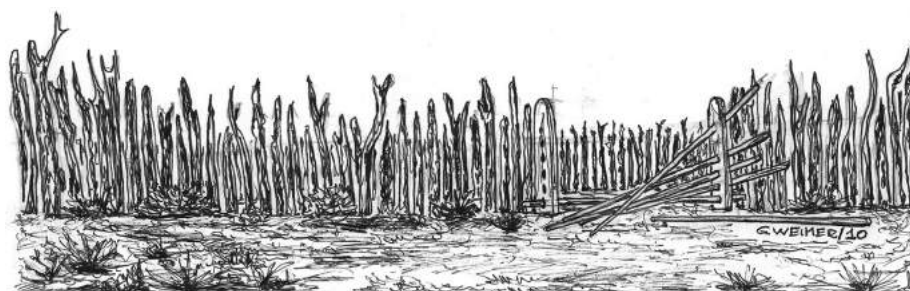


Figura 6 – Mangueira de paus a pique numa estância rio-grandense segundo as *Geographische Tafeln* de Ferdinand Hirt, Breslau, 1887, 3ª parte, 3º vol., tabela 178.



Para o contexto deste trabalho, queremos relevar a existência de coberturas de telhas nas construções da Sesmaria de Santana, o que leva a supor as paredes também serem de tijolos. Isto é importante devido à existência de referências que dizem que somente a partir de 1780 teriam sido produzidos telhas e tijolos em Porto Alegre. Antes disso, este material teria vindo de Laguna:

É interessante saber-se que as primeiras casas de telhas de Porto Alegre foram construídas com esse artigo importado de Laguna, pois não havia olaria na capital, que só começou a produzir telhas e tijolos a partir de 1780... Neste largo espaço (ocupado pela povoação, inserção nossa), continha-se a maioria das construções, pobres construções de taipa ou somente madeira, cujas coberturas

eram de capim ou folhas, pois tijolos e telhas, não sendo ainda fabricados aqui, vinham de Laguna.²⁵

Possivelmente esta datação deriva do fato de que, ao encerrar seu governo, em 1780, Figueiredo (Sepúlveda) escreveu ao Vice-Rei que:

A povoação de Porto Alegre está situada no centro do continente, sobre terreno sólido, em abundância de pedras, por ora não é falta de madeira suficiente e conserva a menos de quatro léguas de distância (26.4 km) uma boa fábrica de telhas e tijolos. (*sic*)²⁶

Estas afirmações devem ser tomadas com muito cuidado. Neste ofício, o governador não afirma que os tijolos passaram a ser produzidos a partir daquela data, mas afirma que estavam sendo produzidos a uma distância razoável, o que pode corresponder perfeitamente ao que foi exposto por Vilhena, qual seja de que eles vinham das margens do Gravataí onde foram fixados os indígenas missioneiros.

Pelo exposto, toda a casa grande e mesmo construções simples como a senzala ou uma casinha de uma porta e uma janela eram cobertas de telhas. Tamanha quantidade de telhas dificilmente poderia ter vindo de Laguna. Por duas razões: primeiro por serem muito pesadas e, segundo, por serem muito frágeis. Devido ao fato de a abertura de Rio Grande estar bloqueada pelos castelhanos, o transporte teria de ser feito, obrigatoriamente, em lombo de burro ou em carroças. Isso tornaria o transporte ainda mais conturbado, e por consequência dificilmente as telhas chegariam inteiras. Os tijolos talvez resistissem, mas seu grande peso tornaria o transporte demasiado caro²⁷. Por estas razões, julgamos inviável esta hipótese. Mais adiante veremos que, de fato, este material era produzido aqui.

²⁵ ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1057.

²⁶ ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1061.

²⁷ Caso semelhante também aconteceu com a ocupação das Minas Gerais. Devido à precariedade do transporte em lombo de burro, nem mesmo vidros e azulejos foram levados do Rio de Janeiro para as cidades da mineração. Muito menos as telhas. Assinale-se aqui que o caminho entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, por exemplo, é bem menor que o de Laguna a Porto Alegre. Além disso, os mineiros possuíam um poder aquisitivo muito maior que os porto-alegrenses de então, o que certamente lhes facultaria pagar um transporte mais cuidadoso. Mesmo assim, não o realizaram.

1.6 A transferência da Capital

Antes de realizar a transferência de Viamão para Porto Alegre, a administração governamental teria de providenciar a construção do Palácio Governamental e da Assembleia²⁸. É sabido que a transferência do poder executivo aconteceu em 24 de julho de 1773, o que indica que, nesta data, já deviam estar concluídas as obras de sua construção. A transferência da Assembleia demorou um pouco mais. Ela só aconteceu depois que o governador Figueiredo (Sepúlveda) atraiu os vereadores para a nova Capital, sob a desculpa de realizar uma consulta. Aqui chegando, ele mandou fechar os portões do povoado e ordenou à guarda que não mais os deixasse voltar a Viamão. A relutância dos vereadores em realizar a transferência decorreu do fato de terem de alugar uma moradia para abrigarem suas famílias – o que não deveria ter sido fácil naquelas circunstâncias –, ao contrário do governador, que passou a residir no Palácio.

Após a transferência, a Assembleia não pôde ser instalada de imediato por uma razão simples: não havia local próprio para a realização das sessões. Depois de algumas dificuldades, em primeiro de setembro de 1773 foi possível alugar uma casa para este fim mediante o pagamento de 2\$560 réis mensais, e no dia seis do mesmo mês pôde ser realizada a primeira sessão.

Estabelecidos os trabalhos, parecia que estava contornado o problema maior, mas, ao fim das sessões, os vereadores voltaram para Viamão, onde estavam residindo. Isso irritou profundamente o governador, que por mais de uma vez reteve

²⁸ À época, o prédio era denominado de “Câmara”, e seus dignitários chamavam-se de vereadores e não de deputados. Estamos empregando o termo “Assembleia” pelo fato de o prédio hoje ser assim denominado. Para dirimir esta confusão de termos, devemos ter em consideração que, à época, Rio Grande era a única vila da Capitania, portanto a única a possuir um corpo legislativo constituído. Dentro dos conceitos de hoje, seria, portanto, a “Assembleia Legislativa” da Capitania. Acontece, porém, que, ao tempo da transferência de Viamão para Porto Alegre, a Câmara de Rio Grande fora transferida de Rio Grande para Viamão quando aquela vila caiu em mãos dos castelhanos e a mesma Câmara estava sendo transferida para a nova Capital. Noutros termos, pela organização jurídica então vigente, seu *status* era de Câmara, e o corpo legislativo era constituído por vereadores. Nos termos atuais, sua jurisprudência se estendia por todo o território da Capitania, o que equivale a dizer que seu *status* era o de Assembleia. Esta confusão só foi sanada quando foram criados os primeiros quatro municípios, em 1809, quando então a antiga Câmara foi promovida ao *status* oficial de Assembleia.

os vereadores na Capital através de vários expedientes como, por exemplo, mandar trancar o portão de saída da povoação.

Até o presente ainda não descobrimos o período exato em que foi construído o prédio da Assembleia. Sabemos que em 1777, para o desgosto do governador, os vereadores ainda moravam em Viamão. Sabendo que eles tinham de atravessar o Arroio Dilúvio, o que podia ser perigoso em época de chuvas, o governador convocou os vereadores para uma reunião para tratar da construção da ponte. Quando eles se apresentaram no palácio, mandou prendê-los e só os libertou depois que suas famílias se estabeleceram no povoado. Isso provavelmente significa que o prédio ainda não estivesse em condições de ser ocupado. Pelo diário do tenente-general Johann Heinrich Böhm, sabe-se que em 1775, no logradouro da povoação, havia somente “a casa da residência do governador na maior altura e, na direita da dita casa, está a igreja matriz, que se deve fazer nova, por ser velha e pouco decente a que agora existe”. Ao que parece, ainda nem havia sido iniciada a construção do prédio da Assembleia. Na *Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul*, de Sebastião Francisco Bettamio, há a informação de que, em janeiro de 1780:

Esta povoação (de Porto Alegre), a que muitos chamam vila... é onde reside o governador do Rio Grande (do Sul); (e também se encontram) a Junta da Fazenda Real; o Provedor da mesma; a Câmara; o Juiz Ordinário; o Juiz de Órfãos; e todos os mais oficiais que constituem o Corpo Civil; além da tropa que ali reside a arbítrio do Governador... A distância do porto de mar fez parecer mais útil formar-se a povoação de Porto Alegre; e, com efeito, desde o ano de 1773 se trabalha ali, e se tem feito à custa da Fazenda Real alguns edifícios de valor e os particulares também os têm feito, pela necessidade de acompanharem a capital. (*sic*)²⁹

Por este relato, percebe-se que a Câmara (Assembleia) já estava instalada e, por outros documentos, sabemos que era aí que também funcionava a Junta da Fazenda Real. Pelas disposições então vigentes, admite-se como certo que o poder judiciário também estivesse instalado naquele prédio. Como se percebe, havia muitas atividades abrigadas num prédio bastante exíguo. Era o preço a ser pago pelo pioneirismo.

²⁹ BETTAMIO, S. F. *Notícia particular...* Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, códice F, vol. 11, p. 219.

Estas foram as duas primeiras construções oficiais³⁰ da nova Capital. Apesar disso, tratava-se de duas edificações completamente diferentes, pelo menos em seu aspecto construtivo, já que sua linguagem arquitetônica apresenta uma singular semelhança. O Palácio era um sobrado, com a residência na “planta alta”, como se dizia então, e as funções governamentais, no nível térreo. Suas paredes eram de taipa, provavelmente de pilão, mas até o presente ainda não foi encontrado documento que confirme explicitamente esta hipótese³¹. Sobre sua existência há uma documentação bastante farta que permite acompanhar a sua evolução. Provavelmente, em sua forma original, não tinha janelas nas águas-furtadas do telhado que aparecem em número de três nas aquarelas de Wendroth, de 1850. Para o fim do século, os beirados de eira-seveira foram sacrificados e substituídos por platibandas acompanhando a evolução dos modismos vindos do Rio de Janeiro. Apesar de numerosas intervenções de conservação, o palácio se manteve nestas condições até o início do século passado, quando foi demolido para dar lugar à construção de um prédio novo.

Ao contrário deste, a construção do prédio da “Assembleia” está envolto em mistérios. Até o presente, ainda não foi encontrada uma imagem completa de sua forma original. Pela documentação dos discursos presidenciais no período imperial, sabemos que ela foi profundamente refeita, seja pelo acréscimo de mais um piso, em 1850, segundo um projeto de (Georg Karl) Philipp (Theodor) von Normann³², seja pela reforma de sua fachada pelo mesmo arquiteto e pelo rebaixamento da Rua Duque de Caxias, que fez com que o prédio passasse a ostentar um desconunal soco totalmente atípico para a linguagem barroca então em uso. Provavelmente, depois da intervenção de Normann, continuasse a apresentar beirados salientes como parece indicar uma reforma feita no fim do período imperial, quando foi aprovada a lei que obrigava as construções a demolir os beirados e substituí-los por platibandas sob a discutível razão de que a água despejada por eles estaria molhando os transeuntes.

Esta lei teve a grave consequência de que os prédios reformados acabassem perdendo as proporções nas quais foram concebidos e os acréscimos deformassem

³⁰ Na citação de Bettamio, há referência a “alguns edifícios”, no plural. Adiante veremos quais poderiam ter sido.

³¹ Ao longo dos relatórios presidenciais do período imperial há numerosas referências a paredes “grossas” do Palácio, o que interpretamos como sendo de taipa de pilão.

³² Sobre Normann, publicamos um extenso verbete em WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006, p. 146/54.

completamente as fachadas. A melhor iconografia disponível é uma imagem parcial da fachada principal que foi publicada por Augusto Porto Alegre em “A Fundação de Porto Alegre”³³, na forma de uma gravura com uma parte da fachada. Com base nessa figura, na documentação escrita citada e em fotografias antigas do prédio reformado, procuramos reconstituir o que poderia ter sido sua forma original. Para evitar equívocos como os comentários com a hipotética planta do Capitão Montanha elaborada por Paranhos Antunes (e não por Tupi Caldas, como supôs Riopardense de Macedo), deve ficar assinalado que não se trata de um desenho baseado em alguma imagem completa original, mas de uma interpretação nossa, resultante da conjugação de diversos documentos dispersos.

O aspecto mais intrigante é o fato de que o prédio foi construído com tijolos. Segundo Antunes³⁴, os tijolos só passaram a ser produzidos no local a partir de 1780, portanto quando o prédio já estava concluído. Seria absurdo, senão impossível para as condições da época, trazer todos os tijolos de Laguna, conforme supõe aquele autor. Encontramos uma explicação para esta diferença de procedimentos construtivos na própria dinâmica das realizações. É sabido que o governador tinha um temperamento muito impulsivo e autoritário. Assim, ele tomou todas as providências para que seu palácio/residência fosse concluído dentro do menor prazo, com o material disponível no local (a terra). Pouco se importou com os demais prédios. Isso permitiu que a Assembleia pudesse ser construída com tijolos, um material mais sólido e durável, que era produzido pelos indígenas da Aldeia dos Anjos, como será visto, com mais detalhes, mais adiante. Isso permitiu que a Assembleia se mantivesse até hoje, apesar de aumentos, reformas e adaptações.

Porém, a questão mais delicada é a autoria dos projetos. Segundo consenso, ela tem sido atribuída ao Capitão Alexandre José Montanha. Todavia, até o presente não foi encontrada qualquer evidência documental neste sentido. E, aparentemente, de tanto se repetir esta afirmativa, ela passou a ser tomada como verdadeira.

Desde longa data desconfiamos dessa afirmação. Em primeiro lugar, porque não encontramos qualquer evidência no extenso currículo profissional de Montanha de que ele tivesse realizado algum projeto arquitetônico. A maior aproximação desta atividade foi a realização de alguns desenhos das fortificações que os castelhanos abandonaram quando se retiraram de Rio Grande. Tratava-se aí de simples levantamentos e não de projetos. Sua contribuição mais importante se

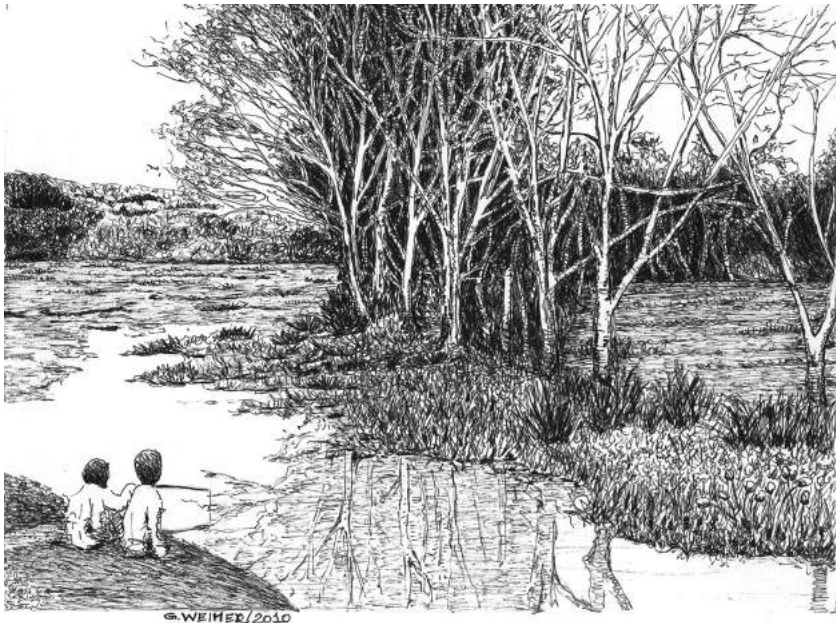
³³ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1909, p. 157.

³⁴ ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 1057.

fundamenta na execução de mapas geográficos, de divisões de terras e da abertura de estradas, entre as quais duas que ligavam Porto Alegre a Viamão, uma por cada lado do Riacho ou Arroio Dilúvio: a que passava pelo lado meridional foi chamada de Caminho do Mato Grosso e corresponde à atual Avenida Bento Gonçalves; e do lado setentrional, denominada Caminho do Meio, foi absorvida pelas Avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves.

Um único projeto de urbanização de Montanha refere-se a Santo Amaro, que, por sua rigidez geométrica, se distingue largamente do de Porto Alegre, que lhe tem sido indevidamente atribuído, na forma como o tentamos demonstrar em outra publicação³⁵. O perfil deste profissional minuciosamente levantado por Abeillard Barreto condiz muito mais com o de um engenheiro de obras do que de um arquiteto. Tudo isso nos fez desconfiar das habilidades de arquiteto atribuídas a Montanha.

Figura 7 – Publicações antigas apresentam o Riacho ou Arroio Dilúvio como um “lugar pitoresco” da cidade, mas talvez fosse mais correto dizer que se tratava de um pequeno curso de água que passava no meio de um grande banhado, que inundava a cada chuva.

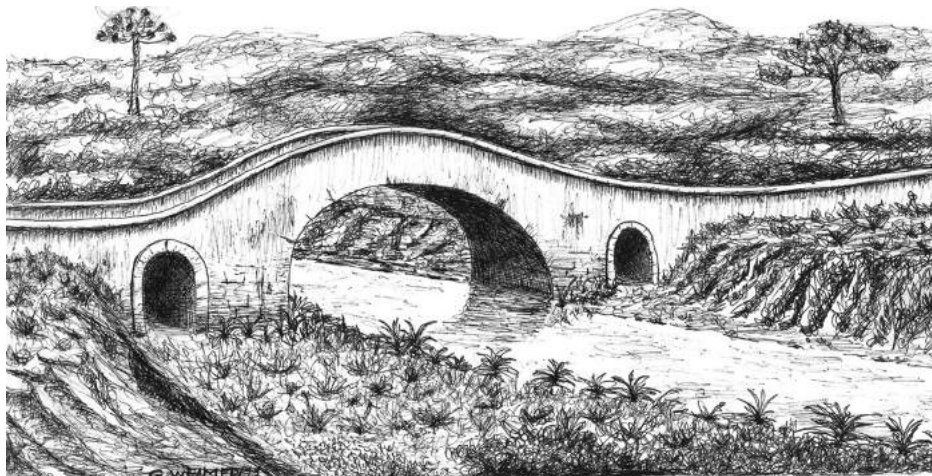


³⁵ WEIMER, Günter. Porto Alegre: origem do traçado. In: *Porto & Virgula*, 31 (maio 1997) 26/9. Porto Alegre, PMPA/SMC, ano V.

Revendo a documentação sobre a origem de Porto Alegre nos deparamos com o nome de Joaquim José Vieira, que, segundo Paranhos Antunes, teria sido o arquiteto e auxiliar direto do governador Figueiredo (Sepúlveda):

A Casa do Governo, a velha matriz de N. S. Madre de Deus, que se erguia no local onde está sendo construída a Catedral, a ponte do riacho (da Azenha) e várias outras obras foram levantadas durante o seu governo (de Figueiredo/Sepúlveda). Para isso possuía um arquiteto que recebia 320 rs. por dia e mais 480 rs. nos dias de trabalho. (*sic*)³⁶

Figura 8 – Reprodução de antiga pintura com o título de Ponte da Azenha, presumivelmente de autoria de Francisco João Roscio³⁷, em 1803, que substituiu a de madeira que fora projetada por Joaquim José Vieira.



³⁶ ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1061.

³⁷ Francisco João Roscio foi o sétimo governador da Capitania (de novembro 1801 a janeiro de 1803) e o segundo com atuação em arquitetura. Era formado pela Academia Militar de Fortificações de Lisboa, em decorrência do que teve destacada atuação no Exército. Como Sá e Faria, teve problemas familiares, em razão do que foi mandado para o Brasil, onde seu primeiro encargo foi a criação da Fazenda do Linho Cânhamo (a famosa *Cannabis sativa*), em Canguçu, nas proximidades de Pelotas. Foi autor de diversos estudos e mapas referentes à defesa da Colônia, e, durante seu mandato de Governador da Capitania, projetou a ponte de pedra sobre o Arroio Dilúvio (depois que a anterior, que havia sido construída por Joaquim José Vieira, foi demolida por uma chuva torrencial) e também as matrizes de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Sul e de Nossa Senhora do Rosário, de Rio Pardo. A ponte foi construída por José A. Ribeiro Guimarães; a igreja de Rio Pardo, por Johann Martim Buff. No Rio de Janeiro, atuou como planejador da cidade, e sua

Essa informação vem trazer as primeiras luzes concretas a respeito da autoria destes projetos e da mesma forma como o da matriz, que será visto com mais cuidado um pouco adiante. Todavia, ainda não conseguimos reunir mais informações a seu respeito, mas é a única que nos parece de credibilidade.

Uma descrição mais circunstanciada do povoado nos é fornecido por Domingos Marques Fernandes, que esteve no Rio Grande do Sul em 1798. Nele se lê:

[O governador Figueiredo/Sepúlveda][...] passou a desenhar praças, ruas, edifícios, corpo da guarda, quartéis de soldados, casa da fazenda real, palácio do governo, igreja paroquial a que deu o orago de Nossa Senhora da Madre de Deus; e enfim tudo quanto cumpria ao serviço real do soberano e ao público: fomentando ao mesmo passo o estabelecimento e comodidades dos particulares, convidando-os a edificarem, animando-os com o oferecimento de desenhos, ajudas de custo e proteção; de maneira que, em pouco tempo, veio a estabelecer ali o governo e toda a jurisdição ordinária, dando a esta nova povoação o nome de vila [...].

As principais ruas desta vila correm paralelas ao dito lago do nascente para o poente, a melhor e mais preciosa é a Rua da Praia³⁸, muito plana, igual mais próxima ao cais do embarque e onde gira o maior comércio daquele porto. A segunda se chama da Ponte³⁹, que serve de inverno às águas da chuva que o terreno ajunta em certo sítio dela; a terceira é a Formosa⁴⁰, que corre pelo mais

obra de arquitetura mais conhecida é a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, que se constituiu em marco de passagem do Barroco para o Neoclássico.

³⁸ Correspondia a um trecho da atual Rua dos Andradas, que começava na Rua dos Pecados Mortais (oficialmente Rua do Arroio – hoje Gen. Bento Martins) e terminava na Rua da Ladeira (Rua Gen. Câmara). Prolongava-se um pouco além dos limites da povoação, onde estava situado um quartel que recebeu muitos nomes, como o da Tropa, do Arsenal da Marinha, Central de Polícia, e depois de Quartel do Exército, junto ao qual, em 1807, se haveriam de lançar os fundamentos da Igreja de Nossa Senhora das Dores. O nome advinha do fato de ser a última rua antes do rio, mas entre ela e o próprio ainda havia um largo areal que passou a ser aterrado e ocupado a partir de meados do século XIX pela Alfândega, pelas Oficinas do Arsenal (hoje Museu do Exército) e outros prédios sucessivos. O prolongamento desta rua a partir da Rua da Ladeira, lombada acima, era denominado de Rua da Graça.

³⁹ Também chamada de Rua do Cotovelo devido a uma inflexão que sofria entre o Beco do Fanha e a Rua da Ladeira. O nome de Ponte advém do fato de ter sido construída uma ponte no entroncamento com o Beco do Fanha porque por ali escorria a água de uma fonte, ainda existente na atualidade, no meio do pátio do Arquivo Público e que foi utilizada para fonte de abastecimento de água até a implantação dos serviços da Hidráulica Guaibense, por volta da proclamação da República.

⁴⁰ Também chamada de Rua da Igreja, correspondia a parte da atual Duque de Caxias e terminava na esquina da atual Rua Espírito Santo. A partir daí passava a se chamar de Rua São José, que correspondia às tradicionais Ruas Direitas das vilas em Portugal.

alto do mesmo terreno; ali se acham a igreja paroquial, a casa do real erário e o palácio do governo no meio de um e outro edifício. A frente olha para o Norte e para uma bela praça, talvez maior que a do Rocio de Lisboa, declinando um pouco para o mesmo norte...

Há outras ruas igualmente largas, limpas, feitas à linha como as sobreditas, e correm do Norte para o Sul. Os nomes são Rua de Bragança, Rua do Ouvidor, Rua Clara e Rua das Virtudes⁴¹.

O desenho público tem rompido outras muitas ruas, mas ainda não têm edifícios, nem consequentemente moradores, ou se alguns, não certamente os que pode vir a ter. E assim como a mesma Vila é a maior povoação da Capitania, é também a que tem maiores edifícios, e a única em que há justiça ordinária de jurisdição real, com gravíssimo incômodo e prejuízo dos moradores na distância de setenta, oitenta e noventa léguas... (*sic*)⁴²

A importância deste texto reside no fato de delimitar exatamente o perímetro urbano de então e colocar por terra muitas especulações que têm sido feitas a respeito do início de sua ocupação.

⁴¹ Este nome é desconhecido na literatura específica. Pela ordem da enumeração, deve corresponder à atual Rua General Bento Martins, que, à época, era denominada de Rua dos Pecados Mortais, por ser a do meretrício. Possivelmente o autor teve pudores em relatar ao rei a existência de semelhante antro. Como o autor descrevia o povoado como tendo ruas “largas, limpas e retas”, omitiu a existência de alguns becos nos dois sentidos: no sentido leste-oeste corriam a Rua da Graça, que corresponde ao prolongamento da Rua da Praia, a partir da Rua do Ouvidor (ou a Ladeira, atual General Câmara), e a Rua Nova (atual General Andrade Neves), que foi aberta um pouco mais tarde, por volta de 1812. No sentido norte-sul havia o Beco Inácio Manoel Vieira, que era mais conhecido como o Beco do Quebra-Costas ou do Fanha, que, depois de alargado, virou Rua Paissandu e, finalmente, Caldas Júnior. O Beco do Leite, que, na *vox populi*, recebia o nada convidativo nome de Beco do Mijo, desapareceu quando foi ocupado pelo prédio da Força & Luz (hoje CEEE), e o Beco do Poço, que ligava a rua Riachuelo à Duque de Caxias e depois se transformou em Rua General Paranhos e finalmente foi absorvido pela abertura da Avenida Borges de Medeiros. O Beco do Brito, depois Travessa Itapiru (hoje Travessa Engenheiro Acilino Carvalho), surgiu mais tarde, por volta de 1814. A Rua Clara é a atual Rua General João Manoel.

⁴² FERNANDES, José Marques. *Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Texto de 10 de setembro de 1809. In: NOAL, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anaterro, 2004, p. 25/6, vol. 1.

1.7 Contribuições indígenas

A mais preciosa descrição do povoado foi feita por Luiz dos Santos Vilhena. Este foi um modesto professor de grego que veio ao Brasil por acaso. Tendo feito um concurso público, em 1787, para reger a cadeira de língua grega, aparentemente na Real Academia, em Lisboa, no qual foi aprovado, não pôde assumir por ter contraído uma doença grave. Dois anos depois ficou curado, mas a cadeira já havia sido ocupada por outrem. Como alternativa, foi-lhe proposto assumir igual posto em Salvador, na Bahia, onde ficou durante dez anos lecionando grego e latim. Porém, não satisfeito com a monotonia de suas aulas, aproveitou as horas vagas para escrever uma monumental obra intitulada *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, que foi dedicada ao príncipe Dom João que, muito provavelmente, nunca a leu. Este príncipe viria a ser coroado como Dom João VI, por ironia do destino, no Brasil. Esta obra foi publicada em três volumes entre 1802 e 1803, em Lisboa, e caiu em quase total anonimato, no qual permanece até hoje. Em sua página de rosto, consta que se compõe de vinte cartas, mas, pelo índice, percebe-se que este número é de duas dúzias. Nelas, em estilo epistolar, relata a um hipotético amigo lisboeta, Filopomo, suas experiências e as informações que conseguiu reunir sobre a Bahia e sobre outras Capitanias do Brasil. Dentre elas, a décima sétima é integralmente dedicada à do Rio Grande de São Pedro do Sul. O próprio Vilhena diz que não a conheceu pessoalmente, mas relata o que lhe contaram “pessoas de tanto crédito e prática no país e terreno que pouca ou nenhuma dúvida podes ter no que te participo, pois tudo foi conferido com bastantes sujeitos tanto naturais como assistentes por muitos anos naquela capitania”. Pela precisão do relato de certos fatos e por detalhes que os envolvem, esta parece ser a conclusão à qual deveríamos chegar após sua leitura. A maior parte do texto se refere à política de desenvolvimento da Capitania, mas a primeira parte é dedicada à descrição da terra. Do texto referente a Porto Alegre, transcrevemos, em grafia atualizada, o que se segue:

Porto Alegre foi criada como vila⁴³ em 1772, quando governava aquela capitania Manoel Jorge Gomes Sepúlveda. Antes tinha o nome de Porto dos Casais. Está situada em lugar elevado com um declive até a margem de um lago, não só fundo como largo, no qual podem ancorar sumacas e corvetas.

⁴³ Aqui houve um erro evidente: a “fundação da vila” só ocorreu em 1810.

O terreno adjacente a esta vila é composto de terras que vulgarmente chamam de “delgadas” e são misturadas com alguma areia, razão pela qual são tidas como medianamente férteis. Apesar de serem deste tipo, não só produzem em abundância tudo que é próprio daquela região e clima como estão livres de excessivo crescimento de ervas, como é comum nas terras lavradas em quase todo o Brasil e que roubam a substância a todas as plantas a partir da falta de cuidado com a limpeza e a capina. Igualmente produzem em abundância quase todas as frutas que há neste reino e com especialidade de pêssegos que ali crescem como mato bravo, o que quase acontece com maçãs e marmelos. Também não é escassa a produção de grande parte dos legumes da Europa. Nenhuma terra pode competir com aquelas na produção de trigo. Em todos os arrabaldes de Porto Alegre há grandes estâncias de gado e nelas são fabricados queijos muito bons e bastante manteiga, o que poderá se tornar um promissor ramo do comércio se houver quem aplique o verdadeiro método e conhecimento de como na Inglaterra e na Holanda se produzem estes gêneros.

Muitas canoas grandes carregadas de víveres de diferentes espécies em conformidade com as estações acorrem ao porto no sábado de cada semana. Ali se abastecem os habitantes e os marinheiros. Para lá também se dirigem, com seus produtos, moradores de pequenas povoações que se comunicam, através de diversos rios, com Porto Alegre, que também é o empório desta população.

Apesar de serem muitos os rios pelos quais descem aquelas provisões de mantimentos, só farei menção aos mais importantes e das produções que abundam nas terras adjacentes de cada uma delas.

Concorrem a Porto Alegre os moradores das margens do rio Taquari que comerciam carnes de porco, toucinho, feijão, milho, arroz, queijos, manteiga, graxa, que é uma massa feita com sebo e tutano, com que temperam a comida e o sabão. Tudo isso é vendido a preços diminutos devido ao muito que as pequenas povoações e freguesias produzem.

O Rio do Lino⁴⁴, um dos mais apazíveis daquele distrito, por ficarem as vivendas da maior parte dos habitantes junto às margens, fornece a Porto Alegre hortaliças, carne em charque⁴⁵, que é vendida em certa medida salgada e secada ao sol, deliciosas frutas de espinhos⁴⁶, melancias e melões que, como os do Estreito de São José do Norte, são melhores que os de Portugal.

⁴⁴ Evidentemente, aqui foi cometido outro equívoco: trata-se do Rio dos Sinos.

⁴⁵ Esta produção regional, de origem quíchua, foi uma das formas encontradas para a conservação da carne, conhecida de longa data, conforme relatos dos primeiros cronistas da Capitania. Portanto, nada tem a ver com a carne de sol nordestina que alguns autores, equivocadamente, citam como tendo sido introduzida por um migrante vindo do Nordeste do Brasil.

⁴⁶ Esta estranha qualificação talvez tenha sido o designativo encontrado para o abacaxi.

Os moradores das vizinhanças do rio chamado da Aldeia⁴⁷ trazem para vender galinhas, frangos, patos, caças de diversas qualidades, principalmente as melhores perdizes daqueles contornos que são maiores e mais saborosas que as da Europa, as quais chamam de “zabelês”⁴⁸, conquanto também haja outras menores às quais dão o nome de “inhapopés”⁴⁹, louça de barro, telha e tijolos feitos nas muitas fábricas de olaria que ali foram construídas por haver boas argilas em suas vizinhanças, próprias até para louça branca, sendo os índios os melhores artífices desta mão de obra. De todos os índios que ali há, são estes os mais inteligentes e os melhor policiados porque não só semeiam trigo e legumes como plantam hortaliças, além de ter particular inclinação, préstimo e aptidão para a jardinagem. Todos seus pomares são plantados com bela simetria e boa ordem. Excedem todos os demais povoadores na criação de galinhas, patos, perus e pombos, o que, na distribuição do trabalho, compete às índias velhas que não se ocupam com outras atividades. (*sic*)⁵⁰

Este relato é surpreendente por várias razões. A primeira, talvez, seja a descrição de um comércio muito ativo entre a população do povoado e das adjacências, e o relato da variedade de produtos comercializados. Ressalta, ainda, a importância dos indígenas missionários da Aldeia dos Anjos. Surpreende também pelo fato de apontar que estes mesmos indígenas vendiam as suas cerâmicas no mercado da povoação na forma de louça e por qualificá-los como sendo os melhores artesãos nesta especialidade. Surpreende ainda pelo fato de que estes indígenas concorriam com as populações brancas no fornecimento de gêneros de primeira necessidade. Tudo isso mostra que os indígenas missionários tiveram uma importância maiúscula no início do povoamento e do desenvolvimento de Porto Alegre, e coloca em xeque a sempre propalada indigência e o resultante prejuízo que acarretava a sua manutenção aos cofres públicos. Este é um forte indicativo de que, por trás dessas queixas, se escondia alguma falcatura ou uma despregada corrupção, para utilizar um termo mais atual.

Do ponto de vista da construção civil e da arquitetura, este relato confirma a existência de olarias a certa distância (quatro léguas = 26.4 km) de Porto Alegre, em

⁴⁷ Trata-se do Rio Gravataí, que passava pela Aldeia dos Anjos, dos índios missionários.

⁴⁸ Palavra quicongo “zebele-zebele”, que quer dizer “que caminha lentamente”. É um nome dado a todo o gênero das codornas e perdizes (LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, 227).

⁴⁹ *Inambu* ou *inhambu* é o designativo guarani para perdiz. *Inhambupe* é a locução adverbial “nas perdizes”.

⁵⁰ VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa Oficial, 1921, p. 633/5.

Gravataí. Ao contrário do que se tem tido como certo, que a produção de tijolos e telhas foi introduzida por açorianos (o que por si só é discutível devido à escassa existência de argila nos Açores, contrabalançada pela extrema abundância de rochas ígneas), atesta-se que foram os indígenas missioneiros os autores desta proeza. Como estavam estabelecidos às margens do Gravataí, fica factível a viabilidade do transporte de tijolos, telhas e louças em condições de segurança: bastava carregar as canoas na origem e descarregá-las no destino, depois de um transporte fluvial, suave e sem solavancos.

Embora os estabelecimentos dos indígenas na Aldeia dos Anjos (Gravataí) tivessem começado em inícios da década de 1760, a verdade é que demorou algum tempo para que estes assentamentos viessem a se consolidar. Primeiro os indígenas foram levados para os arredores de Rio Pardo. Como foi julgado que esta região ficava muito perto da fronteira com a Argentina, o que poderia facilitar sua “fuga” para o lado castelhano – o que prova que, a esta altura dos acontecimentos, sua existência já começou a ser valorizada –, mais tarde foram reassentados na Aldeia e, em menor número, em alguns povoados “seguros” como Palmares e São Luis de Mostardas. A descoberta de que Porto Alegre oferecia a oportunidade de compra de produtos cerâmicos deve ter levado algum tempo, que corresponde ao que deve ter sido gasto na construção destas olarias e na construção dos barcos. Isso significa que vários fatores se conjugaram cronologicamente para viabilizar a construção da Capital nos termos das evidências documentais. Ao dividir a sesmaria em “meias datas”, Montanha já havia reservado zonas de matas para o fornecimento da madeira necessária à construção, possivelmente baseado nas leis de proteção às madeiras nobres vigentes em Portugal, que as reservavam ao uso real, para a construção dos navios que seriam utilizados nas viagens transoceânicas, por isso chamadas madeiras de lei. A impetuosidade do governador Figueiredo (Sepúlveda) exigindo a imediata construção do Palácio possivelmente tenha sido a razão principal pela qual este tenha sido construído em taipa. Mas a partir daí, e contrariando a tese tão cara aos professores da USP que consiste em tomar como certo que as construções no sul do Brasil, até meados do século XIX, eram de barro, as construções mais importantes passaram a ser de tijolos e telhas. Isso, naturalmente, não exclui a possibilidade de que algumas construções mais pobres – ou nem tanto, como se verá a seguir – fossem construídas em taipa.

Vilhena voltou a Lisboa em fins do século XVIII em razão do que não teve notícias de algumas construções novas que estavam sendo edificadas na cidade e que trouxeram significativos melhoramentos à qualidade de vida de sua população:

- a) Em 1794 foi decidida a construção da Cadeia que foi arrematada pelo pedreiro Jacinto José, sendo-lhe entregue para construção depois

de prestar juramento sob os Santos Evangelhos de que honraria os compromissos;

- b) no mesmo ano foi construído um teatro que recebeu o nome de Casa da Comédia, no qual foram encenados autos de tradicional dramaturgia portuguesa como o de Inez de Castro, da Princesa Magalona e da Lusitana;
- c) em 13 de maio de 1795 foi construída uma enfermaria por esforço de José Antonio da Silva;
- d) em 1797 foi desapropriado o terreno onde foi construído o Arsenal de Marinha; e
- e) em 1798 foi organizado o serviço de correios.

Aqui convém fazer uma digressão para tratar de uma matéria da mais alta relevância para a vida e o desenvolvimento do povoado: as atividades religiosas. A implantação da igreja no ponto mais alto do conglomerado e o destaque plástico que ela mesma recebeu são uma demonstração de sua importância, que transcendia as atividades exclusivamente relacionadas com a fé, pois estava profundamente ligada, também, às funções burocráticas da vida civil, posto que, através dela, era exercido o mais eficiente controle moral e ético da sociedade. Os registros de batizado, de casamento e de enterro eram documentos imprescindíveis para o exercício da cidadania. Legalmente, a justiça corria por conta de um corpo de juízes que, no entanto, era muito deficiente em número e qualidade. Na falta de juízes competentes, grande parte das questões eram resolvidas por meio da ação de clérigos. A obrigatoriedade de comungar em determinados dias santificados servia de meio para promover os recenseamentos. A educação foi, durante muito tempo, um monopólio das ordens religiosas. O privilégio de estabelecer a cobrança de impostos para a manutenção destas instituições aumentou consideravelmente seu poder financeiro. O simples fato de que os clérigos eram alfabetizados dentro de uma sociedade de baixíssimos níveis de instrução se constituía em mais um fator de sua importância social. Mais do que isso, era na igreja que se exercia o contato e o convívio da sociedade.

1.8 O município

Em 1809 foram criados os primeiros quatro municípios da Capitania, que eram os de Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. Por esta época, o povoado/capital foi visitado por John Luccock, que nela não encontrou muita coisa interessante a ser citada. Quando muito a de que:

As casas de Porto Alegre são bem construídas, caiadas por fora e dispostas em ruas, muitas delas largas e calçadas. Desde 1773 que é a capital da província⁵¹; o paço e as repartições públicas acham-se sobre o cume de um morro. Ali reside o governador da Província, um vigário geral, um ouvidor, um juiz e uma espécie de vice-chanceler que é um curador de órfãos⁵². Possui um estaleiro, abundantemente suprido com madeira que cresce nas margens daqueles rios...⁵³

A novidade deste relato é que as casas eram caiadas “por fora”. Será possível deduzir aí que elas não eram caiadas por dentro? O que é certo é que a cal ainda era bastante cara. Efetivamente, temos notícias da importação através de Rio Grande de algumas barricas de cal, mas esta transação era coisa esporádica até a descoberta de pedras calcárias na região de Rio Pardo. Esta levou à construção das primeiras caieiras. Em breve, foram descobertas outras jazidas, e ao fim do primeiro quartel de século XIX já havia diversos produtores de cal virgem espalhados pela Província.

No ano de 1810, em que o povoado de Porto Alegre passaria a vila, e, como tal, receberia sua Câmara de Vereadores e seu pelourinho, ocorreu a visita do geólogo alemão Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner, que para cá foi mandado a fim de estudar as minas de carvão de pedra e sua possível exploração comercial. De sua rápida passagem por Porto Alegre relatou que, embora tivesse sido muito bem recebido e alojado em camas de luxo com colchas de cetim, círios (castiçais) de prata, na hora

⁵¹ Trata-se, obviamente, de um equívoco do autor, posto que o desígnio de “Província” só seria dado a partir da independência. Até lá, as diversas regiões administrativas foram denominadas “Capitanias”.

⁵² Certamente o autor está se referindo ao Juiz de Órfãos. Embora já tivesse sido criado o Município de Porto Alegre, Luccock não se refere à existência de uma Câmara de Vereadores. Nisso ele está correto, posto que para tanto faltava o povoado ser elevado à categoria de “Vila”, o que só aconteceria no ano seguinte.

⁵³ LUCCOCK, John. *Notícias sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos neste país, de 1808 a 1818*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975, p. 152.

do jantar as pessoas se serviam em pratos comuns, duas a duas e, ele, como deferência especial por ser pessoa ilustre, recebeu um prato só para si, e uma bonita moça de 17 anos sentou-se a seu lado com a exclusiva função de lhe servir e cortar a comida⁵⁴. Como foi visto anteriormente, desde longa data os indígenas já estavam vendendo louça cerâmica no mercado e, como será mostrado adiante, a esta época já havia ceramistas estabelecidos na vila. Como estava hospedado em família de recursos, não foi por pobreza que as pessoas se serviam em pratos comuns, mas por uma questão de herança cultural cujas consequências serão examinadas mais adiante.

Em 1815 Porto Alegre recebeu mais uma visita ilustre, a do bispo do Rio de Janeiro Dom José Caetano Coutinho, que relatou as seguintes impressões sobre a vila:

[...] principiam as casas desde a praia, que é toda guarnecida de uma rua mui comprida na qual vêm desembocar muitas outras ruas largas e direitas, especialmente uma, que vai direita⁵⁵ à Igreja Matriz, em grande distância sobre a colina que descobre largos horizontes de campinas e planícies. Toda esta localidade tem muita semelhança com o bairro de Belém e Calçada da Ajuda, em Lisboa. A extensão do terreno da vila não é menor que a da cidade de São Paulo, e ainda que as ruas não estejam ainda acabadas e cheias de casas, creio que o número de seus habitantes é já atualmente igual⁵⁶ ou pouco inferior aos daquela cidade.⁵⁷

⁵⁴ Supomos que se tratasse de uma mucama.

⁵⁵ O termo “direito” deve ser entendido como “direto”. A propósito, têm sido feitos muitos comentários chistosos a respeito das Ruas Direitas das cidades brasileiras do período colonial, especialmente por serem muito irregulares. Isso também aconteceu com Porto Alegre. A Rua São José (que correspondia à Duque de Caxias, no trecho entre a Espírito Santo e a Praça Conde de Porto Alegre, vulgarmente, do Portão) também era denominada de Rua Direita por conduzir “direito” à praça central, apesar de possuir duas inflexões em seu trajeto.

⁵⁶ Em 1794 a cidade de São Paulo possuía 9.359 habitantes (ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: 1987, p. 10213, vol. 18) e tinha 9.391 almas em 1836 (TAUNAI, Afonso de. *Velho São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 20. vol. I). Isso significa que sua população se manteve virtualmente estável, ao contrário da de Porto Alegre. Os dados disponíveis indicam que, em 1814, a vila tinha 6.111 habitantes, o que significa cerca de 2/3 da Capital paulista. Mas, ao contrário de São Paulo, Porto Alegre estava numa fase de expansão populacional. Já em 1820 sua população era avaliada como sendo entre 10 e 12 mil moradores, o que significa que já havia ultrapassado em número de habitantes aquela Capital.

⁵⁷ NEIS, Ruben. Porto Alegre em 1815. *Correio do Povo*. Porto Alegre: Caldas Júnior, 31. mar. 1973, p. 3, Caderno de Sábado.

1.9 Porto Alegre segundo Dreys

Pouco antes da Proclamação da Independência, Porto Alegre foi visitada por dois franceses: Nicolau Dreys e Auguste de Saint-Hilaire. O primeiro era comerciante e aqui morou entre 1817 e 1826. Por isso algumas de suas observações podem ser do período seguinte, depois que a vila foi promovida a “cidade”. Em seu relato publicado em 1839, consta:

Na sumidade da eminência, erguem-se, entre outros edifícios mais ou menos notáveis, a Matriz, o Palácio do Governo, o Paço da Câmara Municipal e a casa suntuosa do visconde de São Leopoldo.⁵⁸

Aqui é relatado, por vez primeira, que a recém-criada Câmara de Vereadores também foi instalada, juntamente com as demais funções anteriormente vistas, no prédio da Assembleia. Não se sabe quando foi iniciada a construção da “suntuosa casa do visconde”, hoje conhecida como o Solar dos Câmara⁵⁹. Consta que foi construída aos poucos, em sucessivas reformas e ampliações, para chegar ao que existe em nossos dias. Sabe-se que o Visconde de São Leopoldo foi o primeiro governador provincial e que então já morava no prédio, o que quer dizer que, cronologicamente, o início de sua construção deve ser enquadrado ainda no período do Reino Unido. Mais adiante, relata Dreys:

[...] a rua mais extensa é a da Praia, que se prolonga em torno do morro a Oeste⁶⁰, à borda da lagoa; nesta rua, formada por casas habitadas por negociantes, é que parece se ter concentrado o negócio, deixando às outras classes da sociedade as ruas abertas sobre os planos superiores. Ali está o edifício moderno da alfândega e seu extenso trapiche sobre a lagoa: obra sem ornamentos, esbelta, porém sólida, guarnecida de assentos em ambos os lados e oferecendo um passeio que

⁵⁸ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Americana, 1827, p. 86.

⁵⁹ Apesar de já ter sido publicado um livro sobre o Solar dos Câmara, da mesma forma como de outros prédios da cidade, que primam pela linguagem cheia de adjetivações rebuscadas e barrocas, esses textos pouco esclarecem sobre os dados primários da construção como de seu arquiteto, da data de sua construção, de seu responsável técnico-construtor e das reformas que sofreram ao longo do tempo.

⁶⁰ Mais uma vez está aqui referido que a rua se prolongava de leste para oeste, o que quer dizer para a ponta da península. Com isso interpretamos que aquela extremidade ainda não estava ocupada.

não deixa de ter seu merecimento para respirar-se a frescura das águas nas belas noites de verão.

A várzea contínua à cidade da parte de E. N. E. (esnordeste)⁶¹ é uma extensa e graciosa planície permeada de chácaras, de casas de boa aparência e de alguns estabelecimentos de indústria local, como olarias⁶² etc. (*sic*)⁶³

Este texto mostra que o fato de Porto Alegre ter se tornado vila trouxe outros dividendos, dos quais a construção de uma alfândega – importante centro de arrecadação de impostos – foi um dos mais relevantes. Sua construção na antiga praça onde funcionava o mercado deve ter sido a razão principal pela qual o mesmo passaria a ser deslocado para o Largo dos Ferreiros (hoje Praça Quinze de Novembro).

1.10 Porto Alegre segundo Saint-Hilaire

O segundo francês, Saint-Hilaire, tornou-se bem mais conhecido que o anterior, e por aí passou em meados de 1820, quando deixou um longo texto de suas observações sobre a vila.

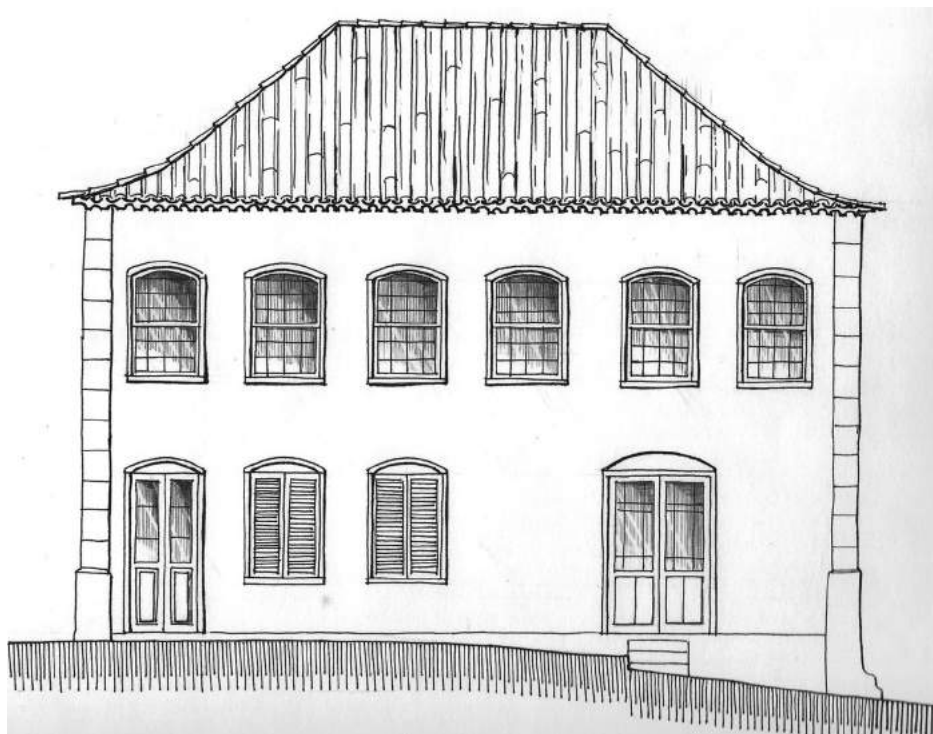
Antes mesmo de chegar à vila, descreveu seus arredores, onde constatou a existência de algumas casas de fazenda que eram cobertas de telhas, mas de pequenas dimensões e um só piso, apesar de os proprietários possuírem entre 10 e 12 mil cabeças de gado, avaliadas em cerca de 250 mil francos, além de serem donos de muitos escravos e terem grande número de cavalos. Esta é uma repetição do que já havíamos levantado em textos de outros viajantes em seus percursos pelo centro-sul do país: apesar de serem pessoas muito ricas, os estancieiros viviam em condições muito modestas. Dentre estas casas, o viajante não citou a da Travessa Paraíso por não ter passado pelo Menino Deus. É provável que esse prédio fosse daquela época. Isso não exclui a possibilidade de que seja do fim do século XVIII.

⁶¹ Trata-se, obviamente, da planície ao longo do Caminho Novo (Rua Voluntários da Pátria), hoje correspondente a Floresta e Navegantes.

⁶² Normalmente, têm-se citado que as primeiras olarias teriam surgido ao longo do Riacho, pelo lado sul, onde havia inclusive uma rua denominada de Olaria (hoje, Lima e Silva). Esta observação de Dreyes, se não desmente esta assertiva, pelo menos assinala que as mesmas também existiam pelo lado setentrional.

⁶³ DREYS, N. *Op. cit.*, p. 87.

Figura 9 – Sobrado da Travessa Paraíso, um possível remanescente da casa de fazenda do século XVIII.



Saint-Hilaire descreveu também a existência de “pequenas casas cercadas de cultura, defendidas do gado por valas profundas guarnecidas de cactos em um de seus bordos”⁶⁴ ou, ainda, “mais além, estendem-se vastos gramados semeados de espinheiros, grupos de árvores e fileiras de arbustos copados que desenhavam contornos irregulares de um grande número de sebes” (p. 41) e que havia algumas palhoças esparsas a alguma distância destas casas senhoriais ou mesmo isoladas. Noutro trecho, diz que:

[...] a região (de Porto Alegre) continua a ser pouco ondulada, mais povoada de casas, pequenas, porém bem conservadas e construídas sobre eminências

⁶⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1974, p. 46.

do terreno. Junto a cada casa existe um grupo de frondosas laranjeiras⁶⁵, no momento pejadas de magníficos frutos, e nas vizinhanças veem-se plantações de mandioca cercadas de valas profundas, e limitadas no lado interno por uma fileira de cactáceas...⁶⁶ Sai ao norte da cidade, margeando primeiro o lago e depois o Rio Gravataí, afluente deste lago. De um lado o caminho é guarnecido por uma linha de salgueiros e no outro existem casa de campo e jardins cercados de sebes de uma mimosácea espinhosa...⁶⁷

Embora não o citasse explicitamente, a descrição destes assentamentos indica a existência de típicas epatas⁶⁸ (conjunto de diversas construções que

⁶⁵ Noutra passagem, refere-se a outras árvores frutíferas como pessegueiros, ameixeiras, macieiras, pereiras, cerejeiras, oliveiras, vinhas (p. 34). Evidentemente, esqueceu-se de citar as numerosas árvores frutíferas nativas como o araçá, a pitanga ou o marmelo.

⁶⁶ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 29.

⁶⁷ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 32.

⁶⁸ O termo mais empregado na literatura universal é de *kraal*. Esta palavra é holandesa e derivou do português “curral”. Ora, “curral” é um designativo de cercado de animais. Qualificar moradias africanas com este termo é preconceituoso e depreciativo. Os termos originais africanos também causam problema porque cada povo tem a sua denominação própria para seu assentamento residencial. Como as descrições indicam serem de origem banto, optamos pelo emprego do termo quimbundo *epata*. De um modo geral, pode-se dizer que se trata de uma versão banto do conceito de “moradia”. Dentro da tradição europeia, uma moradia é conceituada como uma construção única, dividida internamente em vários compartimentos e que servem de abrigo a uma unidade familiar. Sua origem remonta a um espaço único no centro do qual era mantido o fogo que aquecia o ambiente e servia de centro de preparação dos alimentos. Era, portanto, adequado ao clima frio. Pode-se dizer que o conceito africano majoritário de moradia era o inverso da versão europeia: é o conjunto de construções unifuncionais, cada qual independente das demais e que servia de abrigo para uma unidade familiar. O fato de cada construção estar separada das demais implica que esta forma de organização espacial permitia a mais ampla e desimpedida ventilação do conjunto, o que mostra sua profunda adaptação ao clima quente. Numa definição mais precisa, a palavra *epata* pressupõe a existência de um terreno com as diversas construções. Este terreno é, quase sempre, cercado em toda a periferia, apresentando apenas um acesso, que é rigorosamente vigiado. Existe uma grande quantidade de soluções para esta cerca, que pode ser de pau a pique, de taipa nas mais diversas alturas, de um muro de terra, muitas vezes associado a uma valeta externa ao conjunto ou formado por uma cerca viva de essências espinhosas e arbustivas, por vezes complementadas com urtigas – onde a preferência recaía em alguma das numerosas espécies de agaves nativas – ou ainda na fixação de esteiras de bambu (queretim) ou fibras vegetais longas (como papiro ou junco) que tinham a vantagem de fornecer um obstáculo ao “mau olhar”. De uma forma geral, a regra era que cada edificação se destinava a uma só função. Numa estrutura familiar poligâmica, isso significava que o marido tinha uma casa própria; cada mulher, uma casa e sua respectiva cozinha; agregados familiares como a sogra, irmãos e cunhados solteiros ou filhos adultos também tinham suas próprias moradas; além disso, a *epata* ainda era integrada por construções de uso comum,

formam uma residência familiar poligâmica) banto. Aparentemente, tratava-se de uma população rural ou semirural de escravos casados ou de negros alforriados, o que não deixa de ser surpreendente para uma época tão longínqua. Na África, essas epatas eram fechadas com cercas de paus a pique, esteiras trançadas com lascas de bambu (chamadas de querentim) ou, preferencialmente, de cercas vivas realizadas com arbustos espinhosos e algum tipo de agave que abundam naquele continente. Diversos viajantes contemporâneos de Saint-Hilaire e que percorreram as regiões de mineração deram conta da existência deste tipo de cercas utilizando pés de abacaxi em substituição ao agave, e as cercas de arbustos espinhosos eram constituídas principalmente de limoeiros. Porém, nas descrições daqueles viajantes não foram encontradas referências a cercas complementadas com valos que, de resto, não eram muito frequentes em solo africano, nem que na borda interna dele fossem plantados pés de cactos que se constituíssem em plantas exclusivamente americanas. Ao que nos consta, os agaves são plantas africanas e, à época, elas ainda não tinham sido importadas e difundidas na amplitude em que se encontram em nossos dias. Isso tudo demonstra a grande capacidade que os negros tiveram em se adaptar às condições locais sem abrir mão de seus costumes e técnicas ancestrais.

A primeira impressão que o viajante teve de Porto Alegre não foi das mais favoráveis. Embora se surpreendesse com a intensidade do movimento na vila e da existência de muitos sobrados – aspecto que ele contradiz francamente às aquarelas de Wendroth de trinta anos mais tarde, nas quais só aparecem esporádicos sobrados –, da existência de negros, brancos e pouco mulatos⁶⁹, ela era muito nova, com muitas casas ainda em construção, mas de ruas imundas, até mesmo mais sujas que as do Rio de Janeiro. Mais adiante, diria que

[...] poucas casas possuem jardim e muitas não têm mesmo pátio⁷⁰, redundando isso no grave inconveniente de serem atiradas à rua todas as imundícies,

como banheiro, depósito de cereais, abrigos de bezerros e outros animais. Dependendo da tradição tribal, o espaço interno de uma *epata* ainda podia abrigar um conjunto de árvores frutíferas, de sombra ou rituais (como moradas de orixás) ou uma horta.

⁶⁹ Este fato já havíamos descrito na obra *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Sagra, 1991), mas que, a partir da Guerra dos Farrapos, tomou outros rumos, de modo que, à época da abolição, eram poucos os negros puros, o que contrastava com avantajado número de mestiços.

⁷⁰ O autor deve estar se referindo a “casas de alfurja”, de tradição portuguesa e originárias da cultura berbere. Trata-se de minúsculos pátios construídos atrás das casas, cercados de altos muros (de

tornando-as de uma extrema sujeira. As encruzilhadas, nos terrenos baldios e principalmente as margens do lago, são entulhadas de lixo. Apesar de ser o lago o único manancial de água potável, utilizado pela população, consentem que nele se faça o despejo das residências. (*sic*)⁷¹

O costume de atirar à rua todo o tipo de sujeira provém de tempos muito antigos. Na Idade Média isso era praticado em toda a Europa. Dele resulta o desenho dos perfis das ruas no que diz respeito a seu caimento para uma calha central (sarjeta) e de sua inclinação para que as enxurradas levassem a imundice ladeira abaixo. Por isso mesmo, nos pontos mais baixos das ruas havia um cruzamento com uma rua perpendicular por onde o lixo era levado até fora da povoação; no caso de Porto Alegre, até o rio⁷². Esta é a razão pela qual as ladeiras não são paralelas entre si: elas seguiam a linha de maior declive do terreno. Pelo visto, o fato de as ruas serem imundas não causava asco à população, por passar por coisa ordinária. Outros viajantes já citados consideravam as ruas “limpas”. Por ser originário de Paris, Saint-Hilaire já tinha vivenciado os primeiros passos rumo ao saneamento das povoações que – diga-se de passagem –, mesmo naquele país, ainda não havia feito grandes progressos. A efetiva pavimentação das ruas só seria tomada a peito trinta anos mais tarde, e a canalização do esgoto, no início do período republicano.

A descrição da vila por Saint-Hilaire foi bem mais generosa que a de Dreys:

A cidade (*sic*) de Porto Alegre dispõe-se em anfiteatro sobre um dos lados da colina de que falei, voltada para noroeste (*sic*). Ela se compõe de três longas ruas principais que começam aquém da península, no continente, por assim dizer, estendendo-se em todo o comprimento paralelamente ao lago, sendo atravessada por outras ruas muito mais curtas, traçadas sobre a encosta da colina. Várias destas ruas são calçadas, outras somente em parte, porém todas muito mal pavimentadas⁷³. Na chamada Rua da Praia, que é a mais próxima

cerca de três metros de altura) através dos quais era feita a ventilação e a iluminação interna das casas.

⁷¹ SAINT-HILAIRE. *Op cit.*, p. 43.

⁷² Em recente seminário, foi apresentado um trabalho sobre prospecção arqueológica na Rua da Praia, na altura do entroncamento com a Rua da Ladeira, onde foi constatada a existência de uma enorme lixeira, de quase cinquenta metros de extensão em ambas as direções.

⁷³ Aqui se deve atentar para o fato de que o autor distingue “calçamento” de “pavimentação”. Por calçada, entendia-se a existência de “calços” de pedra chatas e lisas que eram colocadas na frente das construções e que tinham por finalidade receber a água que caía dos beirados, em razão

do lago, existe diante de cada grupo de casas um passeio constituído por largas pedras chatas em frente do qual são colocados, de distância em distância, marcos estreitos e altos⁷⁴.

As casas de Porto Alegre são cobertas de telhas, caiadas na frente, construídas em tijolos sobre alicerces de pedra; são bem conservadas. A maior parte possui sacadas. São em geral maiores que as das outras cidades do interior do Brasil, e um grande número delas possui um andar além do térreo, e algumas têm mesmo dois.

A Rua da Praia, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando volumes diversos. É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões. Quase na metade desta rua existe um grande cais dirigido para o lago e ao qual se vai por uma ponte de madeira de cerca de cem passos de comprimento, guarnecida de parapeito e mantida por pilares de alvenaria. As mercadorias que ali se descarregam são recebidas na extremidade dessa ponte, sob um armazém de 23 passos de largura por 30 de comprimento (aproximadamente 19,5 por 25,5m), construído sobre oito pilares de pedra em que se apoiam outras (*sic*) de madeira. A vista desse cais seria de um lindo efeito para a cidade se não houvesse sido prejudicada pela construção de um edifício pesado e feio, à entrada da ponte de 40 passos (34m) de comprimento, destinado à alfândega.

Uma das três grandes ruas, chamada Rua da Igreja, estende-se sobre a crista da colina. É aí que ficam os três principais edifícios da cidade, o Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Justiça⁷⁵. São construídos alinhados e voltados

do que eram inclinadas para o centro da rua, onde se encontrava a única sarjeta. Consta que a inclinação teria se originado para desviar os respingos para a rua, evitando que a água molhasse as paredes, em geral de terra, e que assim comprometesse sua estabilidade. Esta não parece ser uma boa justificativa para Porto Alegre, posto que aqui as construções eram de tijolos (o que não excluía o uso da argamassa de barro), mas em muitas cidades coloniais elas ainda podem ser encontradas em nossos dias, como no centro do Rio de Janeiro. Portanto, a princípio estes “calços” nada tinham a ver com o deslocamento dos transeuntes, fato que foi se afirmando ao longo do tempo, especialmente quando o trânsito de carroças e cavalos começou a aumentar. Por esta razão, passou-se a se separarem as duas faixas de trânsito através de “marcos estreitos e altos”, aos quais se refere o autor e que receberam o nome de “frades de pedra”. Para além destes “calços” se encontrava, ou deveria encontrar, a pavimentação. Esta pavimentação com pedras irregulares só passou a ser realizada consistentemente a partir dos fins da década de 1850, com o assim chamado “nivelamento” das ruas.

⁷⁴ Estes marcos eram os “frades de pedra”, que também eram usados para amarrar as montarias.

⁷⁵ Hoje chamado de Assembleia. Este prédio fora construído para abrigar a única câmara de vereadores existente na Capitania, primeiramente transferida para Viamão e daí a Porto Alegre

para noroeste (*sic*). Na mesma fase da rua, em frente, não existem edifícios, mas tão somente um muro de arrimo, a fim de que não seja prejudicada a linda vista daí descortinável. Abaixo deste muro, sobre o declive da colina, existe uma praça, infelizmente muito irregular, cujo aterro é mantido por pedras soltas sobre o solo, formando tabuleiros dispostos em losango...⁷⁶

Os edifícios existentes no cume da colina não oferecem beleza independente da situação. Pode-se mesmo afirmar que eles não estão em relação com a importância da cidade e a riqueza da Capitania.

O Palácio do Governo não passa de uma casa comum, de um andar e nove sacadas⁷⁷ (*sic*) na frente. Mal dividido internamente, não possui uma só peça onde se possa reunir uma sociedade numerosa⁷⁸ como a de Porto Alegre. O Palácio da Justiça é muito mais mesquinho ainda, térreo. A igreja paroquial, cujo acesso se faz por uma escada, tem duas torres desiguais⁷⁹; é clara, bem ornamentada e tem dois altares além dos que acompanham a capela-mor. Entretanto é muito pequena, pois, segundo medi, conta apenas 40 passos (cerca de 34m) da capela-mor à porta (*sic*).

por força da tomada de Rio Grande pelas tropas de Ceballos. Com a retomada de Rio Grande, a Câmara foi transferida para aquela cidade e o prédio foi destinado a abrigar os serviços da Justiça (Fórum). A razão desta transferência era a tradição colonial de realizar os julgamentos judiciais na Câmara de Vereadores. Com a volta da Câmara para Rio Grande, o prédio ficou por conta da Justiça e ainda passou a servir de agência arrecadadora de impostos.

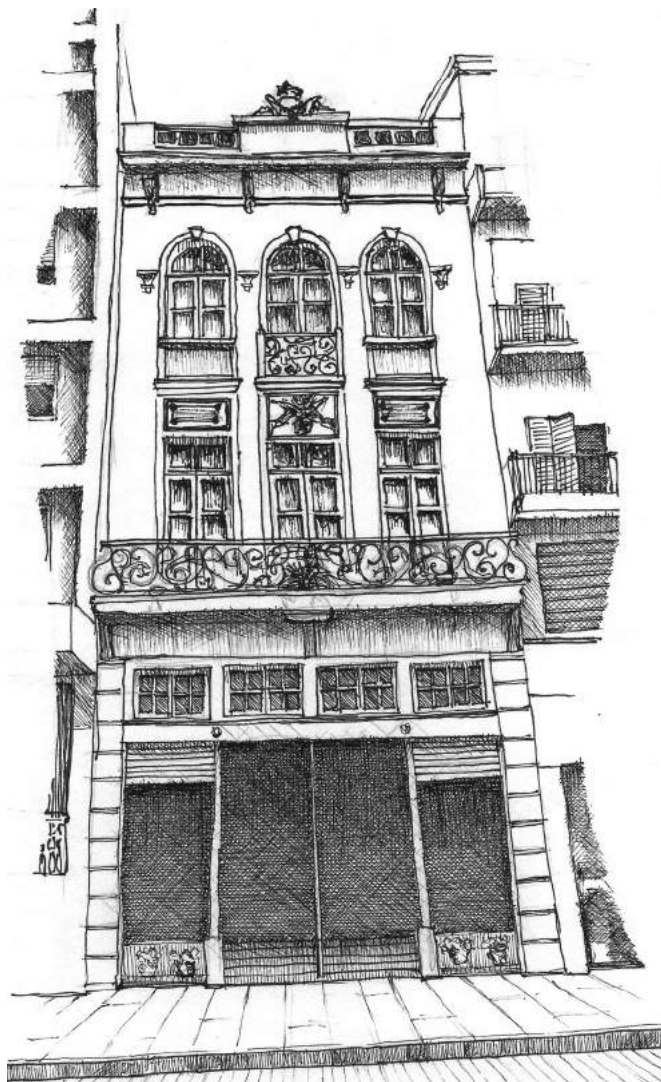
⁷⁶ Na gravura à página 138 da obra de Augusto Porto Alegre (*A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906), estão representados retângulos formados por pedras soltas coloridas, diferentes dos losangos referidos por Saint-Hilaire.

⁷⁷ As aquarelas e aquafortes de Wendroth mostram um palácio com nove janelas no piso superior e não com sacadas.

⁷⁸ Evidentemente Saint-Hilaire não estava se referindo a um palácio administrativo como hoje o conceberíamos, mas a um de eventos sociais, para jantares, bailes e recepções, como eram os palácios da nobreza europeia e dentro dos princípios nos quais iria ser construído, mais tarde, o Palácio Piratini.

⁷⁹ A torre da direita, junto ao Palácio, ainda não estava concluída.

Figura 10 – O sobrado da Rua dos Andradas, 697, é do período do ecletismo, mas deve ser uma das construções atuais que mais se aproximam das descritas por Saint-Hilaire: "um grande número delas possui um andar além do térreo e algumas têm mesmo dois".



Menos importantes são os outros edifícios públicos de Porto Alegre. Além da igreja paroquial, existem mais duas outras⁸⁰, ainda não terminadas. Numa,

⁸⁰ Igrejas de Nossa Senhora das Dores e do Rosário.

contudo, já celebram missa⁸¹, enquanto a outra, ainda não coberta, tem sua construção paralisada. A sede da Câmara não passa de uma casinha térrea, onde dificilmente se instalaria um particular medianamente abastado. Aqui a cadeia não faz parte da Câmara⁸², existindo duas muito pequenas, situadas à entrada da cidade.

Na extremidade da Rua da Praia existem dois edifícios, vizinhos⁸³, servindo de armazém para a marinha, de depósito de armas, e onde se instalou, para as necessidades das tropas, oficina de armeiro⁸⁴, seleiro e carreiro⁸⁵. Causou-me admiração a ordem, o arrojo – diga-se mesmo –, a elegância reinantes na sala destinada às armas de reserva.

Do lado do lago, onde estes prédios têm fachada, cada um apresenta uma espécie de apartamento alongado, de rés do chão, na extremidade do qual há um pavilhão de um andar. Entre os dois edifícios há um espaço considerável, correspondendo, em um plano mais elevado, à Igreja das Dores, uma das duas retro citadas. Em frente da igreja, além dos armazéns e, portanto, próximo ao lago, vê-se uma coluna encabeçada por um globo, indicando que a cidade (*sic*) é sede de uma comarca⁸⁶. Diante dela, construiu-se um dique de pedra destinado

⁸¹ Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

⁸² Saint-Hilaire se refere ao costume do período colonial em que o prédio da Câmara era um sobrado no qual o térreo era ocupado pela cadeia – razão pela qual era denominada de “Casa de Câmara e Cadeia” –, na qual não havia portas. O acesso à cadeia era feito por alçapões no entrepiso. A separação entre a Câmara e a cadeia só passaria a ser corrente a partir do Império. Curiosamente, a Capitania de São Pedro passaria a lançar moda: ao que nos consta, não há notícia no Rio Grande do Sul da existência de uma Casa de Câmara e Cadeia em seu território.

⁸³ Um, certamente, era o Quartel do Exército, construído na esquina da Rua da Praia (Andradas) com a Rua Direita (Gen. Canabarro). O segundo deve ter sido um prédio que foi demolido para dar lugar ao do Seminário e que nunca chegou a funcionar como tal, posto que, depois de concluído, foi destinado ao Arsenal da Marinha.

⁸⁴ Fabricante de armas.

⁸⁵ Comumente o designativo de “guia de carro de boi”, mas aqui, provavelmente, se refere ao construtor desses carros.

⁸⁶ Aqui o autor cometeu alguns equívocos: o globo que encabeçava a coluna indica que se tratava do escudo do Estado Português. Isto evidencia que se tratava de um pelourinho. Os pelourinhos eram erguidos diante das Casas de Câmara e Cadeia como símbolos da existência local de uma autoridade civil. Com a elevação de Porto Alegre à categoria de “cidade” e a constituição de uma Assembleia Provincial, a administração municipal foi transferida, provisoriamente, para o Quartel do Exército, conforme pode ser visto no levantamento realizado em 1839, por Luiz Pereira Dias. Por esta razão, estão equivocados aqueles que julgam que o pelourinho foi erguido na frente da Igreja de N. S. das Dores: na realidade ele foi colocado – segundo as tradições provenientes da Idade Média – na frente da Câmara de Vereadores, que, por mera casualidade, se encontrava ao

a servir de cais para os dois armazéns. Esse conjunto teria um belo efeito se a igreja estivesse pronta, se o terreno existente entre ela e os dois armazéns estivesse sido nivelado, e estes, embora construídos sob a mesma planta, não apresentassem diferenças tão chocantes.

Fora da cidade (*sic*), sobre um dos pontos mais altos da colina onde ela se desenvolve, iniciou-se a construção de um hospital⁸⁷ cujas proporções são tamanhas que talvez não seja terminado tão cedo. Mas sua posição foi escolhida com rara felicidade, ficando perfeitamente arejado, bastante distante da cidade para evitar contágios e ao mesmo tempo próximo quando às finalidades do suprimento médico e farmacêutico.

Embora construído somente pelo lado noroeste da colina, a cidade (*sic*) possui várias casas do lado oposto, esparsas e desalinhadas, entremeadas de terrenos baldios, pequenas e mal construídas, quase todas habitadas pela população pobre⁸⁸. (*sic*)

1.11 Dois solares

É curioso que nenhum dos dois autores tenha se referido ao solar que Dom Diogo de Souza mandou construir na Rua Riachuelo, entre o Largo junto à Praça

lado (ou quase) do referido templo. Além disso, o pelourinho era o símbolo do poder civil e não do poder judiciário. Indicava, portanto, que a cidade (ou a vila) dispunha de administração própria, o que independia de ser ou não sede de comarca. Até o presente, ainda não foi encontrada uma imagem deste pelourinho, que deveria ter sido transferido para a Praça da Matriz por ocasião da mudança da administração para a Casa de Câmara para aquele local, ao lado do Teatro São Pedro. Não foram encontradas evidências de que isto tenha acontecido. Possivelmente isto não tenha ocorrido devido à associação que se fazia com a escravidão, uma vez que a coluna também era utilizada para nela se amarrarem os criminosos para tornar pública a condenação. Esses criminosos, em sua maioria, eram cativos. Como na época da transferência já havia se constituído o movimento abolicionista, é mais provável que sua transferência não tenha se realizado. De qualquer modo, ainda é um mistério onde acabou este marco de importância histórica para a cidade.

⁸⁷ Seu nome não era hospital e sim “Santa Casa de Misericórdia”, pois o conceito ainda vigente não era o de uma instituição curativa, mas de isolamento, para evitar o contágio de doenças infecciosas do restante da população. Normalmente, os enfermos eram tratados em casa, com chás e remédios disponíveis. Se seu estado não melhorasse, eram levados ao hospital, onde havia freiras encarregadas de rezar por suas almas e prepará-las para o além. Se a pessoa se curasse, isso era atribuído ao fervor das orações.

⁸⁸ SAINT-HILAIRE. *Op. cit.*, p. 40/2.

da Matriz e o Beco do Poço⁸⁹ (depois, Paranhos, hoje Borges de Medeiros), prédio que foi mandado demolir, incompressivelmente, pelos integrantes do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul para a construção de sua nova sede, sob a discutível alegação de que ele estava muito degradado. Certamente era o mais imponente prédio residencial da cidade e do mais fino acabamento, o que pode ser verificado pela qualidade dos gradis, que somente à época de sua construção começavam a ser importados, pelas ombreiras e vergas das aberturas realizadas em pedra lavrada, que era um luxo a que poucos podiam se dar. Provavelmente foi o prédio que promoveu a estreia das platibandas em Porto Alegre. Ainda mais surpreendente é o fato de que elas tenham sido feitas com balaustradas de argamassa armada. Dada a precocidade de seu emprego, supõe-se que elas tenham sido objeto de reforma posterior.

Figura 11 – Tentativa de reconstituição da fachada do Solar de Dom Diogo de Souza a partir de fotos antigas. Foi construído por volta de 1812.



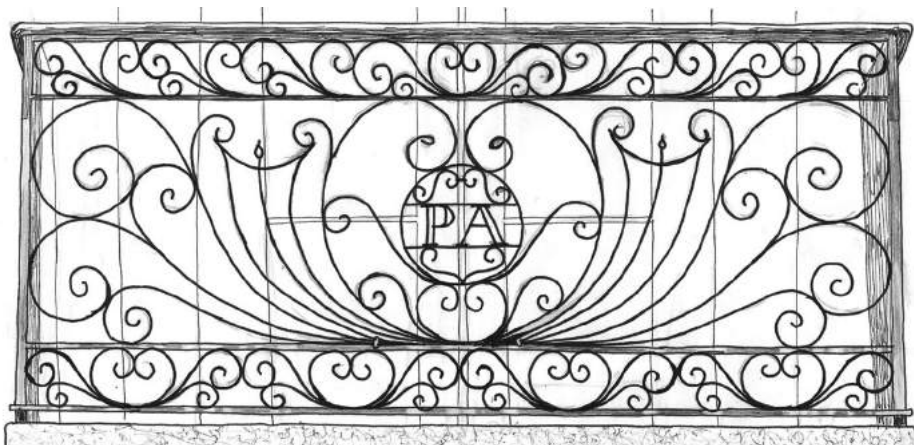
⁸⁹ Ver desenho da capa.

Neste caso, o valor do prédio não se resume apenas ao aspecto plástico, mas é também considerado pelo seu valor histórico. Seu proprietário, Dom Diogo de Souza, foi o governante da Província de maior projeção internacional. Antes de ser governador do Rio Grande do Sul, também o foi do Maranhão. Depois foi nomeado Governador-Geral de Moçambique e Vice-Rei das Índias. Envolvido na guerra interna de Portugal entre miguelistas e pedristas, acabou por perder seus postos de mais alta projeção, mas, mesmo assim, terminou seus dias como membro do Conselho Ultramarino e como Ministro da Guerra. Não houve nenhum governante do Rio Grande do Sul que gozasse tão elevada posição dentro do governo português.

Figura 12 – Saint-Hilaire se refere às sacadas dos sobrados da vila. Estes eram guarnecidos por gradis de ferro que estavam substituindo os antigos muxarabis.

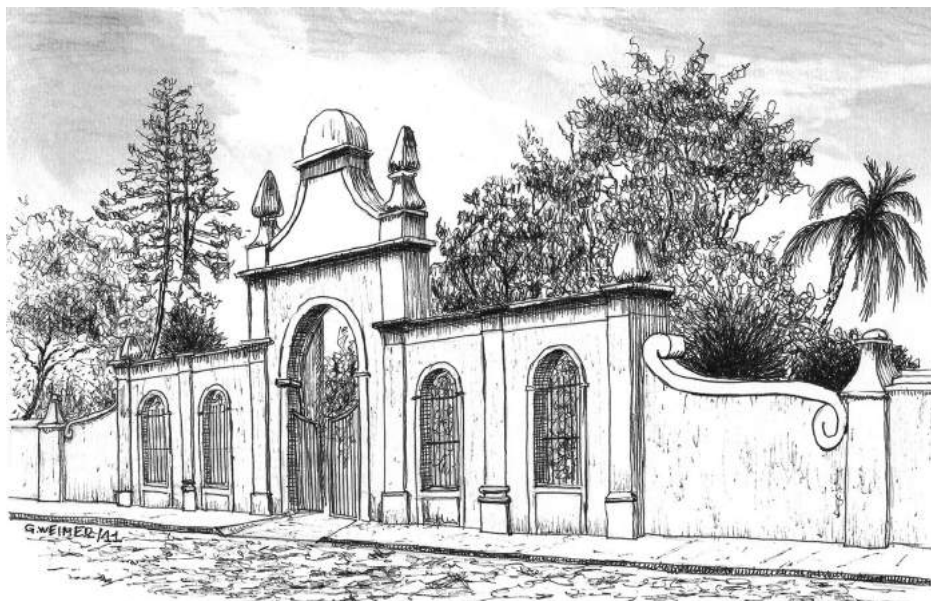
Os que este autor viu devem ter desaparecido.

Entre os mais antigos que ainda se conservam estão os do Arsenal de Guerra, aqui representados, mas que são de meados do século XIX.



Pela mesma razão, também é incompreensível que não fosse citada pelos dois viajantes a quinta ou a chácara que Dom Diogo mandou construir no Caminho Novo. Até o presente não foi encontrada uma imagem deste prédio, mas existem diversas versões do portal que ele mandou construir na entrada da propriedade, que foi imitado, copiado e recopiado em diversos sítios. Entre as diversas versões, julgamos que a reproduzida a seguir deva ser a que mais se aproxima da versão original.

Figura 13 – Portal da chácara que Dom Diogo de Souza mandou construir no Caminho Novo (atual Rua Voluntários da Pátria) por volta de 1815.



Outro solar viria a surgir no fim da mesma década: aquele que o governador José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, mandaria construir nas imediações do Palácio do Governo, para sua residência, por volta de 1825. Este prédio sobreviveu devido a algumas circunstâncias curiosas: destinado à demolição para atender ao Plano Diretor, seu proprietário, político influente, conseguiu evitá-lo por força de seu tombamento, que, neste caso, acabou por prevalecer sobre as pressões demolidoras. Por enquanto.

O aspecto atual do conjunto do prédio e seu portão monumental já não é o original. À época havia um projeto de prolongamento do Beco do Fanha, mais tarde denominado Paissandu e hoje renomeado para Caldas Júnior, que deveria dar continuidade à Rua General Auto. A princípio, o prédio ficava num lado do pretendido prolongamento, e o portão, no outro. Certamente, por imposição autoritária do governador, este prolongamento nunca chegou a se realizar, e o portal foi demolido e reconstruído à semelhança de sua forma anterior, em sítio mais próximo do prédio. Este foi objeto de sucessivas ampliações e reformas, e não é conhecido seu aspecto primordial. Atribuímos a autoria deste projeto ao coronel João Bento Alves Porto, que era responsável pelas obras públicas na gestão do

(futuro) Visconde de São Leopoldo. Durante algum tempo, ostentou uma série de figuras alegóricas de porcelana sobre sua platibanda que, certamente, foram acrescentadas no decorrer de sua história.

Figura 14 – Solar dos Câmara, mandado construir pelo Visconde de São Leopoldo segundo inscrição no brasão do portão, em 1818, provável data de início das obras. Arquiteto do projeto original: coronel João Bento Alves Porto (atribuído).



Na trilha dos depoimentos sobre a evolução da cidade, ainda é necessário citar o de Antônio José Gonçalves Chaves⁹⁰, no qual este releva os sofríveis alinhamentos e nivelamentos das ruas, bem como a precariedade da pavimentação, que ele atribuiu ao fato de não existirem calceteiros competentes na vila. Após tecer elogios à construção do “Hospital de Caridade”, diz que:

⁹⁰ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros, 1978. A primeira edição é de 1822.

O Hospital Militar está arranjado em casinhas de aluguel insalubres, e se o governo prestar a devida proteção à Irmandade de Caridade, até o complemento da obra, pode, por algum convênio com a dita Irmandade, estabelecer em algum quarteirão separado o Hospital Militar com mais economia, decência e comodidade aos enfermos militares.⁹¹

1.12 A primeira modernização

É curioso que nenhum destes autores se refere às fasquias e rótulas⁹². Alguns se referem a “gelosias” que pensamos serem treliças de fasquias. Porém, Arsène Isabelle não deixa dúvidas a esse respeito, embora seu relato seja de 1833, mas se refere a casas “antigas” que entendemos serem do período do qual estamos tratando. Diz:

As casas de construção antigas são baixas, guarnecidas de janelas corrediças e portas de gelosias; mas, desde que D. Pedro I fez derrubar, num dia de mau humor, todas as rótulas do Rio de Janeiro, vão desaparecendo, também, pouco a pouco, nas outras cidades do Império.

Nada mais desagradável de ver do que essas rótulas, espécie de porta ou sacada com claraboia, fazendo a vez de gelosias. Imaginai uma longa rua guarnecida de rótulas, em cada lado, que servem de trincheira, de parapeito, de galeria e de guarda-sol a umas caras bonitas (ou que a gente supõe bonitas), que se distraem a zombar de quem passa, escondendo-se para evitarem um olhar de admiração ou de desprezo!

O forasteiro sente-se só nessas ruas, apesar do seu alto grau de filantropia, [...] no meio de negros embrutecidos, que circulam misturados com bodes e cabras de que as ruas estão cheias. Ele se sente, portanto, só consigo mesmo, vendo em torno tantas barricadas. Mas, infelizmente, não é assim: no momento em que se segue mais descuidado, uma imensa rótula se abre para deixar passar uma risada estúpida, e fecha-se de novo, rapidamente, como se fosse uma doença contagiosa. E não adianta zangar-se nem vociferar, porque o baço se manifesta

⁹¹ CHAVES, A. J. G. *Op. cit.*, p. 219.

⁹² Estas são formas construtivas fora de uso. Por fasquia se entende um sarrafo de pequena secção e, por extensão, o tramado conseguido pela superposição de duas camadas destes sarrafinhos, dispostas entre si no sentido ortogonal e que são pregadas de modo a deixar uma distância correspondente à largura da fasquia. Quando este tramado recebe uma moldura que o transforma em folha de janela (ou porta), recebe o nome de rótula. Quando um balcão é fechado por rótulas, recebe o nome de muxarabi.

facilmente neste ditoso clima... O melhor é passar depressa e contentar-se em maldizer, secretamente, a barbárie dos portugueses que, encerrando suas mulheres nessa espécie de haréns⁹³, as tornam tão ignorantes, tão ridículas que a simples vista de um estrangeiro é para elas uma fantasmagoria, uma sombra chinesa! (*sic*)⁹⁴

Este relato deixa claro que, em tempos anteriores, a existência de rótulas ou, mais comumente, muxarabis era comum, e estes teriam começado a desaparecer já no Primeiro Reinado. Dá a entender que no período regencial esta forma de vedação teria caído em desuso.

A notícia da Declaração da Independência chegou a Porto Alegre com considerável atraso devido à precariedade dos meios de comunicação. De qualquer modo, a constituição de um governo nacional e independente trouxe um novo alento à vila, e este ato foi tomado como sendo de bom augúrio para o desenvolvimento da Nação. Mas este clima de otimismo foi se desvanecendo aos poucos até levar a confrontos sangrentos e fratricidas na Guerra dos Farrapos.

1.13 O início do Primeiro Império

O primeiro relato disponível do período imediatamente após a Independência é uma curta anotação do naturalista prussiano Friedrich Sellow, que esteve no Rio Grande do Sul de 1823 a 27, dedicando-se a pesquisas de botânica, mineralogia e geologia. Por duas vezes passou por Porto Alegre, sobre a qual foi bastante lacônico: “assentada em uma península granítica de 100 pés (33m, acréscimo nosso) de altura, de mais recente formação, a Capital conta com quatro igrejas e 1.800 fogos e com um excelente ancoradouro, onde raramente se encontram menos de quarenta

⁹³ É recorrente na literatura sobre a arquitetura residencial brasileira a alusão a condições de harém. Isso era devido ao fato de que as mulheres eram resguardadas dentro das casas e dificilmente saíam à rua – exceção propiciada às idas à missa dominical – a não ser que fossem devidamente acompanhadas. Mas isso por si só não bastaria para conferir ares de harém às moradias. Certamente, para isso contribuía o ostensivo concubinato dos senhores com suas escravas, como bem o demonstra a acelerada miscigenação da população brasileira e que estudamos em nossa pesquisa sobre o trabalho escravo no Rio Grande do Sul.

⁹⁴ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949, p. 271/2.

veleiros⁹⁵". O autor foi benevolente quando afirmou serem quatro as igrejas da cidade. Na realidade eram somente duas: a matriz e a de N. S. do Rosário, posto que a construção da de N. S. das Dores paralisou depois de levantadas as paredes devido a desavenças internas da irmandade, ainda que, a bem da verdade, cumpre assinalar que estavam sendo rezadas missas em sua capela-mor. A quarta a que se referiu deve ser a Capela de Nosso Senhor dos Passos, que estava integrada ao conjunto da Santa Casa de Misericórdia.

Na mesma época passou por Porto Alegre o mercenário dinamarquês Heinrich Belmann, mais exatamente em 1826, quando deixou a seguinte descrição da vila:

[...] a cidade destaca-se vantajosamente quando vista do lado do mar (*sic*) e de certa distância tem muito em comum com Lisboa e, como esta, se ergue majestosamente sobre a água. Não é muito grande, tem aproximadamente 10.000 habitantes e se divide em Cidade Alta e Cidade Baixa. Esta última é uma parte situada ao longo do porto e da praia e é habitada quase que exclusivamente por negociantes.

Várias ruas, que formam ladeiras um tanto íngremes, conduzem em sentido paralelo à rua da igreja, principal via pública da Cidade Alta. Ao lado da catedral⁹⁶, situada aproximadamente no centro da rua, está localizado o palácio do governo, ou seja, a residência do presidente. É um grande edifício de três andares⁹⁷, com uma guarda de oficiais; na frente há uma área aberta, um pouco mais baixa do que o terreno onde se está construído o palácio e separada da rua por um muro de quatro pés (1,32 m, inserção nossa) de altura, em cujo meio há uma abertura com uma escada de pedra que desce para a praça⁹⁸. Nesta acham-se instalados seis canhões calibre 12 pds. em linha reta, e atrás deles há um alto mastro de bandeira, de onde, nos dias de solenidades nacionais ou religiosas, drapeja a bandeira imperial. A própria cidade, aliás, não oferece nada de peculiarmente interessante a não ser diversos edifícios particularmente bem bonitos⁹⁹ (*sic*).

⁹⁵ Fragmento de carta escrita em 12/10/1826. In: NOAL, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anatterra, 2004, p. 82.

⁹⁶ Obviamente, um engano. Trata-se da matriz, posto que uma catedral é a sede de um bispado, que só foi criado depois da Guerra dos Farrapos.

⁹⁷ Obviamente, incluindo o porão.

⁹⁸ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906, p. 138. Há uma gravura que mostra esta conformação da praça.

⁹⁹ NOAL, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anatterra, 2004, p. 54.

Este texto mostra que o autor tinha um bom conhecimento da Capital de Portugal e foi o primeiro a assinalar a existência de semelhanças entre ela e Porto Alegre como as respectivas implantações à beira de um largo rio, a existência de uma “cidade alta” e de uma “cidade baixa”, a ocorrência de muitas ladeiras íngremes, a concentração de casas de negócio na beira do rio. Todavia, não lhe ocorreu que, num certo sentido, Porto Alegre era o “inverso” de Lisboa, na medida em que esta apresentava duas “cidades altas” (o morro de São Jorge de um lado e o Chiado do outro, entremeados pela “Baixa Pombalina”), enquanto a Capital rio-grandense apresentava duas “cidades baixas” separadas por uma “cidade alta” situada ao longo da Rua da Igreja, no cume da península.

Em 1827 esteve aqui o mercenário suíço Carl Seidler, que assinalou que a cidade já tinha chegado a contar com 16.000 habitantes – o que certamente se constituía num certo exagero, posto que outros visitantes contemporâneos seus citassem números mais modestos – e que as ruas estavam “regularmente calçadas”, razão pela qual os cavalos, ao contrário do resto da província, tinham de ser ferrados. Se levarmos em conta que os cavalos não passavam pelas “calçadas” – locais de deslocamento dos pedestres – é provável que o autor estivesse se referindo a um empedramento do leito das ruas, uma vez que o calçamento com pedras irregulares só começou a ser feito a partir do “nivelamento” em 1858¹⁰⁰.

É surpreendente o que este autor relata a respeito da existência de artesãos alemães na cidade:

[...] Aqui existiam a esse tempo operários alemães, como marceneiros, alfaiates e sapateiros, em grande número, e todos prosperavam, pois de bom grado pagava-se a um operário alemão o dobro do que se pagava a um nacional, pois aqueles ainda tinham fama de hábeis e infatigáveis. Infelizmente isso não se conservou sempre assim, porque dentro em breve começaram a faltar ao trabalho para se reunirem com demasiada frequência nos restaurantes alemães, onde em regra esses ajuntamentos profanos terminavam em pancadaria, e por isso decaíram

¹⁰⁰ De uma forma geral, os visitantes se mostravam bastante benevolentes quanto ao aspecto das ruas da cidade, mas esta postura mudou a partir do fim da Guerra dos Farrapos. O crítico mais contundente foi o pastor James Dixon, que deixou as seguintes observações, em obra publicada em 1851: “A cidade tem traçado irregular e anárquico, talvez com as ruas mais malcuidadas que se possam achar em um ano de viagens por este continente, o que pode ser creditado, parcialmente, à extrema escassez de meios de locomoção com rodados e, também, à ausência de uma comissão encarregada da pavimentação”. In: *Transatlantic rambles*. London: Bell & Brooke, 1851, p. 168.

muito no conceito dos brasileiros, que sabem usar o punhal e não o murro, e que não estavam acostumados a tais vilezas...¹⁰¹

Estes comentários são surpreendentes pelo fato de que em época tão recente – os imigrantes alemães haviam começado a chegar apenas há dois anos – já se encontravam, segundo o autor, estabelecidos em GRANDE número na cidade, fato que ainda não mereceu o devido estudo. Mais do que isso, que os artesãos teriam sido muito bem remunerados em comparação com os “nacionais”, que, obviamente, eram mestiços e negros, já que para os descendentes de lusos o trabalho manual era “indigno”. Menos surpreendente era o fato de que os alemães se reuniam em grandes “borracheras”, uma vez que é sabido que o mesmo também acontecia na recém-fundada São Leopoldo e que, nesta primeira fase da imigração, foram trazidos muitos elementos marginais. Além disso, eles apresentavam níveis culturais, de costumes e de línguas muito diferenciados, o que levou a sérias desavenças internas na colônia. Por fim, não é de se admirar que os mesmos entrassem em conflito com os costumes de origem berbere dos portugueses, representados no texto pelo uso de punhais em lugar dos punhos.

Mas nem tudo era desfavorável aos adventícios:

[...] cada semana partem [de São Leopoldo] dois barcos grandes e seis a oito pequenos, a levarem porcos, aves (especialmente galinhas que aqui são muito caras), ovos, manteiga, queijo, farinha de centeio, batatas, feijão. Os brasileiros gostam de comprar estes artigos, sobretudo a manteiga, pois sabem que é preparada com o máximo de asseio em tinas adequadas, ao passo que o processo que eles mesmos usam não pode ser aprovado. Consiste em pôr o leite numa grossa mangueira¹⁰², onde uma negra mete o braço e remexe o leite até que a manteiga se separa, aderindo ao braço da negra, de onde então ela a raspa com a outra mão... (*sic*)¹⁰³

Daí se percebe que a vinda dos alemães desestabilizou toda a estrutura social preexistente: os artesãos passaram a promover aguerrida concorrência aos de origem africana, também simbolizada no processo de produção da manteiga, e aos indígenas missioneiros, com o comércio de produtos alimentícios.

¹⁰¹ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Martins, 1976, p. 103.

¹⁰² Possivelmente, é um erro de impressão ou de tradução. Deve tratar-se de uma “manteigueira”.

¹⁰³ SEIDLER, Carl. *Op. cit.*, p. 110.

Outro viajante ilustre que nos visitou foi o mercenário prussiano Gottfried Samuel Kerst, que foi contratado em 1826 pelo governo imperial e esteve no Rio Grande do Sul entre 1830 e 1831 na qualidade de ajudante de ordens do marechal de campo Gustav Heinrich von Braun, o fundador do Exército Brasileiro. Monarquista convicto, indispôs-se com os militares nacionais por ocasião da abdicação de Dom Pedro I prestando ostensivo apoio ao Imperador, o que fez com que fosse metido dentro de uma jaula e devolvido ao Rio de Janeiro, de onde voltou a Berlim. Em sua pátria teve uma brilhante carreira como militar e como político, na qualidade de deputado e de ministro. As humilhações sofridas no Rio Grande do Sul fizeram dele um crítico acirrado à emigração para nosso país e ele foi um dos mentores do Rescrito de von der Heydt. Por isso mesmo, é surpreendente a benevolência com que se referiu a Porto Alegre:

Não obstante a cidade ter apenas 70 anos, já conta com 12.300 habitantes, número que cresce anualmente. A situação da cidade junto e sobre colinas lhe dá um aspecto pitoresco. As ruas são traçadas em linha reta, tanto quanto o terreno o permite, mas o calçamento é ruim. As casas, que na maioria possuem mais de um andar, são construções sólidas, e algumas até podemos dizer que são bonitas.

[...] especialmente vistoso, cai nos olhos o novo e grande Hospital de Caridade, construído sobre o alto de uma colina, na extremidade norte da cidade. Esse prédio, fruto do esforço comunitário dos habitantes, até a minha partida, em 1831, não estava integralmente concluído. A cidade possui três igrejas, entre as quais a principal é de notável tamanho. Desde 1827, também o governo mandou construir um hospital militar¹⁰⁴ que, em razão de sua arquitetura, tornou-se um novo adorno para a jovem cidade. Um prédio que ainda chama a atenção é o Arsenal¹⁰⁵ e a construção geminada, da Casa da Prata das Missões¹⁰⁶ [...]. O Arsenal é uma extensa obra onde trabalham algumas centenas de operários de

¹⁰⁴ Esta informação contradiz a de Gonçalves Chaves, que qualifica o mesmo como composto por “casinhas de aluguel insalubres”. Sabemos que o mesmo se encontrava a um quarteirão da Santa Casa, mas não sabemos em que direção. Supomos que se tratasse de algumas casas de frente para a Rua do Hospital (Annes Dias), entre a Santa Casa e a atual Praça Argentina.

¹⁰⁵ O autor não especifica a que arsenal está se referindo, uma vez que havia o da Guerra, que ficava na esquina da Rua do Arroio (atual Bento Martins) com a Rua da Praia, e o da Marinha, que ficava na esquina da Rua Bela (atual Gen. Portinho) com a Rua da Praia, pelo lado norte.

¹⁰⁶ Trata-se da única referência sobre esta construção. O autor faz algumas considerações e severas críticas à Companhia de Jesus.

diversas especialidades manuais. O Estaleiro¹⁰⁷ da cidade ocupa, igualmente, grande quantidade de trabalhadores. Merece destaque, ainda, a nova Alfândega e o trapiche a ela ligado.¹⁰⁸

Até agora ainda não descobrimos quando o estaleiro foi desativado, mas, pelo relato de Kerst, sabemos que, por volta de 1830, ele ainda estava em plena atividade.

Louis Frédéric Arsène Isabelle visitou a cidade em fins de 1833, portanto à véspera da eclosão oficial da Guerra dos Farrapos. Seu relato concorre em importância com o de Saint-Hilaire pelas minúcias dos dados que expôs, muito embora o panorama que descreveu seja muito diferente. Embora a descrevesse como sendo uma “bela cidadezinha de Porto Alegre, cujos tetos cor-de-rosa, um pouco elevados e salientes, destaquem-se admiravelmente coroando casas brancas e amarelas, de uma arquitetura simples e graciosa”, entende que a mesma apresenta problemas que extrapolam a simples questão de sua arquitetura:

Já disse que os edifícios, ainda que de uma arquitetura simples, não são desprovidos de elegância. Isso se aplica às casas de construção nova. Feitas de tijolos e de pedra de cantaria, são geralmente de um só andar, mas muito elevadas, de uma forma quase quadrada, com um grande número de janelas no sobrado e portas no rés-do-chão. Estas, cuja altura é de quinze a dezoito pés (4,95 a 5,94 m, inserção nossa), são estreitas e multiplicadas; as janelas têm, também, bastante altura, são geralmente duplas, com dois batentes, arqueadas e com grandes vidraças cortadas em losangos, quadrado, hexágono e octógono. Um balcão de ferro recortado, às vezes dourado, ocupa toda a fachada, e alguns arcos leves estão nele colocados, de distância em distância, para sustentar, na época do calor, um toldo bordado. O teto, coberto de telhas redondas¹⁰⁹, avança, erguendo-se, à maneira dos telhados chineses, numa cornija bem trabalhada. Esta parte saliente do teto está pintada de vermelho e ressalta, admiravelmente, sobre a moldura da cornija de branco.¹¹⁰

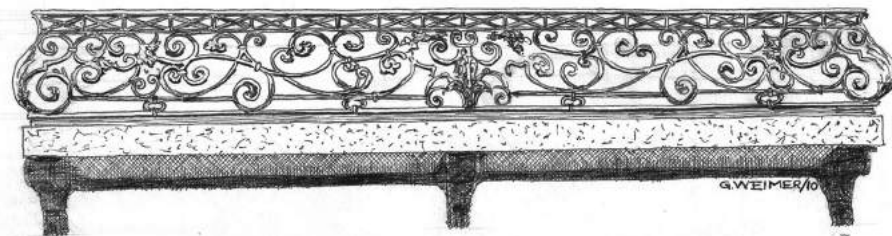
¹⁰⁷ Não há qualquer referência a um prédio que abrigava estas atividades, o que parece significar que estas eram exercidas ao ar livre e, provavelmente, entre o Pelourinho e o Arsenal da Marinha.

¹⁰⁸ KERST, Samuel G. *Die Brasilianische Provinz Rio Grande do Sul. In: Neues Magazin der neuesten Reisebeschreibungen*, volume 47, Berlim, 1832. *Apud*: NOAL, V. A.; FRANCO, S. C. *Op. cit.*, p. 64/5.

¹⁰⁹ Certamente telhas canal.

¹¹⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Valverde, 1949, p. 270.

Figura 15 – Balcão de ferro ocupando toda a fachada na Rua dos Andradas, 697.



Mais adiante, afirma que:

[...] a cidade é tão regular quanto pode permitir a desigualdade de uma colina um pouco íngreme, sobretudo na parte superior. Procura-se, aliás, diariamente, nivelar o terreno e alinhar as ruas que são todas dotadas de calçadas e dirigidas para os quatro pontos cardeais. As que vão para o norte e para o sul são as mais agradáveis de frequentar, por serem traçadas no sentido da altura. As que são paralelas à direção da colina são mais bonitas: duas entre outras, a Rua da Praia e a da Igreja, são notáveis pelo grande número de lindas casas que apresentam. A primeira, que fica na parte baixa, é a mais comercial; encontram-se ali as lojas e as principais casas de negócio. A outra fica no alto da colina e nela estão a casa do governo da Província, a tesouraria e a igreja principal, edifícios que só têm de notável sua extrema simplicidade. É, também, o ponto de encontro da sociedade nos dias de festas civis ou religiosas; a gente, ali, vai para gozar a frescura de uma bela noite e a vista encantadora de que tentei, antes, dar uma ideia.

Na parte mais baixa da cidade, à beira da água, constroem-se ainda, diariamente, casas muito bonitas. São as do porto, expostas, às vezes, a inundações, como aconteceu em 1833. Havia, porém, um projeto para a construção de um cais, com o qual se espera recuar bastante as águas e aumentar, em igual extensão, a área da cidade.

À margem do rio fica situada a alfândega, edifício quadrado, solidamente construído e bem próximo à zona comercial. Da parte que dá para o rio, parte um trapiche de madeira, levantado sobre pilares de pedra que se prolonga uns cem passos dentro da água. Na extremidade, há um vasto barracão, junto do qual se colocaram alguns guindastes. Os navios podem atracar ali para carregar ou descarregar suas mercadorias...¹¹¹

¹¹¹ ISABELLE, Arsène. *Op. cit.*, p. 274/5.

Mais adiante diz que, além das cinco igrejas¹¹², do hospital, de uma casa de beneficência, do arsenal e de dois quartéis, foi recentemente construída uma nova prisão (p. 275). Também se refere à existência de um teatro nos seguintes termos:

Não existe ainda teatro em Porto Alegre, porque não se pode, sem fazer Tália¹¹³ corar, dar este nome a um velho barracão¹¹⁴, meio subterrâneo, em que se representam, de tempos em tempos, comédias burguesas. Havia um em construção¹¹⁵ que será muito bonito, segundo me disseram. É pena que tenham escolhido o alto de uma rua (a do Ouvidor, atual Gen. Câmara, inserção nossa) que se transforma em uma cascata¹¹⁶ nos dias de chuva...¹¹⁷

O autor ainda fez severas críticas aos “costumes otomanos”¹¹⁸ de sua população e que consistiam, principalmente, em manter as mulheres enclausuradas em suas casas, como “escravas do himeneu”, de onde só podiam sair, devidamente vigiadas, para ir à missa e em mantê-las em “vergonhosa ignorância”. A culpa deste atraso de vida era atribuída ao ciúme dos “enfadonhos maridos, ou melhor, de seus tiranos domésticos”. Segundo o autor, a educação era muito descuidada; somente os muito ricos podiam mandar seus filhos

¹¹² A Matriz N. S. Madre de Deus, Igreja N. S. das Dores, Igreja N. S. do Rosário, Igreja N. S. da Conceição e Igreja de Senhor dos Passos, integrada à Santa Casa de Misericórdia. Esta enumeração varia segundo os autores, porque alguns desconsideravam a Igreja do Senhor dos Passos por estar integrada à Santa Casa, ou a de N. S. das Dores por ainda estar em construção, o que também podia acontecer com a de N. S. da Conceição.

¹¹³ Tália, a terceira das musas da mitologia grega, a inspiradora da comédia.

¹¹⁴ Antes deste “barracão” existiram outros prédios que serviam para promover espetáculos teatrais. O referido por Isabelle estava localizado na esquina da Rua Uruguai com a Sete de Setembro e encontrava-se em precárias condições quando Isabelle o visitou devido à enchente de 1833.

¹¹⁵ Provavelmente, o autor se referia à construção das fundações para o Teatro São Pedro, que foram paralisadas devido às perturbações da ordem que redundariam na Guerra dos Farrapos. Depois da Guerra, o arquiteto alemão Theodor von Normann foi encarregado de fazer novo projeto com a expressa recomendação de aproveitar as fundações já existentes, mas deveria projetar um teatro bem maior. Como ele resolveu esta charada, permanece um mistério...

¹¹⁶ O autor não se deu conta de que esta era exatamente a intenção da rua: as águas da chuva deveriam dar escoamento ao lixo que era nela depositado conforme foi demonstrado em escavações arqueológicas recentes.

¹¹⁷ ISABELLE, Arsène. *Op. cit.*, p. 277.

¹¹⁸ Referência ao Império Otomano, isto é, Turco. O significado desta expressão é obviamente o de costumes islâmicos trazidos pelos conquistadores que os adotaram depois do multissecular domínio dos berberes de Portugal.

estudar em São Paulo para seguir a carreira da advocacia, da medicina e do sacerdócio. Suas filhas, no entanto, permaneciam na ignorância, o que se reflete em sua maneira de se portar e de se vestir: “em vão carregam-se e sobrecarregam-se de joias, de fantasias, de flores, de bugigangas”; “seu traje de festa é um vestido de cetim branco, bordado e palhetado (*sic*) de ouro e de prata, sapatos e luvas de cetim e muitas joias. Os cabelos são enfeitados de flores artificiais... Um chapéu dura uma eternidade”... “Vi estes enormes chapéus de palha e tafetá, sobrecarregados de laços de fita; abrigos escoceses, vestidos vermelhos e outras monstruosidades semelhantes”. Se for certo que o autor se deu conta das influências da cultura berbere (otomana) nesta forma de vida, também é certo que julgava que a mesma era inaceitável e incompatível com a civilização. Porém, o que mais o chocava era a forma de tratamento dado aos escravos: “a raça africana tem, no Brasil, a função dos cavalos e das mulas”, ou, de forma ainda mais explícita:

Sabeis como estes senhores, em sua superioridade, tratam seus escravos? Como tratamos os nossos cães! Começam por chamá-los com um assovio e se não atendem imediatamente, recebem dois ou três tabefes da mão delicada de sua encantadora ama, metamorfoseada em harpia, ou um soco ou um brutal pontapé do seu amo grosseiro¹¹⁹.

O autor ainda cita muitos outros exemplos deste tratamento sádico cujo resultado era a redução dos escravos a “um conjunto de membros mutilados que se reconhecem dificilmente sob os pedaços sangrentos de sua pele flagelada”¹²⁰. É claro que descrições tão cruentas não agradaram aos apologistas do regionalismo e dos centros de tradições gaúchas que davam ampla preferência aos discursos amenos de Saint-Hilaire.

No entanto, é curioso que nenhum destes autores teve a coragem de revelar o verdadeiro grau de violência que se apossou da Província no Primeiro Império na forma como o fizeram os presidentes provinciais em suas falas ao Conselho Geral, como, à época, era chamada a Assembleia Legislativa. Se não, vejamos: de modo geral, os governantes se referem à situação geral da Província, mas seguidamente dão a entender que a situação também vale para a Capital. Em 1º de dezembro de

¹¹⁹ ISABELLE, Arsène. *Op. cit.*, p. 282

¹²⁰ ISABELLE, Arsène. *Op. cit.*, p. 283.

1830 – portanto, três anos antes de descrição de Isabelle – o presidente Caetano Maria Lopes Gama escrevia que:

As autoridades são ludibriadas e sem respeito, sendo desprezados os seus mandatos até por homens criminosos que continuamente vagam pelas vias desta vila e povoações de seu termo, atacando seus moradores¹²¹... O estado das cadeias e prisões militares não pode ser mais deplorável: a descrição... das que existem nesta cidade é, segundo a informação que tenho, aplicável a todas as outras [da] Província. A leitura dessa descrição antes excita os sentimentos de humanidade em favor destes desgraçados que por uma dura realidade ali se acham recolhidos. A pouca ou nenhuma segurança desses edifícios ainda aumenta a sua ineficiência e incapacidade. As fugas dos réus são tão frequentes que já passam por acontecimentos ordinários, porém, sobremaneira assustadores tanto para aqueles que os têm capturado, como as testemunhas que, por seus depoimentos, lhes têm feito culpa. Eis aqui mais um poderoso motivo para a repugnância que muitos cidadãos têm em contribuir por qualquer dos modos para a encarceração dos malfeitores¹²²... Os outros pequenos e insalubres edifícios que servem de quartéis a outros corpos são antes espeluncas do que habitações próprias para defensores do Estado¹²³...

O discurso do novo presidente, Manoel Antonio Galvão, um ano mais tarde, incide nas mesmas denúncias, todavia com maior veemência: diria que quadrilhas de ladrões infestam a cidade e chegaram até a saquear os templos. Assinale-se que as igrejas se constituíam no símbolo maior da moral da Nação. Em 1832, o mesmo presidente assinalou que a situação se deteriorara ao ponto de que:

Solitárias as ruas da cidade, os ladrões investiram em todas as casas e, depois de repetidas tentativas para roubar os depósitos públicos, conseguiram tirar da Alfândega avultada soma: este último fato já teve lugar depois da instituição e completa organização da Guarda Nacional da Capital... Não foi só na capital que se manifestou este espírito de rapina: as vilas de São José do Norte, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande foram vítimas da audácia dos malfeitores¹²⁴...

¹²¹ ROCHE, Jean. *L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: URGs – Faculdade de Filosofia, 1961, p. 66.

¹²² ROCHE, Jean. *Op. cit.*, p. 67/8.

¹²³ ROCHE, Jean. *Op. cit.*, p. 68.

¹²⁴ ROCHE, Jean. *Op. cit.*, p. 98/9.

Estes governantes não deram o nome desses ladrões e malfeitores certamente porque eram qualificados por uma gíria regional que não convinha citar num discurso oficial, mas que, mais tarde, viria a se tornar muito conhecida e até mesmo ser elevada a qualificativo pátrio da Província: eram os gaúchos ou gaudérios.

Pelo discurso feito por Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em abril de 1835, depreende-se que a situação havia se tornado ainda mais instável. Em seu ponto de vista, as causas destas perturbações seriam as invasões de “anarquistas” orientais sob o comando de Lavalleja, que, depois de ter sido batido por Artigas, se refugiou no sul da Província, onde estaria cometendo assaltos e saques. A situação, segundo o presidente, havia se tornado tão “escandalosa” que ele próprio foi forçado a ir a Jaguarão para tomar medidas “enérgicas” para restabelecer a ordem. Porém, enquanto se ausentou da Capital, “um pequeno partido, fração dos protegidos de Lavalleja e gente da ínfima classe, perturbou o sossego de Porto Alegre e espalhou o susto e o terror por quase toda a Província”¹²⁵. É muito perturbadora a postura do presidente: ele estaria tão alienado da realidade local a ponto de supor que as “perturbações” que estavam se manifestando por toda a Província estariam sendo fomentadas por desentendimentos internos na Banda Oriental e que não tivesse percebido em sua visita aos centros insurrecionais mais ativos na Campanha que os insurgentes tivessem motivações políticas em oposição às forças imperiais? Ou o discurso do presidente servia apenas para despistar as elites latifundiário-pecuaristas de suas verdadeiras intenções, de preparar a sua eventual fuga para Rio Grande e, de lá, se necessário, sua volta ao Rio de Janeiro? Esta parece ser uma explicação mais viável, posto que, se a onda insurrecional tivesse vindo do Prata, seria difícil conceber que os revoltosos tivessem tomado o poder em Porto Alegre e, mais do que isso, tivessem tido a capacidade de “espalhar o susto e o terror por quase toda a Província”.

De qualquer modo, o que fica muito claro nas manifestações dos presidentes é que a violência já se generalizara de forma descontrolada. Já por volta de 1830 a situação de conturbação da Província era de tal ordem que não havia mais controle sobre a violência. É difícil imaginar que TODAS as residências de Porto Alegre tivessem sido assaltadas e o desrespeito chegasse ao ponto de que todas as igrejas da Província tivessem sido saqueadas. Todavia, quem fez estas afirmações foram os presidentes da Província, no exercício de seu poder, perante os Conselheiros. Portanto, não há dúvida de que a Guerra dos

¹²⁵ ROCHE, Jean. *Op. cit.*, p. 108.

Farrapos já estava em plena marcha em inícios de 1830 e que a tomada de Porto Alegre, pelos rebeldes, em 20 de setembro de 1835, não passou de apenas mais um episódio neste estado de conturbações generalizadas.

E esta situação de total descontrole haveria de se estender até meados da década de 1840, quando, finalmente, o espírito de rapina e de destruição daria lugar a uma fase de um efetivo progresso e desenvolvimento.





A evolução arquitetônica de Porto Alegre

Levantados estes dados, é possível traçar um esboço do desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo em Porto Alegre. É este o propósito da segunda parte da presente contribuição.

A documentação específica sobre o surgimento de Porto Alegre silencia sobre a fase anterior à chegada de Jerônimo Dorneles. Isso poderia fazer crer que o conquistador teria se estabelecido numa área de completo vazio demográfico.

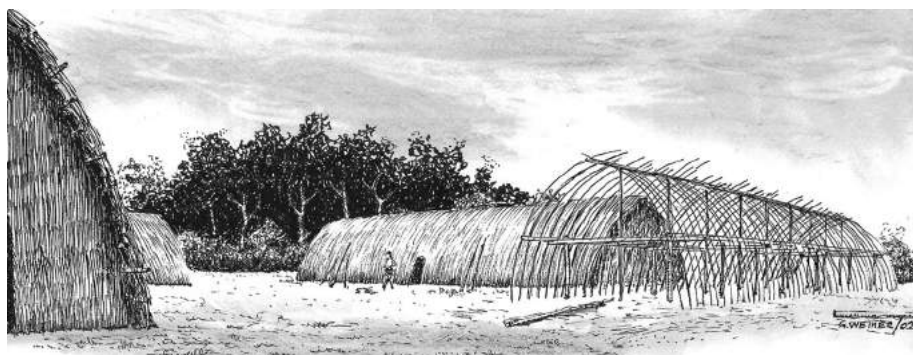
Contribuições recentes de arqueólogos têm demonstrado que a região já estava ocupada, pelo menos, há doze mil anos e, muito provavelmente, há muito tempo mais. Pela documentação jesuítica, sabemos que o sítio em que a cidade viria a ser erguida situava-se em território limítrofe entre os indígenas pampeanos (charruas) que ocupavam a margem ocidental do Guaíba e os guaranis (patos e arachanes) estabelecidos nas margens orientais da laguna que leva seu nome e do estuário.

2.1 Os indígenas

Os guaranis haviam evoluído para a horticultura em razão da qual se tornaram sedentários. Viviam em aldeias formadas por quatro casas-grandes ou, eventualmente, por oito quando eram pareadas duas a duas – chamadas maiogas –, construídas ortogonalmente entre si e de modo a formar um grande pátio interno quadrado – chamado de ocará – onde eram realizados os rituais xamânicos e danças propiciadoras. Cada casa-grande abrigava um subclã e era internamente dividida em espaços de cerca de seis por seis metros, onde habitava uma família nuclear e denominada de oga¹²⁶.

Para a construção de uma maioga, erguia-se uma arquitrave sustentada por um número variável de pilares em conformidade com o tamanho que deveria ter para o abrigo de um subclã e duas fileiras de varas fincadas no chão, a uma distância de cerca de seis metros da arquitrave. Estas varas eram vergadas por sobre a arquitrave nas quais eram amarradas e serviam de sustentação para ripas onde era fixada a cobertura feita de capim santa-fé, que os paulistas chamam de sapé, conforme é mostrado no desenho a seguir.

Figura 16 – Esquema de uma aldeia guarani e da estrutura de uma maioga.

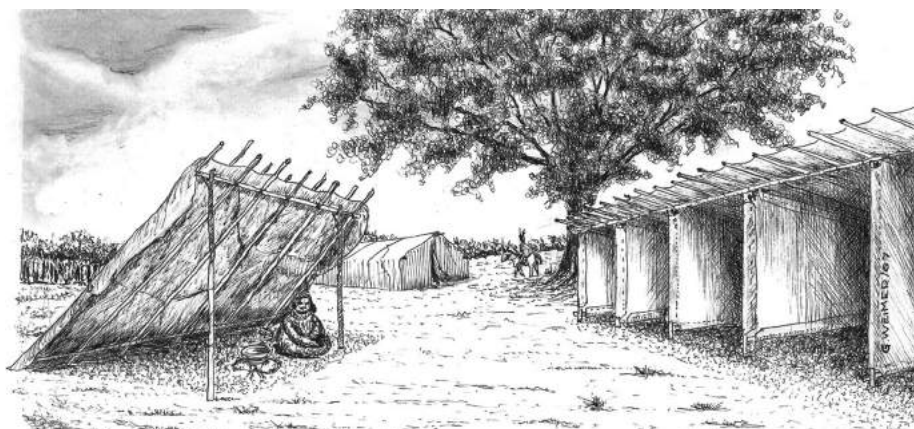


¹²⁶ A forma mais comum é “oca”, que é a variante tupi do termo guarani “oga”. Convém ressaltar que o termo “oca” ou “oga” refere-se ao espaço unifamiliar dentro da casa-grande, que é chamada de “maioca” e “maioga”.

Dentro deste esquema construtivo queremos assinalar que o piso era de chão batido; a cobertura, de palha, e cada espaço quadrado reservado para cada família nuclear (oga) tinha um fogo de chão onde eram preparados os alimentos. Estes são os elementos mais evidentes que deixaram suas marcas na arquitetura dos primeiros tempos e na forma como foi visto anteriormente. Uma influência tão marcante é explicada pelo alto grau de miscigenação que se estabeleceu deste o começo da ocupação dos conquistadores. Como estes eram, em sua ampla maioria, constituídos por homens solteiros, os mesmos acabavam constituindo famílias com mulheres nativas. E estas traziam as experiências da tradição nativa para dentro das casas¹²⁷.

Os indígenas charruas eram caçadores por excelência. Isso requeria um constante deslocamento em razão do que desenvolveram uma sofisticada forma de habitações desmontáveis constituídas por painéis móveis com os quais formavam uma espécie de nichos onde cada qual servia de moradia para uma família nuclear, na forma como é mostrado no desenho seguinte.

Figura 17 – Esquema de uma tolderia charrua com um paravento que servia de cozinha e dois arranjos diferentes da habitação, uma para o verão, em primeiro plano, e outra para o inverno, ao fundo.



¹²⁷ Referente ao fogo de chão, é bem possível que tenha havido uma superposição de dois procedimentos culturais diversos: os africanos também usavam esta forma de fogão, todavia com uma diferença: enquanto as indígenas faziam o fogo sobre o chão batido ou numa pequena cova escavada no chão, as africanas construíam um pequeno estrado de barro sobre o qual colocavam três pedras que serviam de apoio para a panela. As informações sobre estes fogões privilegiam a forma africana, o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de que um contingente não desprezível de mulheres negras foi escolhido para formar famílias.

Os painéis que formavam estas moradias, chamadas de tolderias, eram sustentados por uma estrutura de varas (taquaras) sobre as quais era esticado um couro. A forma de ensamble destes painéis permitia a construção de nichos cuja abertura era voltada contra o vento em dias de calor ou a favor do vento em dias amenos. No inverno, estes nichos eram voltados uns contra os outros para formar uma construção fechada, com um corredor central e provida de uma porta de couro em cada uma de suas extremidades.

Esta tipologia arquitetônica era de origem asiática, da região dos Urais. Ela também deixou suas marcas na arquitetura do conquistador. As constantes referências à construção de portas e janelas de couro nas mais remotas edificações dos conquistadores certamente encontra entre as técnicas dos charruas a sua origem. De qualquer modo, ibéricas elas não eram, visto que, até o presente, ainda não encontramos qualquer referência a este tipo de solução em solo europeu.

Mais tarde, quando os jesuítas foram convidados pelo rei de Castela a catequizar os indígenas do lado ocidental do Uruguai, o território sob sua jurisdição se estendia até a margem ocidental da Laguna dos Patos. Isto quer dizer que o território entre o Guaíba e o mar estava sob jurisdição direta da Coroa Castelhana, e o lado ocidental, dos jesuítas. Este consenso começou a entrar em colapso a partir de 1680, quando a Coroa Portuguesa começou por ocupar parte do território cisplatino, com a criação da assim chamada Colônia do Santíssimo Sacramento e que teve como consequência o sucessivo avanço de súditos portugueses para dentro do território castelhano, bem antes do estabelecimento do Presídio (forte) de Rio Grande, que aconteceu em novembro de 1735, com a chegada da coluna do comerciante paulista Cristóvão Pereira de Abreu, mas oficialmente foi estabelecido o ano seguinte como o da fundação da Vila, quando da chegada do Brigadeiro José da Silva Paes. Este era a segunda pessoa mais importante do governo colonial no Rio de Janeiro em seu tempo e foi o substituto do Governador-Geral em seus impedimentos. Portanto, estes acontecimentos se passaram três anos depois de Jerônimo Dorneles ter se estabelecido em terreno na margem ocidental do estuário do Guaíba, na sesmaria à qual daria o nome de Santana e onde viria a surgir Porto Alegre.

2.2 O lugar

Do nome da antiga sesmaria, Santana, ainda hoje se conserva a denominação do morro situado nos limites de Porto Alegre e Viamão, em

cujas encostas, em sítio incerto, Dorneles teria construído sua morada com respectivas benfeitorias. Segundo a legislação vigente, “de oito para nove anos de estabelecido”, o ocupante requereu a doação destas terras que deveriam ter sido legitimadas pelo Rei, mas o foram, de fato, pelo governador da Capitania de São Paulo quando ele se encontrava na Vila Boa de Goiás, que viria a se tornar a Capital da Província de Goiás. Segundo a carta de doação, a sesmaria deveria ter três léguas de comprimento por uma de largura, mas os limites estabelecidos no documento que seriam o Rio Gravataí, o Guaíba e as terras de outros dois vizinhos (Francisco Pinto Bandeira e Sebastião Francisco Chaves) extrapolavam esta área. Lamentavelmente, não há especificação de quais nem como teriam sido as benfeitorias. Todavia, pelos dados extraídos da avaliação da Sesmaria realizada em 1772, podemos supor que a “casa grande e nova”, de quatro portas e uma janela, fosse a moradia de Inácio Francisco de Melo, enquanto a outra, de cinco portas de couro e quatro janelas, fosse a de Jerônimo Dorneles, por ser mais velha e de valor bem menor. A existência de várias construções de capim indica que essa também deve ter sido a cobertura corrente antes da vinda dos indígenas missioneiros ceramistas. Antes desta vinda, as paredes também devem ter sido de taipa, devido à inexistência de outros materiais disponíveis, uma vez que o transporte de tijolos e telhas desde Laguna, como querem alguns autores, nos parece ter sido inviável, como antes discutido. Possivelmente, a senzala também fosse do tempo de seu primeiro proprietário, pelo fato de ter fechaduras “velhas”.

Figura 18 – Desenho da Fazenda de São Pedro baseado numa gravura antiga uruguaia. Possivelmente poderia haver alguma semelhança com a sede da Sesmaria de Jerônimo Dorneles.



A verdade é que quarenta anos depois do assentamento pioneiro da família de Dorneles, o aspecto das construções não tinha mudado em sua essência. O tijolo já deve ter dado um aspecto mais leve às construções, e a substituição da palha por telhas nas coberturas de menor declividade deve ter conferido um aspecto mais duradouro. A existência de currais cercados de moirões em forma de pau a pique e fechados com galhos entrelaçados indica a prática da pecuária, que deve ter sido apropriada às condições ergológicas de então.

Lamentavelmente, não há mais detalhes sobre as “cercas” das diversas plantações. Pelo preço com que foram avaliadas, fica evidente que eram bastante caras, sugerindo tratar-se de cercas vivas, de essências vegetais espinhentas, como temos encontrado em descrições minuciosas dos viajantes pelo centro-sul, a partir da abertura dos portos. Dorneles deve ter tomado conhecimento de tais cercas em suas andanças por aquelas bandas antes de sua vinda ao sul ou, mais provavelmente, aprendido de seus escravos. Este tipo de cerca era bastante bem avaliado por ser uma solução duradoura e foi trazido pelos negros, especialmente bantos. Deve ter sido bem aceito por Dorneles, pois se assemelhava com a forma de proteção contra o vento utilizada nas ilhas do Atlântico para onde foi levado pelos conquistadores portugueses. A utilização da cerca no sul de Portugal se originou da ocupação dos berberes (mourous), que a trouxeram de Marrocos. A existência de uma atafona demonstra a permanência da cultura berbere no modo de moer o trigo que estava sendo cultivado e, muito provavelmente, na trituração das raízes de mandioca e na secagem da farinha, pois é sabido que um dos produtos de maior consumo, desde o início da ocupação foi a farinha de mandioca, chamada de “farinha-da-terra”.

Como já assinalamos, apesar da escassez de dados sobre estas construções, supomos que a existência de coberturas de palha e pisos de chão batido sejam de influência indígena. Na medida em que não dispomos de dados mais concretos sobre a forma de amarração da palha e da feitura do piso que poderiam garantir a sua origem indígena, estes dados devem ser relativizados, posto que são de conhecimento universal. O emprego de coberturas de palha que os portugueses chamam de “colmo” era corrente tanto no continente como nos Açores. O mesmo não acontece com a feitura de portas e janelas de couro, cuja origem indígena é evidente. Ao contrário, era o material mais comum nas construções dos guaicurús. Isso reforça a concepção das influências nativas nas construções dos conquistadores. Pelo fato de ser explicitado no auto do inventário que uma sala era assoalhada, deduz-se que os demais compartimentos das construções não o eram. Tal fato pode ser entendido de duas formas: a primeira é que isso

seria a consequência do modo muito primitivo de viver¹²⁸; a segunda é que pode ser entendido como a presença de modos de vida africanos ou indígenas.

Mesmo que sejam escassos os elementos disponíveis, fica, desde logo, evidenciado que num conjunto tão reduzido de elementos arquitetônicos ocorreu um entrecruzamento de diversas correntes culturais, do que resultou uma arquitetura mestiça. O fator desta integração de culturas foi a singeleza dos modos de viver. À medida que a sociedade iria se tornando mais abastada, foi surgindo uma clivagem que passaria a distinguir claramente aquilo que viria a ser uma arquitetura erudita e outra popular.

2.3 O arranchamento

Devido a teorias racistas que varreram o mundo e o Brasil na década de 1930, a presença açoriana no Rio Grande do Sul tem sido cantada em prosa e verso: depois de uma forma muito irreverente de ter sido tratado o elemento lusitano em nossa terra a partir da campanha de desestabilização de nosso último monarca, os rio-grandenses “encontraram” uma origem bem mais nobre de seu povo na vinda dos ilhéus açorianos e madeirenses, posto que estes – segundo teorias altamente

¹²⁸ Muitos autores debitam esta forma de morar na conta de uma pretensa “pobreza” dos moradores. Isso é pouco provável, posto que sabemos que os estancieiros eram pessoas de posses, tanto em gado como em escravos. Se habitavam em casas de chão batido, era em consequência de um nível cultural muito baixo. E isso não é uma característica exclusiva do sul do país: os viajantes do século XIX pelas regiões mais ricas do país no centro-sul atestam constantemente esta forma de morar não só da população rural, mas até mesmo de funcionários públicos categorizados, em centros urbanos. Thomas Lindley, que esteve preso em 1803 em Porto Seguro e Salvador, atesta que numa visita a um engenho próximo a Cabralia a janta era servida no chão, “sendo estendidas umas esteiras e, sobre elas, uma toalha limpa. A louça era suficiente (o que é raro aqui), como também as colheres, de prata, facas e garfos, com cabo do mesmo metal” (LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969, p. 42, Brasileira 343). Num jantar na casa de um capitão do exército em Salvador – que até há pouco havia sido a Capital do Brasil – os costumes não eram mais civilizados: “Os convidados eram bem mais finos, embora eles tivessem o horrível costume do país, qual seja, o de comer com as mãos, em vez de usar facas e garfos, posto que não houvesse falta desses utensílios. Primeiro tomam entre os dedos um pouco de carne (que é sempre tão bem passada que se separa facilmente) e, depois, legumes e farinha. Mergulham isto no molho ou na sopa, que tem em abundância nos seus pratos, esmagam o conjunto com a palma da mão, fazendo um bolo mais ou menos do tamanho de um pequeno sabonete, o qual, assim pronto, levam imediatamente à boca, preparando outro enquanto comem” (*idem, ibidem*, p. 63).

discutíveis – seriam, em grande parte, de origem nórdica, normanda, inglesa e por aí afora. Portanto, não seriam “portugas”, simplórios e broncos. Na criação de um mito em torno de uma “nobreza” própria dos ilhéus, foi esquecido que se tratava de uma população vinda, em sua maioria, da Extremadura e do sul do Portugal continental, onde preponderavam pessoas de origens berberes. Tampouco se levou em consideração que as ilhas eram vulcânicas, de terras pouco férteis. Por isso mesmo, tratava-se de uma população muito pobre. Além disso, a quantidade de açorianos aqui chegados foi muito pequena diante da população que foi recrutada ao longo das costas brasileiras e forçadas ou constrangidas a se mudarem para a Província de São Pedro.

Devido a esses preconceitos em relação aos açorianos, o fato de que um bom número deles invadiu as terras de Jerônimo Dorneles foi saudado como um início auspicioso, rodeado de muitas fantasias a respeito de seu estabelecimento na Sesmaria de Santana. Pela documentação levantada, pouco se sabe a este respeito além de que estiveram arranchados na beira da água. Documentos atestam que suas choças eram de palha, mas não temos dados confiáveis sobre a sua localização. É provável que eles estivessem localizados em algum sítio entre a Praça da Alfândega e o antigo Quartel do Exército porque foi ali que, mais tarde, viria a ser construído o estaleiro e, muito provavelmente, as casas dos “marinheiros”, como eram denominados seus empregados.

Alguns autores caracterizaram estes açorianos como “pescadores”, o que deve ser bastante apropriado, posto que, devido à pobreza da terra, boa parte da população das ilhas vivia da pesca, e esta tradição deve ter sido mantida durante o tempo em que estiveram arranchados em terras alheias, sem terem para onde ir. É fácil entender que essa invasão não tivesse sido bem recebida por parte de seu proprietário, o que se evidencia no fato de ele ter se mudado para uma nova frente de ocupação, rio acima, nas cercanias de Triunfo. O episódio do assassinato cometido por seu filho que ficou administrando a propriedade apenas precipitou a venda da gleba, em 1769, e a alienação definitiva das terras da família dos Dorneles. E desta forma os invasores acabaram por ficar mais de dez anos à espera de um lugar definitivo onde pudessem se estabelecer.

O que veio a precipitar o seu reassentamento foi a invasão de Cevallos e a tomada de Rio Grande. Movido por uma economia de guerra quando o domínio português da Capitania estava por um fio, o vice-governador (coronel e, depois, brigadeiro e arquiteto) José Custódio de Sá tomou diversas iniciativas para garantir a defesa das posições portuguesas como a qualificação das defesas já existentes e a construção de um forte novo no passo do Rio Taquari, que foi acompanhado do estabelecimento de um povoado e da construção da respectiva igreja, de acordo com

os costumes da época. Já que havia uma situação de conflito em torno da ocupação ilegal das terras da Sesmaria de Santana, Sá e Faria aproveitou a oportunidade de matar dois coelhos com uma só cajadada: transferiu os invasores para a nova povoação, debelando o conflito e aproveitando os invasores para consolidar uma nova fronteira estratégica do ponto de vista militar.

Figura 19 – Desenho baseado em projeto de casas de José Custódio de Sá e Faria para a vila de Taquari. Possivelmente o mesmo modelo pode ter sido utilizado na conformação do arraial do Porto do Dorneles.



Com a transferência dos açorianos, resta saber o que os mesmos deixaram para trás. Suas cabanas de palha em breve se descompuseram. Segundo o Monsenhor Balém, teriam deixado uma pequena ermida feita de pau a pique (e provavelmente de taipa, conforme o costume da época) e coberta de palha que esse autor garante que foi erguida na Rua da Praia, na proximidade da Travessa Paissandu (hoje Caldas Júnior). Como a palha necessita ser substituída de tempos em tempos, a ausência dos moradores também deve ter levado esta ermida à ruína e ao desaparecimento.

2.4 O arraial

Algum tempo mais tarde, o vice-governador Sá e Faria, que havia sido efetivado no poder devido à morte do titular anterior, Inácio Eloi Madureira, recebeu ordens do novo Vice-Rei, o Conde da Cunha, de reconquistar Rio Grande a qualquer preço. Como o único acesso por mar à Capitania estava bloqueado pelos castelhanos, o governador percebeu que seria necessário instalar um estaleiro para construir os barcos que haveriam de transportar as tropas na travessia do canal

de Rio Grande. E também percebeu a importância do sítio do Porto de Viamão para a defesa e administração da Capitania, por estar situado no centro geográfico dos domínios portugueses de então e a partir do ponto de vista dos meios de comunicação existentes que eram os lacustres e fluviais: a distância de Rio Grande a Porto Alegre era semelhante à desta a Rio Pardo e Cachoeira, que se constituíam nas povoações mais ocidentais do domínio português. Sabemos que em 10 de janeiro de 1768 a constituição de um povoado ainda era um projeto, e que, em não havendo meios para realizá-lo, “tudo se acha parado”, conforme Sá e Faria relatou em carta ao Conde de Azambuja.

Recebida a ordem de retomar Rio Grande, as atividades do estaleiro foram incentivadas. A bem da verdade, não há evidências documentais de que aqui tivessem sido construídos os lanchões que transportaram as tropas portuguesas, mas com certeza a retomada do estabelecimento de um povoado às margens do Guaíba começou com a instalação de um estaleiro. É evidente que a construção de barcos era de importância estratégica para o desenvolvimento das comunicações e do comércio no interior da Capitania. Isto, por si só, já justificaria a instalação desse estabelecimento. No entanto, quer nos parecer que a necessidade militar de dispor destas embarcações teria sido mais do que uma boa justificativa para a sua instalação.

Em que consistia este estaleiro? Pouco se sabe de concreto. Provavelmente era apenas um canteiro de obras a céu aberto. Mas, para construir os barcos, era necessária uma mão de obra qualificada, como lenhadores, falquejadores, serradores, carpinteiros especializados, ferreiros, calafates, os quais necessitavam de moradias. Certo é que, com a chancela de Sá e Faria, este estaleiro foi o centro aglutinador do novo começo e do desenvolvimento deste arraial. Mas quem seriam estes construtores? Os açorianos eram pescadores e, para tanto, necessitavam barcos sólidos, capazes de navegar em oceano aberto. Talvez alguns ilhéus que não tivessem se transferido para Taquari, e outros que ainda estivessem estabelecidos pelas margens do rio acima ou ao longo do norte da Laguna dos Patos tenham sido recrutados para essa tarefa. Mas nem só de ilhéus era composta a população de Porto Alegre, e os portugueses do continente também se haviam notabilizado como construtores de embarcações. Certo é que, em 1771, sob a responsabilidade do carpinteiro Baltasar Manoel Ângelo, foi lançada às águas uma fragata de nome São José e Belona. Tratava-se de uma embarcação de três mastros (um vertical e dois horizontais), muito segura, que teve grande importância na retomada definitiva de Rio Grande e, mais tarde, depois de restabelecido o domínio português no sul

da capitania, fazia viagens regulares entre Rio Grande e o Rio de Janeiro. Böhm¹²⁹ assinala que, em 1775, estavam sendo construídas uma sumaca e outros barcos. Macedo garante que estes “outros barcos” seriam brigues, barcos semelhantes a sumacas, porém de maior porte.

Antes disso, porém, a retomada de Rio Grande programada pelo Conde da Cunha redundou em fracasso devido à insuficiência de tropas e equipamento. Por imposição de tratados em vigor, os castelhanos exigiram a destituição do Vice-Rei e do Governador Sá e Faria. O Rei foi forçado a aceitar tais exigências, mas nomeou para substituir o governador exatamente o oficial que comandou o ataque a Rio Grande, o Coronel José Marcelino de Figueiredo, que usava o pseudônimo de Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda.

Figueiredo (Sepúlveda) assumiu o governo em abril de 1769 e em outubro de 1771 foi chamado para o Rio de Janeiro para tratar de assuntos administrativos e estratégicos da Capitania. Foi durante sua ausência que o governador interino, o Tenente Coronel Antônio Veiga de Andrade, expediu a ordem para encampar a Sesmaria de Santana e a sua divisão em “meias datas” (ou datas de meia légua em quadra). Essa teria sido a primeira iniciativa para a efetiva transferência da Capital de Viamão para Porto Alegre.

O titular reassumiu seu posto de governador em 11 de junho de 1773, e no dia 24 do mês seguinte instalou seu governo e sua residência na nova Capital.

Como não há documento que dê com precisão a data em que foi instalado o estaleiro no Porto de Viamão, não temos elementos para identificar quando se tomaram as iniciativas da construção dos primeiros abrigos dos construtores de barcos. Pelas evidências documentais, julgamos que deve ter sido no segundo semestre de 1768. Os documentos examinados indicam que a localização desse estaleiro devia estar no extremo oeste da futura vila, isto é, na Rua da Praia, na altura do futuro Quartel do Exército, ou seja, nas proximidades da esquina da Rua Direita (atual Gen. Canabarro)¹³⁰, onde também esteve instalado o primeiro trapiche.

¹²⁹ NOAL, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anattera, 2004, p. 17.

¹³⁰ Francisco Riopardense de Macedo supõe que “foi às margens da encosta norte do espigão da península que se instalaram os primeiros estaleiros, dos quais o mais importante seria na Praça Rui Barbosa, antiga Praça dos Bombeiros” (MACEDO, F. R. de. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: EU, 1999, p. 61), sob o argumento de que, ainda em 1850, a Rua Senhor dos Passos era denominada de Rua dos Cordoeiros. Isso é pouco provável, posto que o arraial onde estavam instaladas as moradias dos empregados do estaleiro, que devia ser único, dadas as condições da

Qual teria sido o aspecto desse arraial – terreno ocupado temporariamente por ordem governamental – neste período que começou em fins de 1768 e se estendeu até meados de 1773? Inicialmente deve ter sido um conglomerado de algumas casas ao lado do estaleiro que funcionava a céu aberto, segundo imagino. O incentivo governamental em financiar estes serviços deve ter sido a mola propulsora para o seu desenvolvimento comercial, posto que estes operários teriam de ser abastecidos com gêneros e não só com os de primeira necessidade. A atração deve ter sido tão grande que fez com que, ao fim do período, já se estivessem estabelecidas cerca de sessenta famílias, preponderantemente de açorianos. Tendo por imagem os aldeamentos característicos daquelas ilhas, supomos que estas casas estivessem disseminadas de forma mais compacta no centro desta povoação estendida ao longo da margem do Guaíba. Por razões práticas, o estaleiro teria de estar instalado junto ao rio, e as casas deveriam estar nas imediações.

Figura 20 – Desenho de trecho da Rua da Praia do Riacho (depois Major Pantaleão Teles, hoje Washington Luis) baseado num cartão postal de fins do Império. As casas à beira do rio provêm de três épocas diferentes: as mais altas, com platibanda, são do fim do Império; as de altura média devem ser do período regencial, e as duas mais baixas, do Primeiro Império. Julgamos que a imagem da margem setentrional de Porto Alegre em fins do século XVIII deve ter sido assemelhada a esta, com preponderância das casas menores.



Conforme o testemunho do tenente-general Böhm, de 1775, havia uma igreja ao lado do Palácio do Governo que deveria ser demolida por ser “velha e pouco decente”. O termo “velha” deve ser tomado com reservas, pois o povoado

época, certamente era bem menor e não se estendia além da Praça da Alfândega. Além do mais, à medida que o estaleiro foi sendo desativado, as terras nas quais estava instalado continuaram em mãos do governo, que lá edificou seus quartéis e depósitos de material bélico.

todo era novo. Provavelmente, ele estava se referindo a sua simplicidade e rusticidade. Mesmo assim, por ser “velha”, deve ter sido construída nos tempos aos quais estamos nos referindo, de arraial. Isso está dentro das expectativas, pois a mentalidade religiosa então vigente não permitiria conceber uma povoação que não tivesse, ao menos, uma capela. Como foi visto, este lugar era “ermo”, com uma igreja solitária. Isso nos traz à lembrança a imagem do Santuário de N. S. da Paz, de Vila Franca do Campo, na Ilha Terceira, ou mesmo a cidade homônima, de Portalegre, com a Praça da Sé no topo, ligada à Praça do Comércio, na base da colina e ligadas entre si pela íngreme Rua do Comércio.

Figura 21 – Desenho baseado em foto do início do século XIX de uma casa açoriana existente no bairro do Partenon.



2.5 O povoado

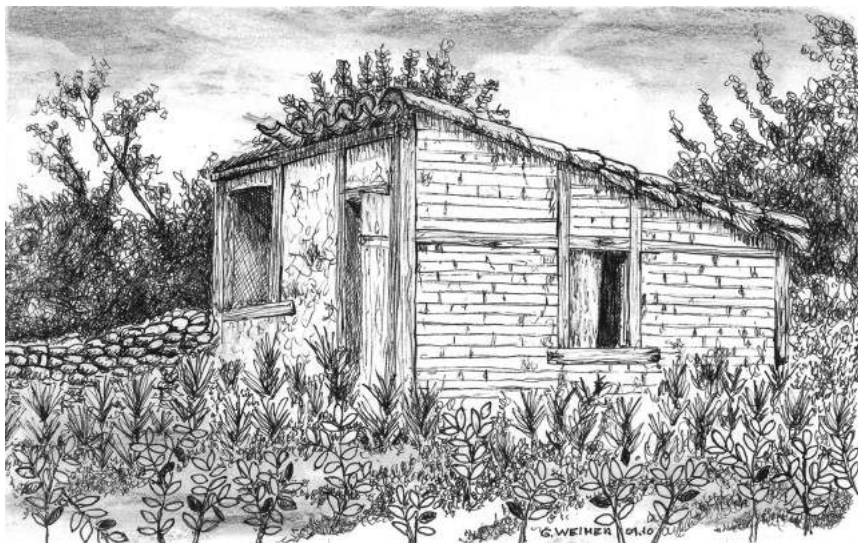
Embora o futuro brigadeiro e governador da Capitania (e também arquiteto) Francisco João Roscio tenha garantido, em 1774, que Porto Alegre “é uma povoação principiada novamente pelo governador José Marcelino de Figueiredo”, ele estava equivocado, posto que “novamente”, na linguagem da época, queria dizer “a partir do princípio”. E este não foi o caso. Já existia

anteriormente um arraial. Porém, Roscio tinha razão na medida em que o governador foi o responsável pelo estabelecimento da povoação. Uma interpretação favorável à afirmação de Roscio pode ser encontrada no fato de que o local escolhido para a instalação dos prédios governamentais e do respectivo “logradouro” tenha sido o topo do promontório, um lugar ermo e “afastado” do arraial que se encontrava à beira do estuário.

Do mesmo modo como não houve nenhum ato formal ou qualquer documento que estabelecesse a instalação de um estaleiro real no Porto de Viamão, nas terras da Sesmaria de Santana, pertencentes a Inácio Francisco de Melo, também não houve qualquer ato formal que transformasse o arraial em povoado. Esta mudança aconteceu de forma natural. Quando o governador interino, Antônio Veiga de Andrade, ordenou ao Capitão Montanha que parcelasse as terras da sesmaria, mesmo sem que houvesse uma expropriação legal, e fizesse a doação dos lotes a terceiros, estabeleceu que devesse delimitar um “logradouro”, isto é, uma praça onde deveriam ser construídos os prédios governamentais sem deixar de dar “atenção aos marinheiros que se têm empregado no serviço de Sua Majestade para serem acomodados”. Como já foi visto, a nova Capital começou com uma divisão bipolar constituída por uma praça erma ou nem tanto, posto que aí já se encontrava uma igreja “velha” e “sem decência” que tinha por orago São Francisco das Chagas e que viria a ser substituída logo a seguir por uma nova que estivesse à altura da nova Capital. A primeira edificação administrativa a ser construída foi o Palácio do Governo, posto que o até então existente, em Viamão, era deveras precário, como o demonstra o seguinte desenho baseado em ilustração reproduzida na obra de Augusto Porto Alegre¹³¹:

¹³¹ PORTO ALEGRE, A. *Op. cit.*, p. 66 a. Existe uma pintura a óleo deste palácio que consta do acervo do Museu Júlio de Castilhos e que está reproduzido no livro SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. *Rio Grande do Sul – imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 187.

Figura 22 – Desenho das ruínas do prédio que abrigou o Governo da Capitania, entre 1763 e 1773, em Viamão, baseado em ilustração constante no livro de Augusto Porto Alegre, de 1906.



Como foi visto, ainda não foi encontrado um documento que defina onde estava situado o estaleiro nem as moradias dos “marinheiros”. Por imposição funcional, um estaleiro de grandes proporções para as condições da época, necessariamente, teria de estar situado junto à praia do Guaíba, o que significa que é altamente provável que as casas dos operários também se encontrassem nas imediações. Se esta suposição estiver certa, então teríamos a reprodução de um modelo tão comum como antigo em Portugal, cujas raízes mais remotas podem ser encontradas na Grécia clássica, onde uma “acrópole”, agrupando as funções religiosas e algumas administrativas, se encontrava no topo de uma colina enquanto as demais construções se encontravam situadas ao seu pé, estabelecidas em torno de uma “ágora” onde as duas praças eram ligadas entre si através de uma escadaria. Em Portugal, a acrópole foi rebatizada de Praça da Sé, e a ágora, de Praça do Comércio; a escadaria virou ladeira e, quase sempre, recebia o nome de Rua do Comércio, por ser extensão da praça onde se iniciava. E não por acaso, este também é o caso da cidade (quase) homônima portuguesa, de Portalegre.

2.6 O Palácio do Governo

A ordem dada a Montanha para a demarcação das glebas e fixação do logradouro foi emitida em 12 de julho de 1772, e a transferência do governo para Porto Alegre aconteceu em 24 de julho do ano seguinte. Esta mudança consistia no ato do governador instalar sua residência neste novo Palácio. Portanto, sua construção levou aproximadamente um ano para ser concluída¹³² ou, pelo menos, para poder abrigar a família do governador, o que, para as condições da época, deve ter sido um desempenho espetacular. Isso, em nosso entender, pode explicar a razão pela qual o mesmo foi construído em taipa, já que era o material disponível no local, e seria muito pouco provável que, em tão pouco tempo, pudessem ser conseguidos materiais alternativos.

Aqui é necessário fazer um parêntese. Na documentação sobre este palácio, existe um bom número de referências pejorativas a seu respeito pelo fato de ter sido construído em “barro”, em vez de “taipa”, como seria correto. Isso, em nosso entender, se constitui numa percepção totalmente equivocada. A taipa foi o material hegemônico nas construções no Brasil dos primeiros trezentos e cinquenta anos, e com ela foram realizadas algumas das obras mais categorizadas deste período, entre as quais podemos citar as requintadas igrejas barrocas nordestinas do ciclo do açúcar ou as do ciclo do ouro, nas Gerais. Investigações arqueológicas atestam que, em certas partes do mundo, a durabilidade da taipa ultrapassa os milênios. Na periferia do Saara se encontram numerosas construções que foram edificadas na época do início da expansão do islamismo e que ainda hoje se encontram em pleno uso. Portanto, não há por que desdenhar o material. É bem verdade que sua eficiência está ligada com a umidade da região em que ele é empregado e, talvez, sejam os altos graus de higrometria em nosso território a razão pela qual tenha

¹³² Segundo MACEDO, Francisco Riopardense (*Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999, p. 72), o palácio só teria sido concluído em 1784, e, segundo FRANCO, Sérgio da Costa (*Porto Alegre, guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/PMPA, 1992, p. 309), sua conclusão teria acontecido em 1789. Concluída ou por acabar, nós entendemos que a mudança da Capital aconteceu no ato da instalação do governador no novo palácio, a 24 de julho de 1773. De qualquer modo, em seu diário, o tenente-general Böhm escreveu a 13 de junho de 1775, portanto menos de dois anos depois da dita transferência, que, “ficando a casa da residência do governador na maior altura e, na direita da dita casa, está a igreja matriz que deve fazer nova”. Este texto, segundo nos parece, deixa claro que a esta altura dos acontecimentos o governador efetivamente estava residindo no palácio, mesmo que este ainda não tivesse sido concluído.

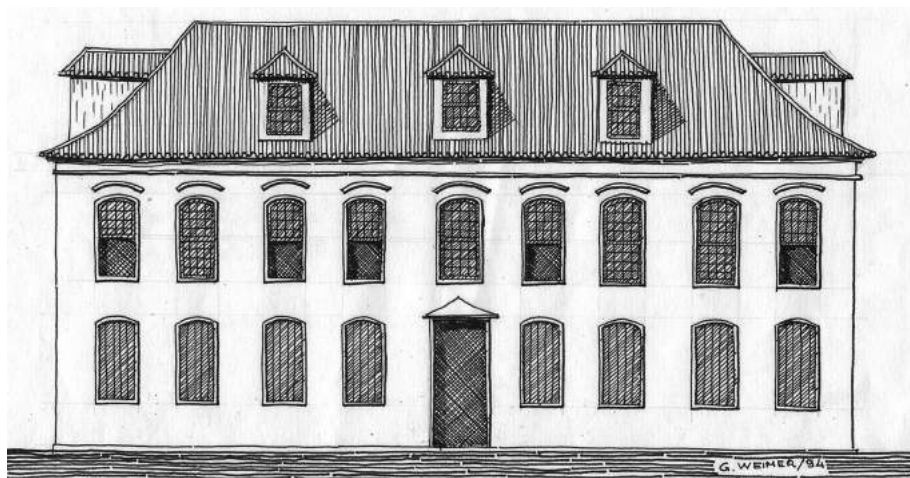
sido necessária a execução de muitos consertos em nosso palácio governamental ao longo de sua utilização. Pode ser que a rapidez com que o mesmo foi construído tenha contribuído para uma execução menos cuidadosa. Mas, com certeza, o fato de ter sido empregada taipa em sua construção não pode ser invocado como um demérito para a obra.

Pelas proporções, pode-se perceber que se tratava de um palácio bem concebido. É provável que em sua forma original não apresentasse as janelas nas águas-furtadas, posto que isso não era comum em construções barrocas. Elas devem ter sido frutos de acréscimos posteriores.

A qualidade arquitetônica do mesmo já chamou a atenção de longa data. Essa deve ter sido a razão pela qual seu projeto tem sido atribuído ao Capitão Montanha. No desconhecimento de outro técnico de formação mais esmerada presente na Capitania, só podia ser ele o autor do mesmo.

Como já foi visto, na extensa biografia¹³³ deste engenheiro militar não consta qualquer projeto de arquitetura. Por isso, desconfiamos, de há muito, de que não tivesse essas habilidades.

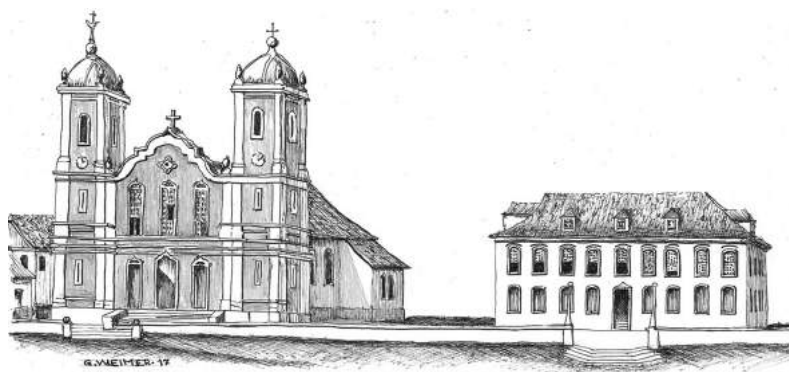
Figura 23 – Desenho do Palácio de Barro baseado em aquarela de Wendroth, de meados do século XIX. Arquiteto: José Joaquim Vieira. Construção: 1772/3.



¹³³ A mais completa é a de BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, 2º vol., p. 944/7.

A descoberta de que o governador Figueiredo (Sepúlveda) contava, em sua equipe de governo, com um arquiteto¹³⁴ de nome Joaquim José Vieira para a elaboração dos projetos de suas obras e que era uma pessoa muito próxima do governador veio a esclarecer as dúvidas latentes. Ainda não conseguimos levantar mais dados sobre este arquiteto, mas certamente suas atividades não se resumiram apenas às três obras citadas (o Palácio do Governo, a Matriz e a primeira ponte da Azenha). Devido a marcantes semelhanças arquitetônicas, supomos que foi o mesmo arquiteto que projetou “as várias outras obras que foram levantadas durante seu governo” (de Figueiredo/Sepúlveda), os prédios da Assembleia e do Quartel do Exército.

Figura 24 – Vista conjunta da Matriz com o Palácio do Governo, ambos projetos do arquiteto José Joaquim Vieira. Desenho baseado em aquarela de Rudolf Wendroth, por volta de 1850.



2.7 O Quartel do Exército

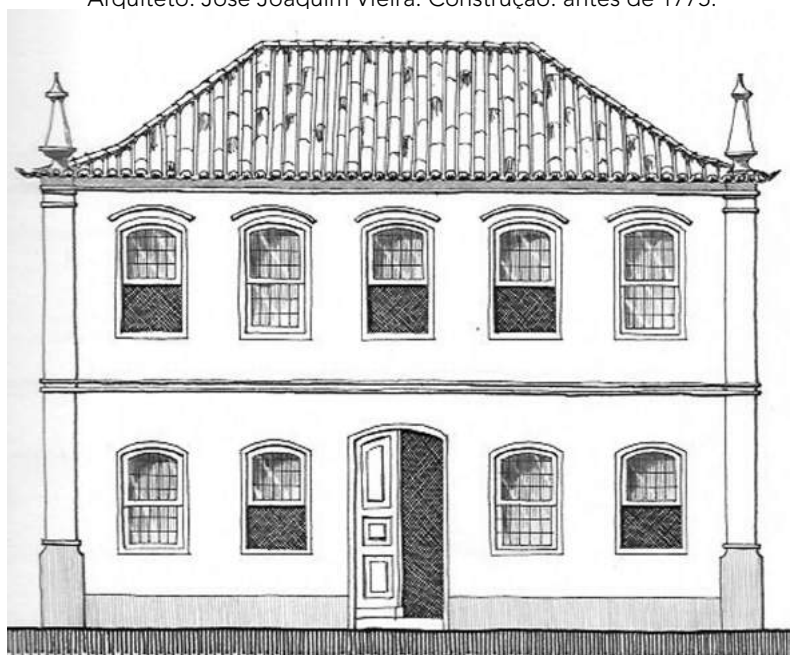
O segundo prédio governamental a ser erguido deve ter sido o Quartel do Exército. Segundo o depoimento do Tenente-General Böhm, ele já existia em 1775. Ao longo de sua existência, o prédio abrigou diversas funções, em razão do que recebeu diversos nomes. De início era conhecido, simplesmente, como “quartel”. Durante uma época foi chamado de “armazém do exército”; noutra, de “arsenal”; segundo a planta de Porto Alegre levantada por Luiz Pereira Dias, ao tempo do governo do

¹³⁴ ANTUNES, P. *Op cit.*, p. 1061.

Conde de Caxias, abrigava a Intendência Municipal, e depois da transferência desta para a Praça da Matriz, foi a sede da “central de polícia”. Foi demolido em inícios da República, numa época em que se espalhou um descrédito às construções barrocas por serem ditas como representantes de um país arcaico, conquanto as aspirações passassem a se centrar em sua modernização por via da linguagem eclética. O exemplo mais marcante desta mentalidade foi a quase demolição de Ouro Preto, que só não aconteceu por ter-se decidido abandonar a velha Capital das Minas Gerais para construir uma nova Capital, Belo Horizonte. Devido aos mesmos preconceitos, também seria demolida a velha matriz, da qual trataremos a seguir.

Pelo rigor do emprego da simetria e o cuidado da composição das massas, fica evidenciado que o projeto não é de um principiante da arte de construir. A existência de cunhais bem proporcionados apoiados numa fundação robusta e a colocação de dois coruchéus, no topo dos mesmos, sobre o telhado, demonstram um requinte de acabamento que permite supor que o material empregado para a construção das paredes tenha sido o tijolo. Em nosso entender, foi o melhor exemplar arquitetônico dos primeiros tempos, em razão do que é por demais lamentável a sua demolição.

Figura 25 – Desenho do Quartel do Exército (mais tarde, Casa de Câmara), situado na esquina da Rua da Praia com a Rua Direita.
Arquiteto: José Joaquim Vieira. Construção: antes de 1775.



2.8 A Matriz

Segundo a documentação disponível, o terceiro prédio oficial a ser construído foi a matriz. A 2 de outubro de 1772 foi criada a freguesia de São Francisco do Porto dos Casais pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro. O primeiro orago, o do arranchamento dos açorianos, fora São José, que foi transferido para Taquari com o traslado dos colonos invasores. Quando foi criado o arraial, um novo orago tomaria o seu lugar: seria São Francisco (por vezes, dito “das Chagas”). Segundo A. Porto Alegre¹³⁵, a pedido do governador Figueiredo (Sepúlveda) ou por imposição dele – dado a suas posturas sobremaneira autoritárias –, a 18 de janeiro de 1773 São Francisco foi substituído pela Nossa Senhora da Madre de Deus por ter sido esta de sua especial devoção e por ter sido ela a sua madrinha de batismo. Portanto, não foi o povo que escolheu o novo orago – como o quer o Monsenhor Balém –, mas a imposição autoritária do governador.

Segundo a ata redigida e assinada em 1º de junho de 1774, foi constituída a Confraria do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora Madre de Deus¹³⁶, que tomaria a si o encargo de construir a nova matriz, depois que foi aprovado o projeto de autoria do arquiteto Joaquim José Vieira. Mas as primeiras iniciativas para a construção só foram tomadas em fins de 1779¹³⁷.

¹³⁵ PORTO ALEGRE, A. *Op. cit.*, p. 39.

¹³⁶ BALÉM, João Maria. *A primeira paróquia de Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940)*. Porto Alegre: Centro, 1941, p. 63.

¹³⁷ BALÉM, João Maria. *Op. cit.*, p. 67.

Figura 26 – Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus, de Porto Alegre.
Projeto: arquiteto Joaquim José Vieira, por volta de
1774. Construtor: José Rodrigues Pimentel.

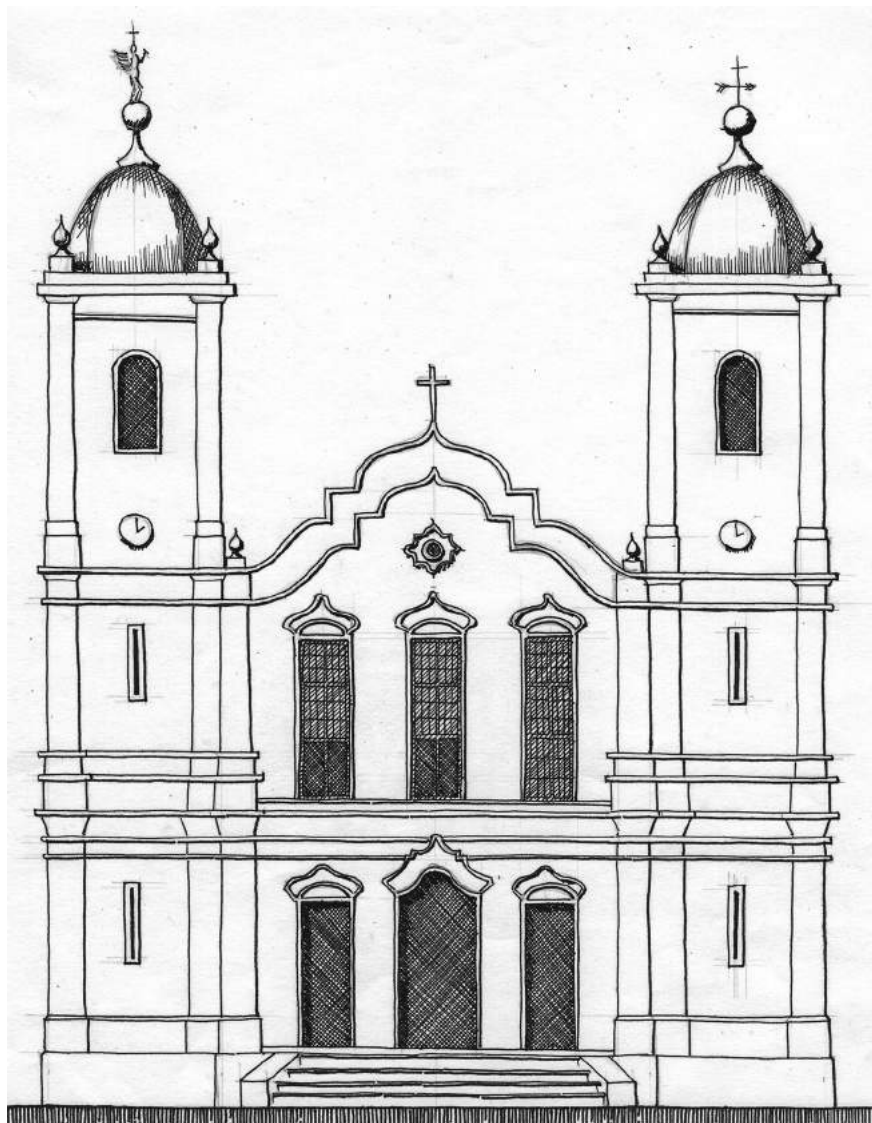


Figura 27 – Vista interna da Matriz Nossa Senhora Madre de Deus com os três retábulos, de provável autoria de José Pereira de Matos¹³⁸. Tentativa de recuperação a partir de uma foto muito antiga.



Por razões diversas, no entanto, os trabalhos não progrediram a contento, e somente cinco anos mais tarde foram tomadas as primeiras providências para a efetiva construção da nova igreja. Em começos de 1780 foi dado o início da construção com a compra de uma chácara pertencente à Fazenda Real, que possuía terras que se prestavam à fabricação de tijolos e telhas. Para tanto, foram “alugados” índios a preço de 20 réis por dia, para produzir estas utilidades. Outros foram

¹³⁸ Segundo Monsenhor Balém, o nome do toreuta teria sido José Pereira de Matos, ao passo que Damasceno (1971, 45/6) garante que seu nome teria sido Joaquim Pereira Matos, de alcunha Joaquim Pataca, um escultor baiano de largo currículo, com trabalhos nas igrejas do Senhor do Bonfim, da Santíssima Trindade, da Ajuda, do Senhor dos Passos e de São Bento, todos em Salvador.

contratados para cortar madeiras “pelos matos” das redondezas em terras que haviam sido deixadas como devolutas para este fim pelo Capitão Montanha. O mestre desta olaria foi Domingos Passarinho.

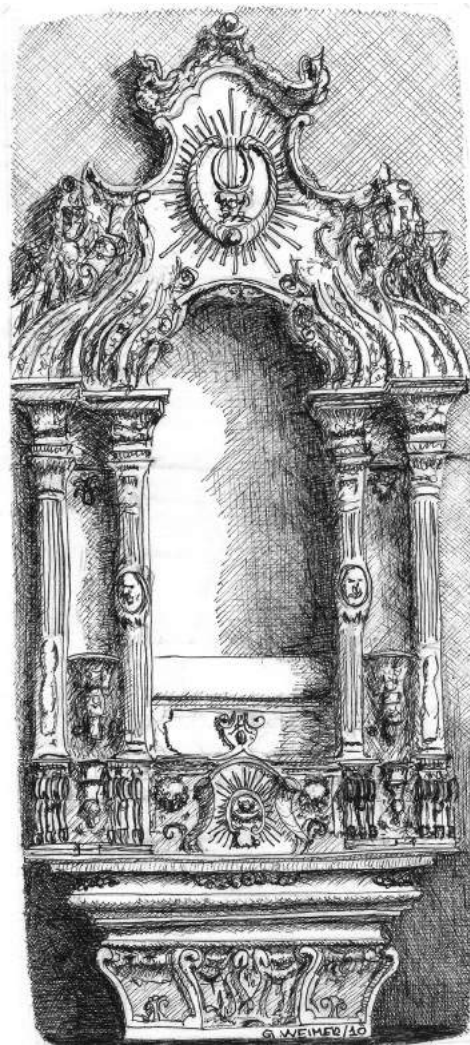
Tudo indica que esta foi a primeira fábrica do gênero no local. Muito embora Porto Alegre viesse a se tornar mundialmente famosa pela qualidade e variedade de seus granitos, já nesta época a confecção das pedras da portada do templo foi encomendada no Rio de Janeiro, possivelmente sob a alegação (que seria levantada, mais tarde, quando da construção do Palácio Piratini) de que nosso granito era demasiado “duro” e que, portanto, não permitia confeccionar arestas vivas! A dúvida que permanece é saber se havia diferença de dureza no granito ou se havia uma excessiva “moleza” na ética dos governantes...

Em setembro de 1779 foi contratado o mestre cavouqueiro Inácio José Moreira para extrair as pedras que serviriam de base para as fundações, e o ferreiro João Batista para fabricar as ferragens necessárias como ferramentas, cravos e pregos para a construção de carroças. O pedreiro José Rodrigues Pimentel foi contratado como construtor do prédio por 500 contos de réis. Desde logo foram ajustados os trabalhos do mestre toreuta José Pereira de Matos para esculpir o altar-mor ao preço de 700\$000 réis. Mais tarde seria ele, também, encarregado de fazer os entalhes das portas, as pinturas do forro e confeccionar um relógio de sol, em pedra. Devido à escassez de mão de obra especializada, supomos que os demais retábulos também tenham sido de sua autoria.

Em junho daquele ano foi encomendada no Rio de Janeiro a fabricação de um órgão e um manicórdio¹³⁹. Em fins de 1793 ou inícios do ano seguinte pôde ser inaugurado o novo templo mesmo que ainda não tivesse torres e as obras civis ainda estivessem por terminar. A construção da torre da esquerda foi concluída no novo século. Em 1820, quando Saint-Hilaire passou pela cidade, a torre junto ao palácio ainda não estava terminada.

¹³⁹ Instrumento de cordas da família do clavicórdio. Também chamado de monocórdio. Este instrumento evoluiria, dando origem ao piano.

Figura 28 – Primeiro retábulo pelo lado do Evangelho da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus. Toreuta: Joaquim (ou José) Pereira de Matos (atribuído).



2.9 As Irmandades

Não há dúvida de que nesta época a vida religiosa era muito intensa. Isso pode ser medido na formação das irmandades e nas iniciativas que as mesmas tomaram.

É sabido que a primeira devoção foi a de São José. Não se sabe se ela chegou a se constituir numa irmandade. A capela de palha que teria – segundo alguns – sido construída nas proximidades da esquina da Rua da Praia com o Beco do Fanha (Atual Caldas Júnior) possivelmente tenha sido construída por um devoto. Ela deve ter desaparecido com a transferência dos invasores para Taquari. Tampouco se sabe se esta capela teve uma imagem do santo, posto que a que orna o altar-mor da igreja em Taquari foi encomendada em Portugal pelo governador José Custódio de Sá e Faria para servir de orago daquela vila¹⁴⁰.

A primeira irmandade regularmente constituída foi a de São Francisco das Chagas, que tomou a si o encargo de construir a primeira igreja. Segundo o Monsenhor Balém¹⁴¹, Inácio Francisco de Melo, depois de comprar as terras de Jerônimo Dorneles, teria mudado o nome da Sesmaria de Santana para Rincão de São Francisco e erguido uma ermida em louvor a São Francisco das Chagas numa colina próxima ao Guaíba. Em torno desta devoção teria se formado a irmandade que erigiu, em data não sabida, a igreja de São Francisco, que ainda estava de pé quando o Tenente-General Böhm visitou Porto Alegre em 1775. Pelos comentários deste militar, devia tratar-se de uma construção muito simples, razão pela qual ela foi demolida e substituída. De qualquer modo, ela se constituiu no marco que definiu a localização do logradouro que teria sido demarcado pelo Capitão Montanha.

A história da criação da freguesia de Porto Alegre está diretamente vinculada à atuação de Dom Antônio do Desterro, que foi uma singular figura do fim do período colonial. Depois de cumprir o cargo de bispo de Luanda, Angola, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de bispo a 1º de janeiro de 1745, no qual ficou até sua morte, em 5 de dezembro de 1773. Seu mandato correspondeu ao do governo do Marquês de Pombal, época de difícil convivência entre o poder religioso e civil. Mesmo assim deixou um notável currículo de realizações, sendo que só no Rio Grande do Sul criou as paróquias Santana do Morro Grande, Bom Jesus do Triunfo, N. S. do Rosário de Rio Pardo, S. Antônio da Patrulha, S. José de Taquari, N. S. da Conceição do Estreito, N. S. dos Anjos, N. S. da Conceição da Serra (ou do Arroio, hoje Osório), Santo Amaro, S. Luis de França das Mostardas. Uma de suas últimas criações foi a de S. Francisco do Porto dos Casais, o que aconteceu em 26 de março de 1772. A esta altura, a igreja construída pela irmandade de S. Francisco já havia sido concluída de longa data. Em 18 de janeiro de 1773, por imposição do governador Figueiredo (Sepúlveda),

¹⁴⁰ BALÉM, João Maria. *A Paróquia de S. José de Taquari*. Porto Alegre: A Nação, 1951, p. 15.

¹⁴¹ BALÉM, João Maria. *A primeira Paróquia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Centro, 1941, p. 26.

Dom Antônio trocou o orago de S. Francisco pelo de N. S. da Madre de Deus e, com isso, aparentemente a irmandade de S. Francisco deixou de existir.

Os dados indicam que, antes mesmo da transferência da sede do governo para Porto Alegre, foi criada a nova irmandade dentro da igreja de São Francisco. Em 1770, portanto, ainda em Viamão, formou-se a do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora Madre de Deus. Aparentemente, tratava-se de duas organizações diferentes que se fundiram. Sabendo-se que o grande promotor das devoções de Nossa Senhora Madre de Deus foi o próprio governador Figueiredo (Sepúlveda), é possível que ele tenha se empenhado na formação desta irmandade a partir do momento em que assumiu o governo, mesmo que a sede ainda estivesse em Viamão. Foi esta irmandade que haveria de tomar para si a construção da nova matriz.

No ano da transferência da Capital, formou-se a segunda irmandade, de São Miguel e Almas. Mais tarde se formaria a dos negros e que receberia o nome de Nossa Senhora do Rosário. Não se sabe a data exata de sua fundação, mas ela já existia em 1786. A classe social mais desprezada à época era a dos mulatos, que formariam a sua irmandade em 1790, sob a invocação de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Na virada do século se formaram mais duas, as de Nossa Senhora das Dores e de Divino Espírito Santo. Cada uma delas desempenharia um papel importante no desenvolvimento da arquitetura religiosa de Porto Alegre.

A Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus foi a mais importante e que tomou a si a demolição da igreja de São Francisco para substituí-la pela de Nossa Senhora Madre de Deus. Já foi visto que o autor do projeto foi o arquiteto Joaquim José Vieira e a construção ficou ao encargo do pedreiro José Rodrigues Pimentel.

A irmandade de São Miguel e Almas assumiu o encargo de construir um novo cemitério quando o que existia nos fundos da matriz foi desativado.

Quando nominalmente se iniciou a Guerra dos Farrapos, o cemitério existente atrás da Matriz já estava superlotado, mas nenhuma providência foi tomada até que o Conde de Caxias assumiu o governo provincial. Escandalizado com as precárias condições em que se encontravam os cemitérios (o de Caridade, que recebia os cadáveres dos escravos, encontrava-se em terreno próximo da Santa Casa, no lado oriental do atual Hospital Dom Vicente Scherer), tratou imediatamente da instalação de dois novos nos Altos da Azenha. Em maio de 1846, foi criado o da Santa Casa e instalado quatro anos mais tarde; em outubro do mesmo ano, as irmandades de São Miguel e Almas, do Santíssimo Sacramento, de N. S. da Conceição e de N. S. do Rosário, em conjunto, criaram, defronte do anterior, um outro cemitério, que passou a ser administrado pela primeira. Este cemitério chegou à completa lotação na década de 1920, quando então foi contratado o arquiteto Armando

Boni, que projetou e construiu sobre o mesmo um novo cemitério em andares e que foi paulatinamente sendo ampliado até chegar à forma como se encontra hoje.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (que, por vezes, recebeu o acréscimo “e São Benedito”¹⁴²), criada em vinte de dezembro de 1786, tratou, de imediato, de construir um altar a Nossa Senhora numa lateral da matriz. O número de devotos cresceu rapidamente e em 1815 começou a se movimentar para se tornar independente por causa de uma desavença interna na matriz. Segundo Mazon:

Era costume da gente que aqui vivia naquela época, procedente de várias nações africanas e na maioria escravos, realizar, principalmente nos dias de Natal e de N. S. do Rosário, diversos bailados da sua terra de origem, os quais eram acompanhados pelo ruído ensurdecido de tambores, marimbas, orocungos¹⁴³ e cauzás¹⁴⁴. Estes bailados eram realizados, com permissão especial, dentro da igreja.

Um dia, o vigário José Inácio dos Santos Pereira resolveu proibi-los, o que causou grande desgosto. A irmandade do Rosário funcionava então na igreja matriz, e por iniciativa do tesoureiro desta irmandade, Francisco José Furtado, ou Chico Cambuta¹⁴⁵, foi resolvida a ereção de um templo consagrado a N. S. do Rosário, onde pudessem continuar estas usanças¹⁴⁶.

Hoje deve ser mais do que evidente que “bailados da sua terra de origem” animados com “tambores e marimbas” só podiam ser rituais de invocações aos orixás. Também é sabido que no período colonial havia grande tolerância em relação a estes rituais, seja por conveniência ou por desconhecimento de seu real significado. Possivelmente, o vigário deve ter desconfiado de que estes “bailados” não eram tão destituídos de sentido e, com isso, armou o maior quiproquó. Isso fez com que a irmandade se movimentasse e, em 1815, conseguiu a autorização do

¹⁴² CASTANHO, Mara Regina; NUNES, Mara Regina: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. *Apud*: FLORES, Moacyr (org.). *Cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 37/46.

¹⁴³ Termo desconhecido. Talvez se trate de uma aglutinação de ORÔ = uma parte da “festa” a um Orixá + CUNGA = qualquer tipo de canção ou CUNGU = dança.

¹⁴⁴ Significado desconhecido. Para LOPES, Ney (*Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 180), talvez fosse um dos nomes de Oxóssi.

¹⁴⁵ Cambuta (do quimbundo *kambuta*) = enfezado.

¹⁴⁶ MAZERON, Gaston Hasslocher. *Notas para a história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 15/6.

bispo do Rio de Janeiro, pelo visto mais tolerante que o vigário, para a constituição de uma nova paróquia e a construção de um novo templo¹⁴⁷.

Em 14 de março de 1816, Antônio Pereira do Couto fez a doação de um terreno com 80 palmos (17,60m) de frente por 130 (28,60m) de fundo. Como este era muito pequeno para a construção do templo, a irmandade se organizou para adquirir a área contígua pertencente ao Capitão Diogo Arouxe de Moraes, que tinha 66 palmos (14,52m) de frente por 140 (30,80m) de fundo e que seria pago em dez prestações mensais. Mais tarde ainda foram adquiridas terras nos fundos, mas com o terreno liberado, pôde ser lançada a pedra fundamental em 3 de outubro de 1817. Meio ano antes, o irmão Francisco José Furtado¹⁴⁸, que liderara a “insurreição”, foi autorizado a “tirar o risco”, isto é, fazer o projeto. Lamentavelmente, a ata não esclarece quem executou a tarefa. Mas, de qualquer modo, a qualidade do “risco” evidencia que foi um mestre do ofício e, segundo voz corrente, teria sido a igreja de maiores qualidades plásticas da cidade.

Pelos registros da irmandade, sabe-se que as obras foram iniciadas pelo mestre-carpinteiro Agostinho Borba, que nada teria cobrado por seus serviços. Em 1820, ele foi substituído por seu auxiliar direto, o mestre-pedreiro Benedito da Silva Santos, um preto forro. Entre 1822/23, as obras foram dirigidas pelo mestre-carpinteiro Manoel Inácio da Trindade.

¹⁴⁷ Os dados a seguir apresentados foram extraídos do livro de BAREA, José. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 81 e seg.

¹⁴⁸ Furtado era natural da freguesia de São Mateus, da ilha do Faial, nos Açores, e no assento de sua morte consta que faleceu de febre aos 71 anos de idade, tendo recebido expressivas homenagens por suas atividades junto à comunidade. Barea o descreve como um homem simples e modesto, o que está em franca contradição com o que os negros, seus liderados, diziam de sua pessoa: “cambuta”, isto é, “enfestado”.

Figura 29 – Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída entre 1817 e 1827.
Arquiteto desconhecido. Construtor: Agostinho Borba e outros.



De fins de 1823 a inícios de 1824, mestre Benedito voltou a dirigir as obras, quando voltou a ser substituído pelo mestre Trindade, que ficou à frente das operações até janeiro de 1827, quando foi, em definitivo, substituído pelo mestre-carpinteiro Francisco Ribeiro das Chagas. Este, por sua vez, já havia sido contratado anteriormente como toreuta dos três altares, o mor, de N. S. do Rosário, e os laterais, de N. S. do Carmo e de Santa Bárbara. Os construtores eram brancos, salvo mestre Benedito. Os demais operários eram pardos e pretos, escravos ou forros. Para a construção do

templo não houve contribuições governamentais. Estas vieram de pessoas de todas as classes sociais, mas especialmente dos pretos, sendo que uma parte substancial foi arrecadada no candomblé da Mãe Rita, que ficava no Beco do Firme (Rua Avaí), que desapareceu, em parte, com a abertura da Primeira Perimetral.

No Natal de 1827, num tempo surpreendentemente curto, o templo foi inaugurado com o traslado da imagem de Nossa Senhora da matriz para o novo templo.

Figura 30 – Igreja Nossa Senhora do Rosário foi a única igreja barroca de Porto Alegre a apresentar um adro plano.



A história da construção deste templo é tão surpreendente que mereceria um estudo sociológico específico. Por um lado, mostra a ascensão técnica do negro, na

medida em que um preto forro assumiu a direção dos trabalhos; pelo outro, mostra que os negros não se submeteram de forma passiva à orientação de um pároco, se sublevaram e seguiram o seu próprio caminho sob a liderança de um açoriano enfezado. Como é que um imigrante tido como de segunda categoria dentro do contexto português de então se colocou do lado dos oprimidos, adotou um apelido quimbundo e liderou uma “insurreição” étnica? Eis uma complexa questão que merece uma investigação específica. Mais ainda: é difícil entender como uma comunidade com tão poucos recursos pôde, em tempo recorde, construir um templo tido, por muitos, como o de maiores qualidades plásticas dentre seus congêneres locais, que depois “tombou” com um “canetaço” do ditador de plantão, depois de ter sido devidamente inventariado no patrimônio da Nação e suas imagens postas a leilão; finalmente foi substituído por outra igreja de qualidades duvidosas depois que os descendentes de seus fundadores foram devidamente afastados da paróquia.

Figura 31 – Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (recuperação de foto antiga). Toreuta: Francisco Ribeiro das Chagas.



A devoção a Nossa Senhora da Conceição foi muito grande no século XVIII, especialmente no Rio Grande do Sul. Em 1742 foi construída a primeira igreja em seu louvor, em Arroio (ou Serra, hoje Osório). Esta comunidade foi elevada a freguesia em 1773, no ano em que a Capital foi transferida de Viamão para Porto Alegre. Entre as 14 freguesias criadas naquele século, quatro lhe eram dedicadas (de Viamão, do Estreito, do Arroio ou da Serra e de Cachoeira). A de Viamão foi criada em 1747. Esta devoção também começou a obter adeptos na Capital, e em dois de fevereiro de 1790 foi criada a respectiva irmandade¹⁴⁹ na matriz do povoado, e quatro anos mais tarde foi sagrado o seu altar. A irmandade passou por diversas crises internas devido à presença de irmãos pardos. A crise mais grave aconteceu na procissão de oito de dezembro de 1827, quando os brancos não queriam a presença dos mulatos. Estas diferenças duraram um quarto de século e só foram superadas com a definitiva cisão das partes e a construção de um novo templo a cargo dos irmãos pardos. Em 1851, a filha do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, Rafaela Pinto Bandeira Freire¹⁵⁰, fez a doação de um terreno de sua chácara para a construção da igreja sob a condição de que deveria ser iniciada no prazo máximo de um ano e concluída em oito. Apesar de generosas contribuições governamentais, as obras só puderam ser concluídas em 1880. Para contornar os problemas decorrentes do não cumprimento dos compromissos assumidos, o templo foi inaugurado sem as torres e sem reboco, com apenas a capela-mor ultimada, em oito de dezembro de 1858, quando foi feito o traslado da imagem da padroeira desde a matriz. Até o presente se desconhece o autor do projeto e o(s) construtor(es). Devido a sua semelhança com a forma original da igreja de N. S. das Dores, especula-se que o projeto tenha sido o mesmo. De qualquer forma, parece ser fora de dúvida que o toreuta que fez os retábulos¹⁵¹ das duas igrejas foi o mesmo, João do Couto e Silva. Como este esteve durante algum tempo encarregado da construção daquele templo, parece não ser totalmente destituída de fundamentos a hipótese de que Couto e Silva também tivesse atuado como construtor do de N. S. da Conceição.

¹⁴⁹ Os dados sobre esta irmandade estão baseados nos levantamentos realizados por JOBIM, Gilda Maria Franco; CABRAL, Claudia Pianta Costa. *A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre: elementos para sua história*. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 1992, monografia.

¹⁵⁰ FLORES, Moacyr *et al.* *Torres da Província*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2004, p. 38.

¹⁵¹ Estes retábulos apresentam as mesmas características, ou seja, a superposição de formas claramente galgadas na linguagem neoclássica, complementadas com decorativismos barrocos. A forma como esta superposição foi feita é totalmente peculiar, e desconhece-se outra obra semelhante.

Provavelmente as celebrações litúrgicas da Mater Dolorosa surgiram com o advento do próprio culto mariano, que desde a cristianização teve grande devoção em solo português. Por extensão, o mesmo veio a acontecer no Brasil. Portanto, seria previsível que em Porto Alegre também se formasse uma irmandade com esta devoção. Segundo Flores¹⁵², desde 1779 um grupo de devotos mandava rezar missa todas as semanas em honra à Santa, mas a irmandade só foi fundada por volta de 1800.

Foi uma irmandade do mais alto *status* social por ser integrada somente por brancos. Dado o poder político de seus integrantes, muito em breve começaram a surgir pressões para que ela se tornasse independente da matriz. Para tanto, a irmandade comprou um terreno na periferia do povoado de então, localizado em forte declive entre o Quartel do Exército e o depósito do Exército (onde, mais tarde, seria construído o Arsenal de Guerra). Este se estendia desde a Rua do Cotovelo ou da Ponte (Rua Riachuelo) até a Rua da Praia. Em 2 de fevereiro de 1807 (dia de Nossa Senhora), foi lançada a pedra fundamental do novo templo.

Não se sabe de quem é a autoria do projeto arquitetônico original. Como, à época, a Igreja se constituía numa repartição da administração pública, é provável que o autor do projeto fosse algum funcionário da Repartição de Obras Públicas. Do mesmo modo, o financiamento de sua construção também corria por conta do erário público¹⁵³.

Com este apoio a capela-mor pôde ser inaugurada em 1813, quando a imagem da Santa foi transferida da matriz para o novo templo. A qualidade arquitetônica do projeto desta capela sustenta o pressuposto de que seu projetista era uma pessoa qualificada para esta tarefa.

Pelo fato de seus integrantes pertencerem à classe social mais elevada e pelos privilégios que ela dispunha, seria de se esperar que a construção do templo ocorresse

¹⁵² FLORES, Moacyr *et al.* *Torres da Província*. Porto Alegre: Palotti, 2004, p. 29.

¹⁵³ Como os custos da construção eram altos e a Igreja, na prática, era uma repartição do governo, os procedimentos para obter apoio financeiro do Estado eram os seguintes: a irmandade interessada fazia uma festa com o fim de arrecadar fundos com os quais dava início à construção. Depois se recorria à Presidência da Capitania, alegando não poder arcar com as despesas. Então o governante inscrevia a irmandade numa loteria cujo lucro passava a ser rateado entre as que haviam se candidatado ao benefício. Este rateio era feito de forma desigual, alegadamente para atender às necessidades mais prementes. Na prática, isso significava que as irmandades que detinham o maior prestígio perante os governantes eram as mais bem aquinhoadas, enquanto as mais necessitadas acabavam por ser deixadas à própria sorte, como aconteceu, por exemplo, com as irmandades dos pretos e dos mulatos.

rapidamente, mas não foi isso que aconteceu. Em 24 de outubro de 1832 a irmandade foi elevada à categoria de freguesia, ainda que o prédio estivesse reduzido apenas à capela-mor. A construção da nave da igreja foi objeto de muitas contrariedades e interrupções. Por motivos não muito claros, o projeto teve de ser refeito, e as obras pouco progrediram. Com a Guerra dos Farrapos, os trabalhos foram paralisados completamente. Terminado o conflito, a construção foi retomada, mas o projeto teve de ser refeito em razão de terem surgido problemas com a alvenaria das paredes. Os autores desta adequação foram os arquitetos Luiz Manoel Martins da Silva e Maximilian von Emmerich, que também dividiram a fiscalização das obras com Friedrich Heydtmann enquanto a construção corria por conta do português João do Couto e Silva que para tanto fora contratado em 1850. Este foi um profissional de alta capacidade, posto que também foi contratado para esculpir os retábulos que, no entanto, não puderam ser instalados de imediato, já que o telhado só foi concluído em 1872, quando o encarregado da fiscalização foi o engenheiro das Obras Públicas Luiz Ferreira Vieira.

Nesta época foi contratado o pintor Germano Traub para fazer a decoração do teto e das paredes sem que estivessem terminados os trabalhos de acabamento externo do templo. Com o reboco por concluir, o templo ficou à espera até 1899, quando o arquiteto alemão Julius Weise fez um novo projeto para a fachada que consistia, basicamente, na simulação do acréscimo de mais um andar e de torres novas e mais imponentes. Consta que João Vicente Friederichs teria esculpido¹⁵⁴ e fundido em argamassa armada as três imagens da Caridade, Fé e Esperança que ornaram sua fachada. As obras só foram concluídas, em definitivo, em 1904, levando, portanto, quase cem anos. Em conclusão, pode-se dizer que a obra que teve as condições mais favoráveis para ser levada adiante, de fato, acabou por ser a que mais tempo levou para chegar à finalização.

Dentro do folclore da cidade surgiu a lenda de que o longo período de construção teria sido consequência de uma praga rogada por um escravo que teria sido enforcado injustamente no patíbulo montado diante do templo. Já foram publicados diversos trabalhos desmentindo o ocorrido, sem se darem conta de incorrer num erro metodológico básico que trata da inviabilidade de se provar que

¹⁵⁴ Esta informação é recorrente, mas deve ser tomada com alguma reserva, posto que João Vicente era formado em escultura, mas se dedicava especialmente aos negócios, deixando a execução prática das encomendas a escultores que contratava. Como estas devem ter sido algumas das primeiras obras saídas de sua oficina, é possível que ele próprio, efetivamente, tenha se encarregado de sua execução.

uma coisa não aconteceu, ao mesmo tempo em que não se deram conta de que os enforcamentos não eram realizados diante de igrejas, mas diante das Casas de Câmara. O surgimento deste equívoco deve ter ocorrido pelo fato de que em Porto Alegre a Câmara estava ao lado da igreja.

Por volta de 1800 foi constituída a Irmandade de Divino Espírito Santo. É sabido que o Espírito Santo tinha muitos devotos entre os açorianos, cujo culto era praticado em capelas denominadas de Impérios, que se constituem numa peculiaridade das Ilhas. Como a presença dos açorianos em Porto Alegre é documentada desde longa data, seria de esperar que houvesse a constituição desta irmandade. O que surpreende é o fato de que a mesma tenha se formado dentro da Matriz pela simples razão de que, desde o início da ocupação das Ilhas, por volta de 1460, este culto foi praticado à revelia da organização eclesiástica oficial em razão do que sempre foi tido como um catolicismo popular e sobre o qual sempre pesaram suspeitas de influências “judaizantes”: consta que entre os primeiros emigrantes para os Açores havia muitos cristãos novos por conta dos quais teriam sido criados estes Impérios devotados exclusivamente ao Divino Espírito Santo e nos quais não comparecem imagens de outros santos, no que se pretende ver a reminiscência de um culto a Jeová sob a forma de um sincretismo religioso ou como forma de escapar das garras da Santa Inquisição.

Ressalvados os exageros com que a presença de açorianos tem sido tratada, não pode ser ignorada a sua ocorrência na população porto-alegrense desde os primeiros tempos e que, portanto, seria de esperar que se formasse semelhante irmandade e que fosse construído o respectivo “Império”. Nas aquarelas de Wendroth ele ainda não aparece, mas em imagens da década seguinte pode ser visto em sua forma original, de marcantes linhas de arquitetura clássica. Esta construção foi refeita várias vezes e só encontrou sua forma definitiva em 1875, segundo atesta o Monsenhor Balém¹⁵⁵. Em 1929 ele foi demolido para dar lugar à construção da atual catedral metropolitana, época em que o arquiteto Egon Weindoerfer concebeu o projeto de uma nova capela dedicada à mesma devoção que seria construída pela firma Azevedo Moura & Gertum, no bairro do Bom Fim, ao lado do Hospital de Pronto-Socorro.

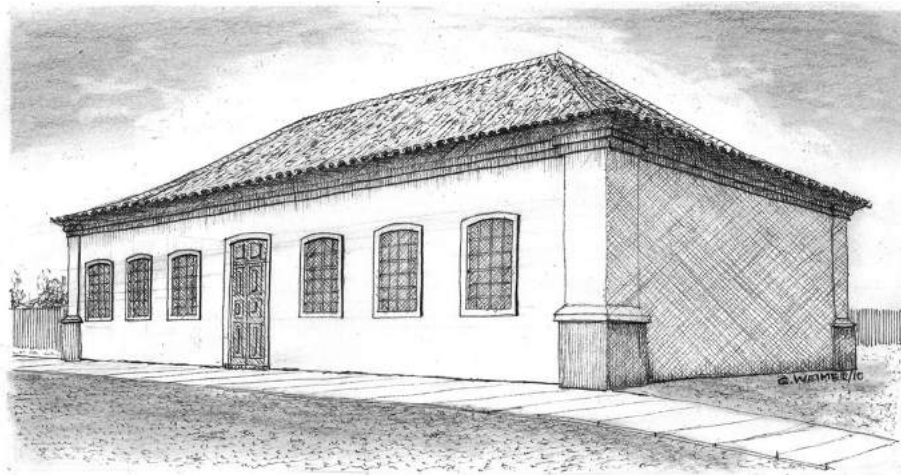
¹⁵⁵ BALEM, João Maria. *A primeira Paróquia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Centro, 1941, p. 71.

2.10 A Assembleia Legislativa

O quarto prédio governamental a ser erguido foi o da Assembleia Legislativa. Apoiado nos escritos do tenente-general Böhm, deduz-se que em 1775 ainda não havia sido iniciada a construção do prédio. Dois anos mais tarde aconteceu o episódio em que o governador Figueiredo (Sepúlveda) mandou prender os vereadores e só os libertou depois que tivessem trazido e instalado suas famílias em Porto Alegre, do que deduzimos que isso indicava que o prédio ainda não devia estar concluído por não se poder ainda realizar as sessões. Pelo relato de Bettamio, sabemos que em 1780 nele estava instalada a Junta da Fazenda Real, da qual ele era funcionário. Isso significa que o prédio estava em condições de uso antes do fim do governo de Figueiredo (Sepúlveda), o que também se constitui numa das justificativas pelas quais atribuímos a autoria do projeto ao arquiteto Joaquim José Vieira.

É evidente que, de início, o prédio não recebeu o nome que lhe atribuímos. Ele foi construído, inicialmente, para abrigar a Câmara de Vereadores, que havia sido transferida de Rio Grande para Viamão e daí para Porto Alegre. Tudo indica que a antiga Câmara não chegou a ser instalada neste prédio porque, como foi visto, ela ainda estava em construção quando os castelhanos foram expulsos de Rio Grande (em 1776), e portanto não havia mais razões para que ela estivesse estabelecida fora de sua sede original. O retorno da Câmara a Rio Grande fez com que ela fosse destinada apenas ao judiciário, cujas atividades intermitentes deixaram o prédio em uso esporádico. Deve ser por isso que nela foram instalados os serviços de arrecadação de impostos. Em razão disso, passou a ser chamada de Junta da Real Fazenda.

Figura 32 – Tentativa de reconstituição do Prédio da Assembleia Legislativa na forma como se encontrava antes das intervenções de Philipp von Normann e do rebaixamento da rua.
Projeto: arquiteto Joaquim José Vieira (atribuído).



2.11 A sede municipal

Em 1809 foi feita a primeira divisão do território em quatro municípios, quando Porto Alegre, além de Capital, também se tornou sede municipal. Contudo, ainda continuou com o *status* de “povoado”. E, portanto, não tinha uma Câmara. Sua promoção a “vila”, com a respectiva instalação de uma Câmara, só aconteceria em 1810. Todavia, Luccock, em 1809, assinala que “ali (em Porto Alegre) reside o Governador da Província, um Vigário Geral, um Ouvidor, um Juiz e uma espécie de Vice-Chanceler de Órfãos¹⁵⁶”, cargo este que, no entender de Noal e Franco, seria o de Juiz de Órfãos. Isso significa que, com a criação do Município, Porto Alegre recebeu os serviços judiciários com a nomeação de dois juízes permanentes, o que, segundo as regras estabelecidas, só deveria acontecer com a elevação de povoado a vila. É de se supor que estes serviços já deviam estar estabelecidos neste prédio, que, efetivamente, começou a funcionar no ano seguinte, quando houve a promoção. Certo é que, com a “fundação” da vila, o prédio passou a ser conhecido como o

¹⁵⁶ LUCCOCK, J. *Op. cit.*, p. 435.

Paço da Câmara Municipal, conforme o denominava Nicolau Dreys, em 1817, mas Saint-Hilaire, três anos mais tarde, o denominou de Palácio da Justiça. Somente com a Declaração da Independência o prédio passou a abrigar a Assembleia e, para tanto, a Câmara teve de desocupá-lo. Para a nova sede foi escolhido o antigo Quartel do Exército, na Rua da Praia (dos Andradas), esquina com a Rua Direita (atual Gen. Canabarro). Tradicionalmente, o símbolo do poder municipal era o pelourinho. A inauguração do prédio deveria acontecer num pomposo cerimonial presidido por uma autoridade do poder central. Como demorou que um representante fosse designado, esta inauguração foi sendo sucessivamente postergada e só aconteceu quando a Câmara já estava instalada na Rua da Praia, onde ficou até a conclusão e inauguração de um novo prédio específico, na década de 1860, situado na Praça da Matriz, ao lado do Teatro São Pedro.

Segundo a tradição portuguesa, os julgamentos eram realizados no plenário da vereança, razão pela qual a Casa de Câmara também era a sede do Poder Judiciário. Isso significa que, com a mudança da Câmara para a nova sede na Praça da Matriz, o Judiciário também se mudou para as mesmas instalações.

Depois de proclamada a República e debeladas as desavenças entre os republicanos, o governo estadual tratou de construir uma nova sede para a Câmara Municipal de Porto Alegre, na atual Praça Montevideu. Na nova ordem republicana, foi feito o desmembramento das duas funções e, a partir de então, o antigo prédio foi reservado exclusivamente para o judiciário, em razão do que passou a ser denominado de Palácio da Justiça.

Voltando ao período colonial, ao fim do governo de (Marcelino José) Figueiredo (Sepúlveda), em 1780, o povoado já estava solidamente constituído em sua infraestrutura administrativa e já contava com uma população de mais de 1.500 habitantes, o que correspondia a aproximadamente 8,5% do total da população da Capitania¹⁵⁷. Isso significa que já havia se tornado seu maior conglomerado urbano e que a povoação já deveria estar constituída por cerca 200 “fogos”, além de construções para fins não residenciais. Segundo Augusto Porto Alegre, a região mais densamente habitada estava nas proximidades da “Praia do Arsenal”, o que correspondia à Rua da Praia, no trecho entre a rua da Ladeira e o Quartel do Exército. Nesta época, procedia-se ao parcelamento do território no outro extremo,

¹⁵⁷ A população da Capitania era de 17.923 habitantes, e a de Porto Alegre era de 1.512, dos quais 871 eram brancos (57,6%), 96 eram indígenas (6,4%) e 545 eram negros (36%), conforme uma estatística levantada por Aurélio Porto e citada em ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1062.

próximo ao “portão”, nos altos da Rua Bragança (atual Marechal Floriano Peixoto), a um preço entre 200 e 400 réis o palmo¹⁵⁸.

A existência deste “portão” e referência a “fortificações” constitui um problema até agora pouco estudado. Pela ata de 19 de maio de 1777 da Câmara, sabe-se que o governador convocou os vereadores para tratar da construção da ponte que daria passagem por sobre o Riacho. No entanto, este foi apenas um estratagema para prendê-los no povoado, posto que deu ordem aos guardas para não permitir a sua saída pelo “portão”. Isso significa que este era o único acesso ao povoado e que deveria haver uma cerca ao seu redor bem antes daquela que o então ainda Conde de Caxias mandou construir para defender a cidade do assédio dos Farrapos. A existência desta “fortificação” está assim relatada em Augusto Porto Alegre:

Durante a administração de José Marcelino de Figueiredo, cuidou-se com empenho de dotar o lugar com obras de fortificações que o pusessem ao abrigo de quaisquer investidas armadas; e para que o serviço a executar menos pesado saísse ao erário público, quando por castigo dos criminosos de todas as espécies existentes na prisão foram empregados eles em tais trabalhos. A entrada para a povoação, menos pelo lado do ancoradouro, foi fixada num só ponto, sendo praticada por um portão. Todas as pessoas que por ali passavam, sós ou conduzindo animais, pagavam um imposto de 20 réis destinado à irmandade de N. S. Madre de Deus e para cuja execução completa havia sempre naquele lugar uma sentinela. Tais fortificações e trincheiras orlavam toda a capital: vindo do Riacho, passavam pela Várzea, onde estava a sua entrada seguindo dali pelos terrenos em que se vê hoje a Santa Casa, compreendendo a Chácara da Brigadeira, descendo depois até o litoral do Guaíba, pelo Caminho Novo. Construção ruim, porém, devido só a falta de uniformidade, elas duraram, no entanto, bastante, sendo ainda aproveitadas na defesa de Porto Alegre nalguns pontos que de pé ficaram até o início da revolução de 20 de setembro de 1835.¹⁵⁹

Os desenhos de muitas vilas e cidades do período colonial assinalam onde deveriam ser construídas as defesas, mas poucas foram as que realmente dispuseram desta segurança. Que Porto Alegre tivesse semelhante obra durante um período de 65 anos é muito pouco referido.

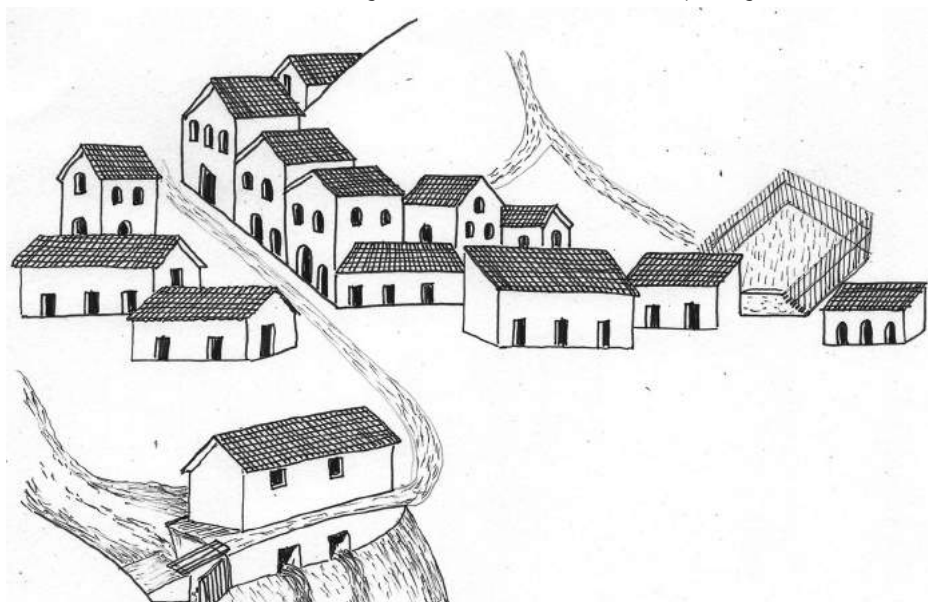
¹⁵⁸ PORTO ALEGRE, A. *Op. cit.*, p. 39.

¹⁵⁹ PORTO ALEGRE, A. *Op. cit.*, p. 61.

Segundo Augusto Porto Alegre, a principal produção local era a criação de gado, além da plantação de trigo e de milho. Para moer estes cereais, já havia sido construída uma azenha no Riacho. Moniz Barreto foi além quando disse, em 1778:

[...] para a cultura do trigo [a terra] é especial e produz muito mais que em outra parte. Para reduzir a farinha, além de muitas azenhas que para isso tem, inventaram uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas que se movem puxados por bois, segundo sopram os ventos, de uns para outros sítios.¹⁶⁰

Figura 33 – Parte do desenho feito por Duarte de Armas¹⁶¹, em 1503, do Castro Marim, mostrando, em primeiro plano, uma azenha. Possivelmente a azenha de Porto Alegre fosse assemelhada com a portuguesa.



¹⁶⁰ BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. *Observações sobre o Rio Grande*. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fac. de Filosofia, UFRGS, 1969, p. 172.

¹⁶¹ ARMAS, Duarte de. *O livro das fortalezas*. Lisboa: INAPA, 1997, prancha 1.

Certamente há um pouco de exagero ao afirmar que já existissem “muitas” azenhas¹⁶², mas a existência de moinhos de vento de madeira foi relatada por Moniz Barreto de forma pioneira. Que estes engenhos fossem móveis e que giravam para melhor captar o vento, não foi invenção local, mas eram conhecidos desde longuíssima data, em toda Península Ibérica. Em viagem de estudos, fotografamos muitos desses moinhos de vento, ainda abundantes especialmente na costa atlântica da Extremadura, embora a maioria já estivesse fora de uso. Certamente aí também deveriam existir moinhos giratórios, mas não nos consta ter visto algum. Todos estavam direcionados para o oceano, de onde soprava o vento. Os que encontramos eram altos e de alvenaria. Porém, encontramos os giratórios, ainda em uso, e com boa frequência, nos Açores. Que os mesmos fossem passíveis de serem transportados de um para outro sítio, certamente foi um erro de interpretação: as rodas existentes em suas bases serviam apenas para girá-los para melhor captar os ventos.

¹⁶² Em Portugal havia quatro variantes de moinhos que utilizavam a água para acionar suas mós. O mais comum era a roda d'água, que requeria um declive para a construção do moinho. Na parte superior do desnível do terreno era captada a água, que era conduzida por um canal até a parte superior de uma roda provida de cubas em que era derramada a água. Pela força da gravidade, o peso da água fazia girar a roda, e as cubas derramavam a água quando chegavam na parte inferior. O eixo da roda se prolongava para o interior do moinho, onde, por um sistema de rodas dentadas, a rotação era transferida para a rotação da(s) mó(s). Uma forma mais produtiva de moinho era o de moenda, que consistia numa roda horizontal provida de pás ou penas que recebiam o jato da água que era canalizado sobre a roda. Desta forma, o eixo conduzia a força motriz diretamente para a mó. Deste modo se evitava a intermediação de rodas dentadas. Esse tipo de moinho se generalizou ao ponto de que sua denominação acabou por se identificar com o da moagem. A terceira forma era a da azenha, que consistia em conduzir o jato da água através de um canal de secção semelhante ao das pás da roda. Desta forma, o fluxo da água incidia sobre as pás, fazendo a roda girar. Esta disposição tinha a desvantagem de necessitar a intermediação de rodas dentadas para acionar as mós e a vantagem de poder ser utilizada em terrenos de pouca declividade. Isso, por sua vez, as tornava menos eficientes. Por isso foram sendo abandonadas e, ao que consta, já não são mais utilizadas em território português. Contudo, nos levantamentos dos castelos realizados por Duarte de Armas, por volta de 1500, há diversas ilustrações mostrando que a existência das mesmas devia ser bastante comum no fim da Idade Média. Uma quarta forma de aproveitamento da força motriz da água eram os moinhos de maré, que consistiam numa variante das azenhas. Na maré alta, a água era conduzida para um lago artificial através de uma comporta que se fechava automaticamente quando as águas refluíam. No entorno da maré baixa, o desnível era aproveitado para acionar a roda da água ao modo das azenhas. Temos notícias de que este tipo de moinho ainda é utilizado na região da Arrábida, em Portugal, e que teve emprego, no passado, na foz do Amazonas e na ilha de São Luiz, no Maranhão.

Figura 34 – Desenho de um moinho de vento por nós fotografado na Ilha do Faial, em fevereiro de 1999. A escada serve, ao mesmo tempo, para dar acesso ao moinho e de alavanca para girar o engenho.



Existem diversas citações a respeito dos moinhos de vento em Porto Alegre, mas somente conhecemos uma iconografia a este respeito numa aquarela atribuída a Debret e identificada como sendo de Curitiba, um equívoco evidente, já que ela pôde ser identificada como sendo de Porto Alegre, como pode ser visto no desenho seguinte.

Figura 35 – Interpretação de uma aquarela atribuída a Debret, com uma vista de Porto Alegre, desde o Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria), onde aparecem, no alto, à esquerda, dois moinhos de vento.



Segundo os cronistas destes tempos pioneiros, as habitações urbanas teriam sido “pobres construções de taipa ou somente de madeira, cujas coberturas eram de capim e folhas, pois tijolos e telhas [...] vinham de Laguna”¹⁶³, o que, em si, já demonstra a existência de preconceito e, como foi visto, contém uma inexatidão histórica. Nem a taipa nem uma cobertura de grama se constituem em indicativo de pobreza.

Todavia, a pobreza das habitações era um fato. Mas decorria, antes de tudo, de razões culturais. A partir da abertura dos portos, temos muitos testemunhos de viajantes que ficaram muito admirados com a existência de grandes proprietários, de grande fortuna e que viviam em condições de quase penúria. Certamente este fato não haveria de ser diferente no Rio Grande do Sul, e Saint-Hilaire confirma que este também era o caso nas cercanias de Porto Alegre. Nas casas berberes marroquinas até hoje não há móveis. As pessoas se sentam em “mastabas”, ou seja, em bancos de alvenaria fixos ou sobre almofadas. Pessoas de posses dormem sobre estrados de alvenaria, sobre as quais são estendidos tapetes; os pobres estendem os tapetes sobre o piso dos dormitórios para dormir e os recolhem de manhã, depois de levantar. As refeições são preparadas numa única panela, da qual todos os comensais se servem ao mesmo tempo, sentados sobre tapetes, ao seu redor. Esta tradição foi herdada pelos portugueses durante o multissecular domínio muçulmano da Península Ibérica, e em grande parte ainda se manteve na cultura popular. E nesta forma foi trazida ao Brasil.

Os testemunhos disponíveis a respeito da forma de utilização das habitações populares no tempo dos pioneiros são escassos. As descrições de interiores deixadas pelos viajantes se referem a casas de alto ou médio nível de vida. A partir de imagens da cidade tiradas a partir do Segundo Império e de projetos encaminhados para exame na Intendência Municipal em inícios da República, podemos dizer com segurança que essas casas eram minúsculas e que dificilmente teriam uma área construída acima dos 30 metros quadrados. Por economia, as paredes laterais eram construídas “em meia”, isto é, sobre a divisa para que os custos pudessem ser divididos entre os vizinhos. Assim, cada proprietário podia apoiar a estrutura do telhado sobre as paredes elaboradas em condomínio. Isso significa que as laterais eram totalmente fechadas. Ventilação e iluminação só eram possíveis através de aberturas nas fachadas da frente e dos fundos. Em Portugal, em conformidade com a tradição berbere, existem casas que têm apenas uma única abertura para a rua que era a porta de entrada. É possível que esta também tivesse sido uma solução empregada entre nós, mas o relato de

¹⁶³ ANTUNES, P. *Op. cit.*, p. 1.057.

Isabelle deixa claro que as casas “antigas” eram fechadas por rótulas atrás das quais se escondiam as mulheres para bisbilhotar o que se passava na rua. Isso leva a crer que aqui eram mais comuns as casas de “porta e janela”. Como atesta o referido autor, estas rótulas sempre permaneciam fechadas, o que significa que iluminação e ventilação abundantes só podiam acontecer através das aberturas da fachada traseira, que estava preservada de olhares indiscretos. Uma parte da ventilação se realizava através das telhas vãs. Autores como Augusto Porto Alegre e Paranhos Antunes supõem que as coberturas majoritárias fossem de fibras vegetais. Talvez inicialmente isso fosse assim. Diga-se de passagem que as mesmas são muito recomendáveis em climas de grandes variações de temperatura ou em regiões de temperaturas extremas, o que não é o nosso caso. Elas têm algumas características muito positivas como fornecer um ótimo isolamento térmico e de serem muito econômicas. Mas apresentam as desvantagens de serem combustíveis e terem uma utilização limitada por causa de seu apodrecimento resultante de permanente exposição às chuvas e ao sol. Por isso, precisam ser refeitas de tempos em tempos. Como nosso clima é relativamente ameno, e como havia desde logo à disposição telhas cerâmicas no mercado, julgamos que, se tivessem sido empregadas coberturas vegetais, estas devem ter sido rapidamente substituídas por telhas cerâmicas, que forneciam uma solução permanente.

Figura 36 – Corte esquemático perspectivado de uma casa de alfurja, construída com taipa e cobertura de palha.

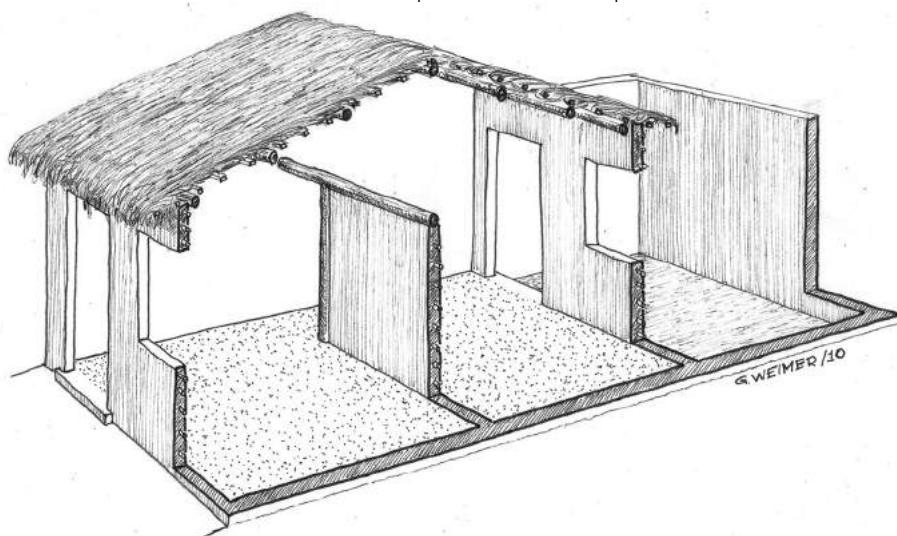
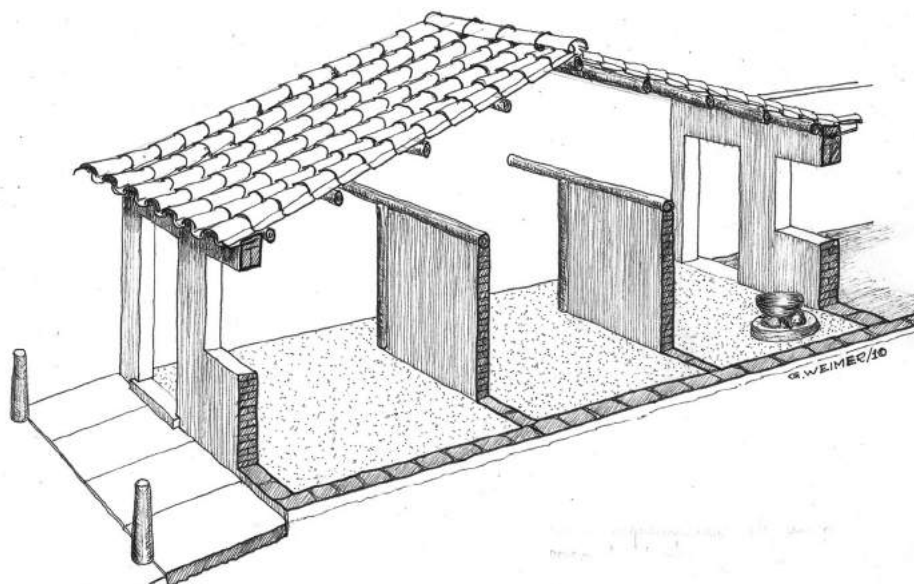


Figura 37 – Corte esquemático perspectivado de uma casa de porta e janela, com uma alcova central.



Segundo a descrição de Debret, casas populares apresentavam uma ou duas divisões internas por tabiques até meia altura. No primeiro caso, um dos espaços servia de cozinha e comedor, e o outro, de dormitório, à noite, e local de estar e de trabalho durante o dia. Dormia-se em redes, à maneira indígena, ou sobre esteiras, ao modo africano. Porém, este autor não se refere ao modo português/berbere, que consistia em dormir sobre tapetes que eram estendidos à noite e recolhidos de manhã. A intuição indica que esta deve ter sido a solução preferencial entre nossos pioneiros.

Figura 38 – Interior de uma casa de família pobre, segundo Debret.



A existência de dois tabiques facultava a existência de uma alcova que, mesmo desprovida de porta, deveria propiciar, pelo menos, um mínimo de privacidade ao casal. Como uma adaptação das camas sobre um estrado de alvenaria dos berberes, aqui era mais comum a construção de um catre com um lastro de couro de boi ou de tiras de couro sustentado por pilaretes fincados no chão batido. Alguma prateleira deveria servir para guardar os utensílios da cozinha; algum baú, para as roupas e os escassos bens; alguns batoques, ou seja, pinos de madeira, presos à parede, para pendurar as roupas do dia a dia.

Levantamentos que realizamos nos jornais de antes da Guerra dos Farrapos demonstraram que a distribuição dos escravos era bastante homogênea entre toda a população. Como mais de um terço da população era negra, o que vale dizer escrava, fica confirmada a afirmação de Debret que entre nossos pioneiros também dificilmente houvesse uma família sem cativos. Isso implica que não deve ter sido comum a existência de senzalas, que eram destinadas ao abrigo de muita gente. Enquanto os cativos masculinos eram especialmente escravos de ganho, as mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos e, eventualmente, à quitanda. De posse destes dados, tente-se organizar um pernoite em casas tão minúsculas! A forma que nos ocorre é uma divisão dos espaços internos ao modo berbere, em que os pais dormiam em seu catre, na alcova; os filhos, sobre tapetes, na sala, e os escravos, sobre esteiras,

na cozinha. Embora Debret ilustre sua casa de pobre com um fogão interno africano, constituído por uma pequena elevação sobre o chão batido onde eram colocadas três pedras de dimensões assemelhadas que serviam de apoio à panela em que era preparada a comida, não nos parece fora de propósito a existência de uma cozinha externa, ao ar livre, também à maneira africana, para os dias sem chuva. A razão que nos leva a supor que o modo de vida fosse prioritariamente africano parte da constatação de que os serviços domésticos ficavam por conta de escravas, conforme demonstramos em nosso livro sobre o trabalho escravo no Rio Grande do Sul¹⁶⁴.

Diante de condições existenciais tão precárias, fica evidente que a promiscuidade deve ter sido a tônica da vida nestas habitações, o que deixa claro as razões que levaram Isabelle a afirmar que estas casas eram “uma espécie de harém”. Isso também foi constatado por Vauthier¹⁶⁵ quando descreveu a arquitetura residencial de Recife e fez a festa de Gilberto Freyre em seu *Casa-grande & senzala*¹⁶⁶. Nossos estudos sobre o trabalho escravo no Rio Grande do Sul também confirmaram a ocorrência de altos índices de miscigenação: no início do período (antes da Guerra dos Farrapos), na população cativa eram raros os mestiços, e na véspera da abolição o percentual de mulatos era absolutamente majoritário.

O leitor atento e crítico talvez possa levantar dúvidas sobre o panorama que esboçamos. De qualquer modo, invocamos, em defesa de nossos argumentos, o testemunho de Feldner, que, por volta de 1810, esteve hospedado em casa de uma família remediada e constatou que cada prato era utilizado concomitantemente por dois comensais. Por volta de 1833, Isabelle vociferava contra o atraso dos porto-alegrenses devido a “seus costumes otomanos”. Nos inícios do Segundo Império, Canstatt fez a seguinte observação:

Tudo o que aprende nas escolas brasileiras é incompleto. O ensino de trabalhos manuais às meninas é ainda o mais tolerável. Vem a propósito observar aqui que é muito comum as brasileiras trabalharem sentadas no chão, com as pernas cruzadas à moda oriental. Em muitas escolas as meninas adotam este costume. Serve-lhes de mesa uma pequena almofada dura, que a pessoa trabalhando descansa no colo e onde quando é preciso prende o trabalho¹⁶⁷.

¹⁶⁴ WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra/Ed. da UFRGS, 1991, passim.

¹⁶⁵ VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura civil*. São Paulo: FAU - USP, 1975, p. 1/94.

¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1961, 2º vol.

¹⁶⁷ CANSTATT, Oskar. *Brasil, terra e gente*. Rio de Janeiro: Conquista, 1975, p. 277.

Certamente nem toda a população vivia nas condições caracterizadamente mouriscas. As famílias mais abastadas deveriam usufruir de maiores comodidades, mas temos poucos dados que comprovem esta suposição. Fendler, que nos visitou em 1810, relata assim a sua chegada:

Apresentei-me logo ao governador D. Diogo de Souza... Este deu-me alojamento em uma casa e ordenou ao almoxarife que cuidasse de minhas acomodações. Assim, realmente recebi um quarto bastante bom, no qual dois círios¹⁶⁸ figuravam sobre os castiçais de prata e uma colcha de cetim cor-de-rosa me dava as boas vindas dentro da alcova. Também apareceu logo um grande número de serviçais, em parte ordenados, em parte voluntários, chegaram várias visitas oficiais e, enfim – o que foi a melhor coisa – um jantar muito bom, mas no qual havia travessas em demasia¹⁶⁹.

Pela mesma época, Luccock diria que “as casas são bem construídas, caídas por fora e dispostas em ruas, muitas delas largas e calçadas”. Até a promoção do povoado em vila, não foi encontrada qualquer referência às casas assobradadas. Tratava-se, certamente, de uma povoação de construções térreas – à exceção do Palácio do Governo – onde as famílias mais ricas já começavam a dar ares de certo requinte, perceptível em castiçais de prata com velas de cera em lugar das lamparinas de azeite, com roupa de cama de tecidos caros e que já se davam ao luxo de cair suas casas.

Embora as honras do desenvolvimento inicial de Porto Alegre venham sendo debitadas na conta do governo de Figueiredo (Sepúlveda), parece que as maiores melhorias foram introduzidas depois da saída deste, a partir de 1780. Em 1782 foi construída uma “ponte” no fim da Rua Direita (hoje, General Canabarro) que, em termos atuais, chamaríamos de trapiche. Sua localização “fora” dos limites urbanos decorria de sua proximidade dos quartéis e, inicialmente, devem ter servido prioritariamente para fins militares. Em 1790 seriam construídas duas pontes, uma na Rua da Praia pelo pedreiro Elias Vieira¹⁷⁰ e outra na Rua do Cotovelo (que, por isso, passaria a ser chamada de Rua da Ponte, hoje, Riachuelo), que eliminaria a inconveniência do cruzamento do córrego que nascia de uma fonte de água natural localizada hoje no pátio do Arquivo Público, na Rua Riachuelo. Aliás, foi esta a primeira fonte a receber uma construção de alvenaria para facilitar a

¹⁶⁸ Vela de cera.

¹⁶⁹ NOAL, V. A.; FRANCO, S. C. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁷⁰ MACEDO, Francisco R. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 60.

coleta de água para o abastecimento domiciliar. Em 1790 foi contratado, depois de fazer um juramento do fiel cumprimento das cláusulas contratuais sobre os Santos Evangelhos, o pedreiro Jacinto José para construir a primeira cadeia. Esta foi erguida na periferia do povoado, próximo ao portão, na rua que passaria a ser chamada de “da Cadeia” e que, sucessivamente, mudaria de nome para Dois de Fevereiro, Dez de Novembro e, finalmente, Salgado Filho. Segundo Macedo, esta seria uma “pobre e fraca construção”, que, todavia, durou até meados do século seguinte, quando seria construído novo prédio sobre um aterro, na ponta da península.

Em 1790 foi construído o primeiro teatro, que recebeu o nome de “Casa da Comédia” e, mais tarde, de “Casa da Ópera”, em razão do que a viela em que se localizava foi denominada de Beco da Ópera, que, depois de alargada, receberia o nome de Rua do Comércio e hoje é conhecida por Rua Uruguai. Em 1794 a Câmara baixou lei obrigando os moradores a “calçar” as suas casas, ou seja, colocar um “calço” contra as paredes da rua. Os mesmos se constituíam de pedras chatas, levemente inclinadas para o centro da rua, até então de terra batida, onde ficava sarjeta única. Com o tempo, sua maior utilidade passou a ser o deslocamento dos pedestres, posto que a pavimentação da rua era muito precária, de terra batida, e quando muito recebia uma camada de pedras roliças. No período seguinte, as ruas receberam um melhoramento com a separação da faixa de pedestres, as calçadas, das de deslocamento de animais e carroças através de pequenos pilares, chamados de “frades de pedra”, que eram repetidos a certa distância, com o fim de separar o fluxo de pedestres do de veículos e também serviam para amarrar os animais de tração e cavalgaduras.

Graças aos esforços de José Antônio da Silva, em 1795 foi construída uma enfermaria que se constituiria no primeiro serviço de assistência médica ao público. Em 1798 seria criado o primeiro serviço de correios.

O povoado recebeu novo melhoramento com o decreto de 1800 criando a Alfândega. O governador Francisco João Roscio, no entanto, não tomou qualquer iniciativa para concretizar o projeto. Somente o seu substituto, Paulo José da Silva Gama, tomaria a si a iniciativa da construção do prédio e do respectivo trapiche, em 1804. Embora se constituísse num dos centros de arrecadação de impostos, é curioso o fato de que este prédio virtualmente não é referido nos escritos dos cronistas que então nos visitaram. As razões desta omissão afloram em texto de Saint-Hilaire, de junho de 1821, quando o prédio estava sendo demolido para dar lugar a uma nova construção. Então deixou escapar que o edifício “era de muito mau gosto”. Possivelmente este tenha sido o primeiro prédio a ser construído sobre as areias da

praia, entre a Rua da Praia e o rio, num lugar em que vinha funcionando, até então, o mercado a céu aberto.

Se o prédio deixava a desejar, este não foi o caso do trapiche. O velho atracadouro de madeira construído trinta anos antes, próximo ao Quartel do Exército, já devia estar obsoleto e provavelmente o madeiramento já estivesse apodrecendo. Havia, portanto, a necessidade de construir um novo. E nesta obra o governador se empenhou para que saísse a contento. Mais de uma década mais tarde, Dreys se referiu a ele em termos muito elogiosos:

Ali está o [...] extenso trapiche sobre a lagoa; obra sem ornamentos, esbelta, porém, sólida, guarnecida de assentos em ambos os lados, e oferecendo um passeio que não deixa de ter seus merecimentos para respirar-se a frescura das águas, nas belas noites de verão.¹⁷¹

Em seu *Almanak de Porto Alegre*, Manoel Antônio de Magalhães derramava-se com o comentário de que:

[...] belíssima ponte d'Alfândega, obra-prima como não há outra em toda a América, com vinte e quatro pilares de cantaria pelo rio adentro, onde podem desembarcar sumacas com uma carreira de 325 palmos (71,50 m) de comprimento e 309 (67,98 m) de largo, defronte da mesma casa d'alfândega onde uma boa praça convida à beleza e construção da obra [...] (*sic*).¹⁷²

Concluindo as apreciações sobre esta fase, diríamos que os carros-chefes do melhoramento da arquitetura da povoação foram os prédios oficiais que – a despeito de generalizadas observações depreciativas de autores antigos e recentes – quer nos parecer terem sido de alta qualidade para as condições de sua época e que pouco ficavam a dever a obras semelhantes localizadas nos centros mais dinâmicos da economia de então. É claro que comparar o Palácio do Governo rio-grandense com a Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, a prima-dona da arquitetura oficial do barroco mineiro, seria um despropósito. Mas, diante dos demais palácios governamentais do período colonial, temos a convicção de que ele está situado entre os de maiores qualidades plásticas. O mesmo também vale para os demais prédios oficiais. É certo que a matriz não poderia concorrer com o esplendor das igrejas do barroco mineiro, pois,

¹⁷¹ DREYS, N. *Op. cit.*, p. 185.

¹⁷² *Apud* FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre, guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 25. As dimensões métricas são acréscimos nossos.

para isso, lhe faltavam os recursos que a mineração podia fornecer. No entanto, aqui é necessário assinalar que fora do eixo Minas-Rio de Janeiro a produção arquitetônica religiosa da segunda metade do século XVIII também não foi exuberante.

2.12 De vila a cidade

Já foi visto que no ano seguinte à chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, quando tiveram de ser tomadas sérias providências na organização administrativa do novo país que passaria a ser chamado de “Reino Unido”, Porto Alegre se tornou a sede municipal, mas para a “fundação” da Vila¹⁷³ teve de esperar até dezembro de 1810 para que fosse emitido o devido “termo”. Doze anos mais tarde, Porto Alegre atingiria sua maioridade com a “fundação” da cidade¹⁷⁴.

¹⁷³ Os termos deste documento são os seguintes: “Auto da criação desta vila de Porto Alegre. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dez anos, aos onze dias do mês de dezembro do dito ano, nesta nova vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, capitania de São Pedro do Sul, onde foi vindo o doutor ouvidor geral e corregedor desta comarca, Antonio Monteiro da Rocha, em consequência da Provisão supra registrada de sete de outubro de mil oitocentos e nove; e sendo ali por ele Ministro, foram convocadas todas as pessoas da nobreza e povo, e estando todos presentes se levantou o pelourinho em que estavam todas as insígnias da justiça real, a cujo ato se alternaram por três vezes as palavras – Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor – e levantado assim com esta solenidade o dito pelourinho, houve o mesmo ministro por formada esta nova vila e mandou fazer este auto em que assinou com a nobreza e povo desta vila. Eu, Guilherme Ferreira de Abreu, escrivão da Ouvidoria e Correição da Comarca, que escrevi e assinei (*sic*)” (seguem-se as assinaturas).

¹⁷⁴ Os termos deste documento são os seguintes: “D. Pedro, pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional do Brasil: faço saber aos que esta carta virem, que sendo me presente em consulta da mesa de desembargo do paço representação do Deputado do Governo e Câmaras da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Francisco Xavier Ferreira, na qual em nome dos povos da mesma província, e por ocasião do memorável dia 12 de outubro p. p. da minha feliz aclamação, me pedia a graça de elevar à categoria de cidade a vila de Porto Alegre, capital daquela província, expondo-me para este fim o muito que os muitos habitantes se faziam dignos de minha imperial contemplação, não só pelos gloriosos feitos e sacrifícios que em diversas épocas tiveram obrado a bem da pátria, mas também pelo seu nobre entusiasmo e zelo da sagrada causa da independência deste vasto império, e pelos seus puros sentimentos de fidelidade, amor e adesão a minha augusta pessoa. E tendo consideração ao expedito e do mais que me foi presente na mencionada consulta em que foi ouvido o Desembargador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional e com o parecer do qual me conformei por minha imediata resolução do sobredito dia: hei por bem que a referida vila de Porto Alegre, do dia da publicação desta em diante, fique ereta

Neste período a vila apresentou um vertiginoso desenvolvimento demográfico. Em 1810 sua população deveria estar situada torno de 5.300 habitantes. Em 1822 a população já devia se aproximar dos 14.000 moradores. Ou seja, num curto espaço de doze anos sua população quase que triplicou¹⁷⁵. Embarcando na comparação proposta do arcebispo Caetano Coutinho, constata-se que, em cinquenta anos de existência, Porto Alegre chegou a ter quase uma vez e meia a população da Capital paulista quando a mesma já havia completado dois séculos e meio de existência. Este crescimento populacional não teria sido possível se não tivesse havido um decisivo apoio do governo central em promover a vinda de migrantes internos, aos quais se somariam os estrangeiros que começariam a chegar dois anos mais tarde.

Para abrigar tanta gente seria necessário realizar um redobrado esforço na construção de residências e prédios para as atividades complementares. Portanto, não é de admirar que a primeira impressão de Saint-Hilaire, ao chegar a Porto Alegre, foi: “percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas e muitas ainda estão em construção”. E não era somente isso. Como foi visto, em 1810 os únicos prédios de dois pisos eram o Palácio do Governo e o Quartel do Exército, convertido em Intendência Municipal quando da “fundação” da vila; dez anos mais tarde, Saint-Hilaire se regozijava com “o grande número de edifícios de dois andares”. Além disso, constatou que:

As casas de Porto Alegre são cobertas de telhas, caiadas por fora, construídas sobre alicerces de pedra; são bem conservadas. A maior parte possui sacadas. São

em cidade que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de Cidade de Porto Alegre e haja todos os foros e prerrogativas das outras cidades deste império, concorrendo com elas em todos os atos públicos e gozarem os cidadãos e moradores de todas as distinções, franquezas, privilégios e liberdades que gozam os cidadãos e moradores das outras cidades, sem diferença alguma, porque assim é minha mercê. Pelo que mando à Mesa de Desembargo do paço e da Consciência e Ordem, presidente do tesouro público, Conselho da Fazenda Nacional, regedor e a casa da suplicação, junta de governo provisório da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a todas as mais das outras províncias, tribunais, ministérios da justiça e quaisquer outras pessoas a quem o conhecimento desta minha carta haja de conhecer a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar como nela se contém, sem dúvida ou embargo algum. E ao Monsenhor Miranda, desembargador do paço e chanceler-mor do Império do Brasil ordeno que se faça publicar na chancelaria e que dela envie cópia a todos os tribunais e ministros a quem se costuma enviar semelhante carta, registrando em todas as estações de estilo, e remetendo-se o original à dita cidade para seu título. Data do Rio de Janeiro, a 14 de Novembro de 1822” (*sic*) (seguem as assinaturas).

¹⁷⁵ Os dados estatísticos disponíveis são os seguintes: 1803 = 3.927 habitantes; 1814 = 6.111 hab.; 1820 = 12.000 hab.

em geral maiores que as das outras cidades do interior do Brasil e um grande número delas possui um andar além do térreo, e algumas têm mesmo dois. (*sic*)¹⁷⁶

Saint-Hilaire não especificou que balcões seriam estes. Poderiam tratar-se dos velhos muxarabis coloniais bem como os “modernos” guarda-corpos de ferro fundido cuja importação passou a ser propiciada com a abertura dos portos. Certamente se tratava da segunda opção, posto que, poucos anos mais tarde, Isabelle se refere às rótulas como sendo características de construções “antigas”, enquanto as “novas” apresentariam “um balcão de ferro recortado, às vezes dourado, ocupando toda a fachada”¹⁷⁷. Assinala também que os sobrados apresentam portas bastante altas no rés do chão e um grande número de janelas de bastante altura e de folhas duplas no piso superior. Isso significa que pelo menos os novos sobrados que iam surgindo nas áreas de concentração dos mais afortunados passaram a apresentar um aspecto completamente diferente, senão oposto, às atarracadas casinhas do período anterior. Enquanto o centro da vila ia se verticalizando, os pobres eram expulsos para a periferia, ao sul do promontório, onde edificavam suas casas, no dizer de Saint-Hilaire, “esparsas e desalinhadas, entremeadas de terrenos baldios, pequenas e malconstruídas”¹⁷⁸.

Isso não significa que o lado mais favorecido não conservasse casas pobres. Saint-Hilaire atribui ao rápido crescimento o surgimento de uma especulação fundiária e constatou que aí existiam muitas casas sem jardins nem pátios, do que redundaria o grave inconveniente de que toda a imundície fosse atirada à rua, tornando-as extremamente sujas. Nos terrenos baldios e nas encruzilhadas se acumulava o lixo. Isso se tornava preocupante à medida que a margem do Guaíba ficava entulhada de lixo, ao mesmo tempo em que se constituía no único manancial de água potável. Evidentemente, ao fazer esta afirmação, Saint-Hilaire estava se esquecendo da existência de pelo menos uma fonte num alargamento da Rua da Ponte, no entroncamento com o Beco do Fanha (atual Caldas Júnior). Esta fonte fornecia tanta água que era mais do que suficiente para o abastecimento das casas em bilhas de cerâmica. Tanto isso era verdade que foi necessária a construção de

¹⁷⁶ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 41. Aqui é necessário assinalar os equívocos que propiciaram as aquarelas de Wendroth produzidas três décadas mais tarde: nelas a cidade foi retratada apenas com casas térreas. Na confrontação de documentos, sabe-se que o erro estava em Wendroth e não em Saint-Hilaire, porque diversos outros cronistas dão razão ao francês.

¹⁷⁷ ISABELLE, A. *Op. cit.*, p. 345.

¹⁷⁸ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 42.

duas pontes, onde o córrego gerado pelos excessos de água cruzava as duas ruas em seu trajeto em direção ao rio. Além disso, ainda havia um poço público exatamente na Rua do Poço e que hoje leva o nome de Jerônimo Coelho.

Já foi visto que, em maio de 1795, foi construída uma enfermaria por esforço de José Antonio da Silva, natural da Ilha das Flores, mais conhecido por “Nabos a Doze”, estabelecido na rua de mesmo nome ou dos Pecados Mortais (atual Bento Martins), que contava com a ajuda da preta Ângela Reiúna como enfermeira. A estes, por volta da virada do século, veio se juntar um misterioso ermitão de nome Joaquim Francisco do Livramento¹⁷⁹, originário de Santa Catarina, que se julgara indigno de ser sacerdote, mas se dedicava a angariar donativos para cuidar dos enfermos. Vendo a precariedade do serviço de saúde existente no povoado, teria ido a Lisboa para convencer a corte a autorizar a criação de uma Santa Casa de Misericórdia, que foi conseguida em maio de 1803, quando era governador da capitania Paulo José da Silva Gama. Este teria solicitado ao seu antecessor, o brigadeiro Francisco João Roscio, a elaboração de um projeto para o estabelecimento.

Roscio foi um dos mais importantes arquitetos do período colonial. Suas obras mais importantes foram o plano de defesa do Rio de Janeiro por ocasião do esperado ataque de Ceballos, que não chegou a realizar-se porque foi desviado para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a igreja da Candelária do Rio de Janeiro¹⁸⁰. Além de larga folha de serviços realizados na área de engenharia na Capitania de São Pedro, como a instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo de Canguçu, no período em que esteve no governo da mesma realizou os projetos das igrejas de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo e de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Sul. Seu repentino falecimento, em 1805, trouxe algumas dificuldades na construção da Santa Casa. As previsões pessimistas de Saint-Hilaire, em 1822, a respeito das dificuldades para concluir as obras, não se confirmaram. A verdade é que, em 1821, a Mesa Administrativa estava fazendo todo o empenho para terminar a construção da capela do Senhor dos Passos, que entrara em atividade precariamente, em 1815, quando foi transladada a imagem do Santo da matriz à capela-mor. Quando o Visconde de São Leopoldo assumiu a provedoria, expediu lei

¹⁷⁹ FRANCO, Sérgio da Costa *et al.* *Santa Casa, 200 anos*. Porto Alegre: SCMPA, 2003, p. 18.

¹⁸⁰ TELLES, Pedro C. da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984, p. 34, 50 e 109; REIS Fº, Nestor Goulart. *De vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: USP, 2000, p.176/7; BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 2 vol., p. 1154/61; WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Ed. da UFSM, p. 178/80.

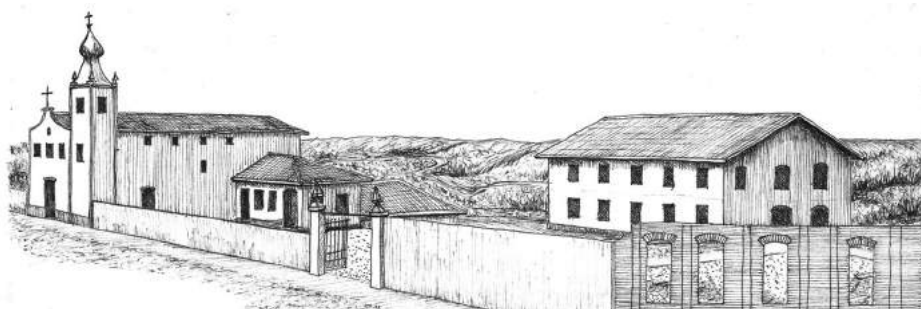
sobre a realização de dez loterias em proveito das obras da instituição. De qualquer modo, as obras de primeira etapa foram concluídas em 1825, e no primeiro dia do ano seguinte foram recebidos os primeiros enfermos. Hoje é difícil avaliar em que consistia essa “primeira fase”.

Certo é que a primeira loteria foi realizada em 1828 e a décima ocorreu em agosto de 1835, às vésperas do início nominal da Guerra dos Farrapos. Daí se pode concluir que a tomada da cidade ocorreu quando as obras do primeiro pavilhão ainda não estavam concluídas e dificilmente elas devem ter progredido enquanto durou o sítio. Segundo Franco (2003,54), as obras teriam sido concluídas em 1844.

As primeiras referências a respeito de um “hospital” de caridade são de Saint-Hilaire, de 1820. Em torno dele havia a convergência de opiniões sobre sua magnífica localização por estar em lugar alto e bem ventilado, além de suficientemente afastado da vila para não oferecer perigo de contágio e convenientemente próximo para poder ser bem atendido por médicos e enfermeiros. Por isso é importante examinar a ambiguidade referente a sua designação, ora como “hospital” e noutras como “Santa Casa (de Misericórdia)”. A última provinha de uma longa tradição portuguesa e se referia a construções destinadas a abrigar os “desenganados”, aos que já haviam sido ministrados os medicamentos sem apresentar melhoras. Como a maior parte das doenças era contagiosa, preferia-se então levar os enfermos à Santa Casa, onde eles eram preparados para a morte, já que, se ficassem em suas casas, havia o risco de infectarem os demais membros familiares. Esta certamente era a razão pela insistência em concluir em primeiro lugar a capela do Senhor dos Passos.

O emprego do designativo “hospital” denota que já estava em movimento uma revisão deste conceito a favor de uma medicina curativa. De qualquer modo, a simples existência de um “hospital” – o primeiro a ser especialmente concebido para esta finalidade na Província – se constitui num fator de progresso muito relevante. E ele só pôde ser levado a efeito devido ao apoio governamental. Enquanto o hospital estava em obras, segundo Gonçalves Chaves, o governo já havia alugado algumas casinhas “insalubres” que serviam como tal para os militares doentes e que distavam um quarteirão do hospital em construção. Um convênio entre a Irmandade da Caridade e o governo estabelecia que os militares passassem a ser tratados na nova instituição em troca do apoio financeiro para sua construção.

Figura 39 – Interpretação da mais antiga imagem da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Projeto atribuído ao brigadeiro Francisco José Roscio, em 1803.



O sucesso deste empreendimento foi de tal ordem que, de imediato, outras vilas, como Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo, também passaram a reivindicar a construção de um hospital em sua sede.

Outro melhoramento foi a construção de um mercado. Como foi visto, por ocasião da passagem de arraial para povoado, aos sábados funcionava uma feira na praça onde viria a ser construída a Alfândega, para a qual acorriam fornecedores das redondezas. Pelo depoimento de Vilhena, esta feira era bastante concorrida e havia uma variada oferta de produtos, especialmente de consumo. Com o crescimento do povoado, seria de esperar que este comércio se intensificasse. Efetivamente, a partir da elevação de Porto Alegre a vila, não se fala mais em “feira”, mas em “mercado”. Isso certamente quer dizer que este comércio deixou de ser intermitente para se tornar continuado e mais sortido. Dreys deixou claro que o comércio de carne verde (fresca) havia se tornado um item importante e Saint-Hilaire não deixa dúvida a respeito de sua localização: ficava na praça existente abaixo do Palácio e da Igreja, e que hoje chamamos de “Alfândega”. E os mercadores eram, em maioria, negros. Se o autor tivesse sido um pouco mais preciso, teria escrito “negras”, do sexo feminino. Pelo menos foi a esta conclusão a que nos levaram os dados por nós levantados no estudo sobre o trabalho escravo: como na África negra, o comércio era exercido basicamente pelas mulheres denominadas de “quitadeiras” e, por isso mesmo, o local era chamado de Praça da Quitanda.

Por “mercado” deve ser entendido um espaço e não uma construção. Com o tempo, os tabuleiros foram se sofisticando e sendo transformados em barracas. Estas começaram a se estender em direção à Praça Paraíso (hoje XV de Novembro)

até que o governador Saturnino de Souza e Oliveira tomou a iniciativa de construir um prédio específico para esta atividade, por volta de 1840¹⁸¹, no local onde se encontra hoje o desativado abrigo dos bondes.

Embora o prédio da Alfândega existisse desde 1804, quando o governador Paulo José da Silva Gama mandou construí-lo, os cronistas não o citam até a véspera de sua demolição. As razões parecem ser evidentes. Depois de sua viagem pelo interior do Rio Grande do Sul e da Província Cisplatina, Saint-Hilaire voltou a Porto Alegre em junho de 1821, quando registrou:

Referi-me no ano passado ao edifício da Alfândega, de muito mau gosto, construído na Rua da Praia, em frente ao cais, em Porto Alegre. Esse foi demolido, tendo sido iniciado o levantamento de outro de melhor projeto. Entretanto insisto em acreditar que seria melhor, para embelezar a cidade, não encobrir o cais e formar diante dele uma espécie de praça onde continuassem a realizar a feira. Logo que o Conde Figueira partiu interromperam-se os trabalhos da praça existente abaixo da Igreja e do Palácio. As enxurradas já rasgaram ravinas e a obra será em breve totalmente perdida, se continuar esquecida. (*sic*)¹⁸²

Até o presente, não descobrimos qualquer imagem que nos permita analisar o primeiro prédio da Alfândega. É certamente ao prédio novo que Dreys se referiu quando descreveu “o edifício moderno da Alfândega”¹⁸³.

Ainda não conseguimos identificar os autores destes projetos (prédio da Alfândega e o trapiche). Pela qualidade do primeiro, percebe-se que seu autor foi um profissional competente. Provavelmente, um arquiteto militar. Tratava-se de um prédio retangular ao qual se tinha acesso pelo grande vestíbulo central. As alas laterais eram destinadas ao depósito. O prédio estava voltado para a Rua da Praia e era pelos fundos que havia uma saída que levava ao trapiche.

¹⁸¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre, guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 274.

¹⁸² SAINT-HILAIRE. A. *Op. cit.*, p. 201. Diversos autores se referem às enxurradas que desciam da Rua do Ouvidor e às ravinas que nela estavam se formando. Certamente eles não conheciam a tradição ibérica de escoar o lixo pela sarjeta central das ruas.

¹⁸³ DREYES, N. *Op. cit.*, p. 185.

Figura 40 – Desenho de um trecho do mapa de Friedrich Heydtmann do projeto de aterro dos terrenos de marinha pelo lado setentrional da Península de Porto Alegre, do ano de 1870.

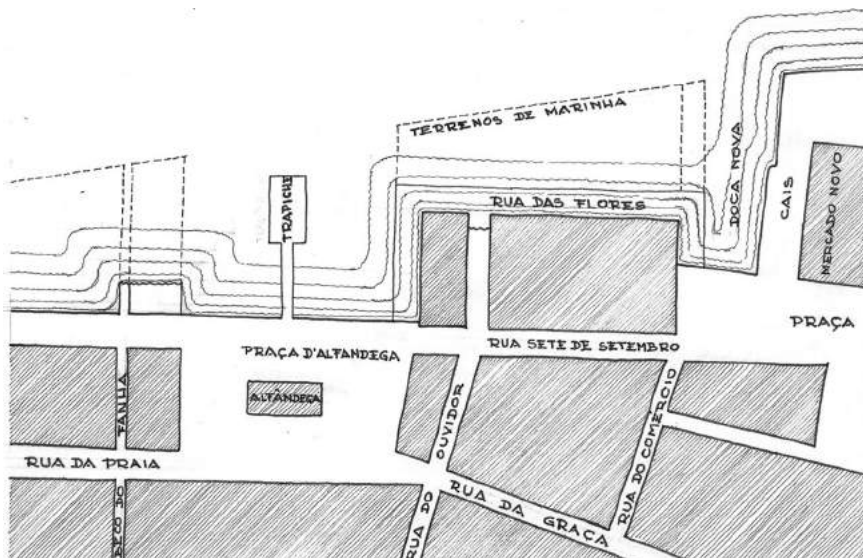
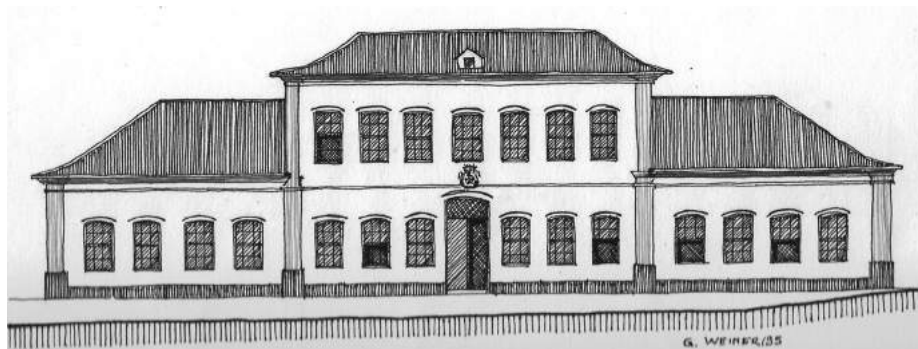


Figura 41 – Prédio da Alfândega conforme o projeto de 1821.



Figura 42 – Desenho da Alfândega de Porto Alegre baseado em fotografia datada de 1864. Como se percebe, tratava-se de um prédio consideravelmente ampliado, não só com um piso superior destinado à administração como também no sentido horizontal.



Se a vila se expandia em direção leste, na direção da Santa Casa, em direção sul, com a ocupação da cidade baixa, também se expandia em direção oeste, com a agregação de mais um quarteirão, ao longo da Rua da Praia, conforme atesta Saint-Hilaire, em 1820:

Na extremidade da Rua da Praia existem dois prédios, vizinhos, servindo de armazém para a marinha, de depósito de armas, e onde se instalou, para as necessidades da tropa, oficinas de armeiro, seleiro e carreiro [...].¹⁸⁴

Aí fica a questão de se saber onde ficavam estes “prédios vizinhos”. O “armazém” da marinha certamente é o Arsenal da Marinha que Luiz Pereira Dias assinalou em seu mapa de 1839 e que ficava na esquina com a Rua Bela¹⁸⁵ (hoje denominada de General Portinho), pelo lado do rio, onde hoje ainda se encontra instalada a Capitania dos Portos. Se as “oficinas” estavam instaladas num prédio vizinho, elas devem ter ficado na esquina oposta, pelo lado sul. Isso

¹⁸⁴ SAINT-HILAIRE. A. *Op. cit.*, p. 42.

¹⁸⁵ Não confundir com a Rua de Belas, como era conhecida a atual Rua General Auto, nem com a Praia de Belas, por vezes também chamada de Caminho de Belas, que era a praia do Guaíba na Cidade Baixa.

significa que em 1820 a cidade ainda não tinha se estendido até a extremidade da península, faltando ainda a ocupação dos quarteirões até as ruas Vasco Alves e Salustiano. Mais tarde, estas oficinas devem ter sido deslocadas para o atual Museu Militar que fica na Rua dos Andradas, 630 (na esquina com a Bento Martins), que começou a ser construído em 1863 e foi inaugurado quatro anos mais tarde.

De tudo isso se pode deduzir que até o início hipotético da Guerra dos Farrapos, em 1835, a cidade apresentava uma unidade formal muito coerente e alinhada com os preceitos da linguagem barroca, com uma hierarquia dos edifícios muito bem definida a partir do significado social dos diversos prédios. É equivocada a concepção de que seria de uma arquitetura de poucas qualidades que teria caracterizado a feição de seus prédios. Muito antes pelo contrário. Isso pode ser percebido pelo cuidado plástico de suas massas construídas, na criteriosa implantação urbana dos mesmos e até nos materiais de construção onde o tijolo queimado era, desde o princípio, à exceção do palácio governamental, o material dominante, ao contrário de capitais como São Paulo, onde o tijolo só se tornaria hegemônico em meados do século, conforme atestam os levantamentos de Carlos Lemos¹⁸⁶.

Todavia, a vinda da Família Real e toda a cúpula governante portuguesa fizeram com que novos conceitos de arquitetura comesçassem a se divulgar no Rio de Janeiro. A presença de arquitetos da corte e até alguns de formação no exterior fez com que os conceitos de composição clássica, do “retorno à ordem”, como este movimento se tornaria conhecido mais tarde, passassem a ser preferidos em lugar dos conceitos do barroco colonial, que, afinal de contas, também era bastante “comportado” em termos formais. Mesmo assim, a nova situação vivida pela ex-colônia, tanto na qualidade de Reino Unido como na de país independente, fazia com que novos parâmetros arquitetônicos marcassem a nova realidade política. E estes conceitos levaram algum tempo para se afirmar no extremo sul. Isso se explica, em grande parte, pela instabilidade e insegurança em que vivia a Província.

Porém, a Província não estava vacinada contra novas concepções. Isso fica evidente na massiva importação de elementos de ferro, como os gradis de ferro batido aos quais se referia Saint-Hilaire ou a substituição dos muxarabis pelos

¹⁸⁶ LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 40.

balcões abertos. O próprio presidente provincial Manoel Vieira Galvão se fez arauto da nova estética, em 1832, quando afirmava que:

Formam um perfeito contraste com a ideia de vila a nudez de edifícios públicos que em todas se observa: pondo, contudo, de parte por um momento a ideia de belo, não é possível escapar, por mais tempo, deixar de sentir com toda a força a falta de casas adequadas e construídas com a indispensável propriedade para ensino público... casas de correção e cadeias... (*sic*)¹⁸⁷

Esta se constitui numa das primeiras manifestações em desabono à linguagem barroca em nosso Estado, e a partir de então se travaria uma longa contenda em torno de qual deveria ser a linguagem mais adequada ao nosso meio, com altos e baixos, e que só terminaria com a expansão do modernismo, que passou a operar a partir da década de 1930.

De qualquer modo, depois que saímos do pesadelo da Guerra dos Farrapos, com considerável parte da infraestrutura destruída e tendo de reconstruir o que a fúria vandálica dos guerreiros deixou em ruínas, foi possível dar um novo começo, que então se processaria dentro dos cânones do ecletismo.

2.13 O plano urbanístico

Para finalizar este trabalho, queremos fazer uma revisão do que já foi assinalado no início: a questão da autoria do plano urbanístico de Porto Alegre.

Por consenso, diversos autores atribuem sua autoria ao Capitão Alexandre José Montanha, com base nos termos do ofício de 12 de julho de 1772, assinado pelo Tenente Coronel Antônio Veiga de Andrade quando ele estava no exercício da presidência da Capitania. Já assinalamos que o mesmo só faz referência a respeito da demarcação do “logradouro” onde viriam a ser construídos os prédios governamentais e a divisão das glebas de terrenos rurais. Portanto, não continha qualquer determinação quanto ao traçado de ruas.

¹⁸⁷ Discursos de Manoel Antonio Galvão in: ROCHE, Jean. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: URGs-IFCH, 1961, p. 93.

Já em 1997 publicamos um trabalho¹⁸⁸ colocando em dúvidas a autoria de Montanha deste pretenso plano porque o único trabalho desta ordem documentadamente de autoria deste autor – o do povoado de Santo Amaro – divergia totalmente do traçado de Porto Alegre. Em Santo Amaro as ruas são retas, paralelas e ortogonais entre si, e os quarteirões são quadrados como eram as concepções da fase pombalina do urbanismo português, ao contrário de Porto Alegre, onde os quarteirões são irregulares, as ruas pecam quanto à retidão de seu alinhamento, ao paralelismo e à ortogonalidade de seu traçado. Se Montanha se manteve dentro dos estritos cânones acadêmicos quando fez o projeto de Santo Amaro, na forma como eram praticados na academia militar (que recebeu o nome de Aula de Fortificações e Arquitetura e que, aos tempos de Pombal, foi modificada para Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho), na qual muito provavelmente – por ter sido militar – fez os seus estudos, por que haveria de abrir mão de seus conhecimentos para conceber um plano tão “desleixado” sob o ponto de vista do rigor geométrico como o de Porto Alegre? Assinale-se que o plano de Santo Amaro¹⁸⁹ é de 1771, portanto um ano antes do pretenso plano de Porto Alegre.

Em nosso entender, esta diversidade só teria uma explicação possível, que seria a de que nunca houve um “plano” de Porto Alegre em tempos primordiais e, se ele efetivamente teria existido, que não seria de sua autoria. Esta suposição encontra fortes argumentos na tradição das cidades portuguesas de influências celta e germânica que se firmou nos trezentos anos em que suevos e visigodos dominaram a Península Ibérica (aproximadamente, entre 400 a 700 A.D.). Os celtas construíam suas aldeias no topo das colinas e os germanos as cercavam por paliçadas ou muralhas e, a partir de um portão de entrada, abriam uma rua pelo divisor de águas, chamada de rua direita¹⁹⁰ – o que deve ser entendido com o sentido de rua direta – porque levava diretamente à Praça da Sé ou da Matriz, como viria a ser denominada no Brasil, na qual eram construídos os prédios mais importantes da

¹⁸⁸ WEIMER, Günter. Porto Alegre: a origem do traçado. In: *Porto & Virgula*. Porto Alegre, n. 31, p. 26/29, 1997.

¹⁸⁹ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p. 944, 2º vol.

¹⁹⁰ A nomenclatura das ruas antigas da cidade era bastante confusa e, por vezes, controversa. A Rua Direita é hoje conhecida como General Canabarro, mas havia outra com este nome. Para diferenciá-la da anterior, era denominada de Rua Direita da Igreja, por vezes também chamada de São José, que vem a ser hoje parte da Rua Duque de Caxias.

povoação. O divisor das águas era uma formação natural e, portanto, apresentava ondulações. A rua que por ele passava apresentava uma calha central – a sarjeta – que servia de depósito de lixo à espera da primeira chuva para levar o mesmo pela encosta para baixo. Em razão disso, nas partes mais baixas havia a necessidade de desviar o fluxo das águas para ruas ortogonais por onde os detritos eram carreados pelas encostas dos morros abaixo. Como era o fluxo da água que determinava este traçado, estas ruelas seguiam a linha de maior declividade. Esta seria a explicação pela qual as ladeiras não seriam paralelas entre si.

Quando estas povoações cresciam, tornava-se necessária a abertura de ruas semelhantes à rua principal, a que seguia o divisor de águas, a meia encosta ou na base do morro, que no caso de Porto Alegre viriam a ser a Rua da Ponte (também chamada do Cotovelo, hoje Riachuelo) e a da Praia, hoje dos Andradas. Como pelo lado sul a declividade era mais acentuada, as ruas correspondentes foram abertas bem mais tarde, mas seguiram o mesmo princípio. Como aí o terreno não apresentava a regularidade pelo lado setentrional, o traçado acabou sendo mais irregular, como pode ser observado principalmente na Rua do Arvoredo (atual Fernando Machado). Embora na Rua da Varzinha (atual Demétrio Ribeiro) a topografia fosse bem mais favorável, ainda assim seu traçado foi bastante irregular. Também aqui as ladeiras “ortogonais” às ruas citadas seguiam a linha de maior declividade. Em nosso entender, tudo isso demonstrava que a abertura destas ruas seguia segundo um crescimento “natural” adaptado ao terreno e segundo preceitos de esgotamentos vigentes desde a Idade Média.

Para submeter esta hipótese a avaliações mais precisas, tomamos o levantamento aerofotogramétrico da cidade para realizar medições de inflexões, paralelismos e ortogonalidades. Nestes levantamentos não incluímos as ruas do Arvoredo e da Varzinha por serem, sabidamente, mais recentes. Os resultados estão sistematizados nas tabelas a seguir:

Tabela dos ângulos entre as ruas tidas como paralelas.

Ruas	Duque de Caxias	Riachuelo	Andradas	Inflexão
Duque de Caxias	X	de +2°20' a -2°40'	de 4°30' a 2°	2°30'
Rua Riachuelo	X	X	3°30'	30'
Rua dos Andradas	X	X	X	1°
Andrade Neves	X	7°20'	12°	X

Ruas	Duque de Caxias	Riachuelo	Andradas	Inflexão
Jerônimo Coelho	3°	2°20'	X	X
José Montaury	X	X	7°30'	X
General Vitorino	X	X	8°20'	X

Fonte: medições do levantamento aerofotogramétrico da cidade realizadas pelo autor.

Tabela dos ângulos entre as ruas que deveriam ser perpendiculares às anteriores.

Ruas	Dos Andradas	Riachuelo	D. de Caxias	Jerôn. Coelho	And. Neves
Gen. Salustiano	87°40'	47°30' e 132°	48°	X	X
Vasco Alves	94°	91°	91°30'	X	X
Gen. Portinho	91°	91°	86°40'; 96°30'	X	X
Gen. Canabarro	90°30'	88°	84°50'	X	X
Gen. C. Ferreira	X	X	90°	X	X
Bento Martins	92°30'	89°	85°30'	X	X
João Manoel	98°30'	94°30'	92°30'	X	X
Gen. Auto	X	X	91°30'	X	X
Caldas Júnior	91°	88°	X	X	X
Gen. Câmara	115°50' e 96°	113°30'	X	X	X
Rua da Praça	X	X	90°	X	X
Espírito Santo	X	94°	90°	90° e 87°30'	X
Uruguai	89°	X	X	X	X
A. Carvalho	88°30'	X	X	X	115°30'
Mal. Floriano	98°30'	94°	88° e 117°30'	94°	X

Fonte: medições do levantamento aerofotogramétrico do Município realizadas pelo autor.

Os resultados destas medições foram bastante expressivos. Quanto ao paralelismo, verificou-se que somente ruas curtas (Jerônimo Coelho, Andrade Neves, General Vitorino e José Montaury) apresentaram razoável linearidade,

provavelmente fruto de correções introduzidas a partir dos “nivelamentos”¹⁹¹ das mesmas a partir de meados do século XIX. Porém, as ruas mais longas (Duque de Caxias, Riachuelo e Andradas) apresentaram graus de inflexão (falta de linearidade) significativos e que não puderam mais ser corrigidos a partir das intervenções “niveladoras”. Destaque-se que a rua mais importante do ponto de vista social – a das moradias da elite – apresentou a maior inflexão, de dois e meio graus somente no trecho tido por reto (entre as ruas General João Manoel e Salustiano).

As três ruas que passavam ao longo da encosta também não eram paralelas entre si. Disso resultou que as ruas ditas perpendiculares às mesmas também apresentavam distorções acentuadas, todavia com duas exceções: o entroncamento da Rua Cipriano Ferreira com a Duque de Caxias pelo lado oriental apresentava um ângulo reto e as quatro esquinas que contornavam a Praça da Matriz apresentavam ortogonalidade perfeita.

Curioso é o fato de que o primeiro lugar a ser demarcado e exatamente aquele que foi locado nas condições mais precárias apresenta a ortogonalidade perfeita, enquanto nas demais ruas não aconteceu o mesmo. Isso, em nosso entender, confirma que o Capitão Montanha efetivamente demarcou somente os contornos da Praça e não o fez com o restante das ruas¹⁹².

Contudo, existem outros dados que demonstram que as aberturas de novas ruas foram sendo feitas à medida que a povoação foi crescendo e necessitava mais espaço para a ocupação de imóveis.

As primeiras descrições do povoado da década de 1770 e inícios de 80 dão a impressão de que as construções se aglomeravam em dois locais diferenciados: um se estendia ao longo da praia onde estavam “os armazéns, o estaleiro, os

¹⁹¹ Etimologicamente, “nivelamento” quer dizer colocar o terreno em nível, mas no contexto em que passou a ser empregado por volta de 1850 queria dizer duas coisas diferentes e concomitantes: 1) desmontar as lombadas, o que vale dizer torná-las planas (mesmo que inclinadas), e 2) alinhar as fachadas dos prédios. Pela documentação consultada, têm-se a impressão de que estes alinhamentos eram relativamente irregulares, em razão do que foram baixadas posturas que exigiam que, antes de ser iniciada qualquer construção, deveria ser pedido o alinhamento à municipalidade. Assim, por um continuado esforço de correção destas distorções, estas irregularidades foram sendo atenuadas.

¹⁹² O caso excepcional do entroncamento da Rua Cipriano Ferreira com a Rua Duque de Caxias parece ter sido o resultado de uma intervenção posterior, quando a locação deve ter sido feita por um profissional capacitado. Esta hipótese parece se confirmar pelos levantamentos de FRANCO, Sérgio da Costa (*Porto Alegre, guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 117), o qual afirma que sua abertura ainda não estava concluída em 1847.

quartéis e as tropas”, no dizer do tenente-general Böhm, em 1775, com as “casas de paisanos”, ou seja, as moradias de seus operários estabelecidas na encosta da colina pelo lado oriental, e uma segunda nucleação estabelecida “na maior altura”, onde se encontram “a casa de residência do governador e a igreja matriz” (Böhm) junto às quais começavam a ser construídas as “casas de particulares que, por necessidade, tiveram de acompanhar o governador em sua transferência à Capital” (Bettamio, em 1780). Estes dois incipientes núcleos convergiam na feira que se realizava aos sábados “no porto do rio” – a futura Praça da Alfândega –, onde atracavam “grandes canoas carregadas de víveres e frutas de que prodigamente se alimentam os seus habitantes” (Moniz Barreto, em fins de 1770).

Segundo o relato que Marques Fernandes fez ao Rei em 1798, as principais ruas da povoação eram três, a Rua da Praia, a Rua da Ponte e a Rua Formosa ou da Igreja, que “correm paralelas ao dito lago” (o Guaíba), portanto, não se refere nem à Rua do Arvoredo nem à da Varzinha, que certamente ainda não tinham sido abertas, e as “outras ruas feitas à linha das sobreditas” estavam localizadas entre as ruas de Bragança (Marechal Floriano) e a Rua das Virtudes (Rua dos Pecados Mortais), a atual Rua General Bento Martins. Isso significa que, no alvorecer do novo século, o povoado havia recebido um considerável incremento espacial, crescendo nas duas direções do sentido leste-oeste e não no sentido norte-sul.

Nicolau Dreys refere-se especificamente ao lado meridional da península dizendo que “na península estreita e arenosa que separa o riacho da lagoa” estavam surgindo as primeiras chácaras, sem se referir à faixa de terra existente entre o promontório e o Riacho onde, conforme relata Saint-Hilaire, começavam a ser construídos os barracos da população pobre¹⁹³, de onde se pode concluir que a irregularidade das três ruas longitudinais (do Arvoredo, da Varzinha e do Riacho, hoje Fernando Machado, Demétrio Ribeiro e Washington Luís) foi consequência da irregularidade da construção dos barracos “esparsos e desalinhados”, portanto, resultado de improviso, ou seja, da falta de planejamento. Originalmente estas ruas devem ter sido bem mais irregulares que hoje, visto que uma das razões pelas quais se mandou fazer o “nivelamento” das ruas a partir de 1858 foi o de corrigir os alinhamentos que, até então, não eram controlados.

¹⁹³ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 42.

Curiosamente, Saint-Hilaire fez rasgados elogios à beleza do Caminho Novo (a atual Rua Voluntários da Pátria), que não fazia parte do suposto “plano de Montanha”.

Foram os moradores da Rua do Arvoredo que solicitaram à Câmara de Vereadores a abertura de uma rua ao lado do Império para encurtar o caminho até a vila, e foi assim que, em 1817, o arruador Agostinho de Borba abriu a Rua do Império, mas que muito em breve recebeu o apelido de Rua do Cemitério, que hoje é conhecida como do Espírito Santo. Portanto, ela também não fazia parte do pretense “plano de Montanha”.

Em oposição ao lado meridional, o povoado se desenvolveu sobejamente ao longo das margens do Guaíba pelo lado setentrional, o Caminho Novo, conforme dão testemunhos tanto Dreys como Saint-Hilaire, para quem o mesmo “lembra tudo quanto existe de mais agradável na Europa¹⁹⁴”, e o primeiro julgou que aquela faixa correspondia “à idade de ouro reproduzida no novo Edén¹⁹⁵”. Mesmo assim, essa área não constou no suposto “plano de Montanha”. O mesmo também está em conflito com o relato de Saint-Hilaire quando atestava que a Rua da Praia terminava no armazém da marinha¹⁹⁶. Pela planta de Luiz Pereira Dias, sabemos que este prédio estava localizado pelo lado leste da esquina da Rua da Praia com a Rua Bela (que viria a ser a Rua General Portinho). Se esta era a “extremidade” da Rua da Praia, isto significa que não havia edificação nos dois quarteirões seguintes compreendidos entre as ruas Bela e Principal (Vasco Alves) e entre esta e a Praia do Arsenal (Rua General Salustiano). Estes são nomes que foram atribuídos mais tarde, posto que, muito provavelmente, estas ruas ainda não tinham sido abertas.

Tudo isto esclarece que os documentos deixados pelos visitantes que estiveram no povoado em seus inícios demonstram que o suposto plano que teria sido elaborado pelo Capitão Montanha não passa de uma elaboração ficcional. Para além das ruas principais que supostamente teriam servido de suporte para o “plano de Montanha”, sabemos que outras ruas foram abertas e fechadas ao sabor de circunstâncias momentâneas ou necessidades específicas. Para tanto, podemos citar vários exemplos.

¹⁹⁴ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 32.

¹⁹⁵ DREYS, N. *Op. cit.*, p. 101.

¹⁹⁶ SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 41.

A atual Rua Caldas Júnior, que ao longo da história teve vários nomes (Beco de Inácio Manoel, Beco do Quebra Costas, Beco do Fanha, Travessa Paissandu), também sofreu uma intervenção comprometedora. Pelo seu traçado original começava na Rua da Praia e terminava na Rua da Igreja ou Formosa (Duque de Caxias), onde deveria emendar com a Rua de Belas¹⁹⁷ (atual General Auto). Mas, por volta de 1826, o primeiro governador da Província, o futuro Visconde de São Leopoldo, resolveu construir seu palacete junto ao Palácio e, para tanto, adquiriu o terreno correspondente. Como julgou que o mesmo era demasiado estreito, simplesmente mandou incorporar a parte superior (entre as ruas do Cotovelo e da Igreja) do referido beco em sua propriedade, e sobre o mesmo mandou construir o seu palacete, conforme ficou registrado na ata da Câmara de Vereadores de 26 de maio de 1829.

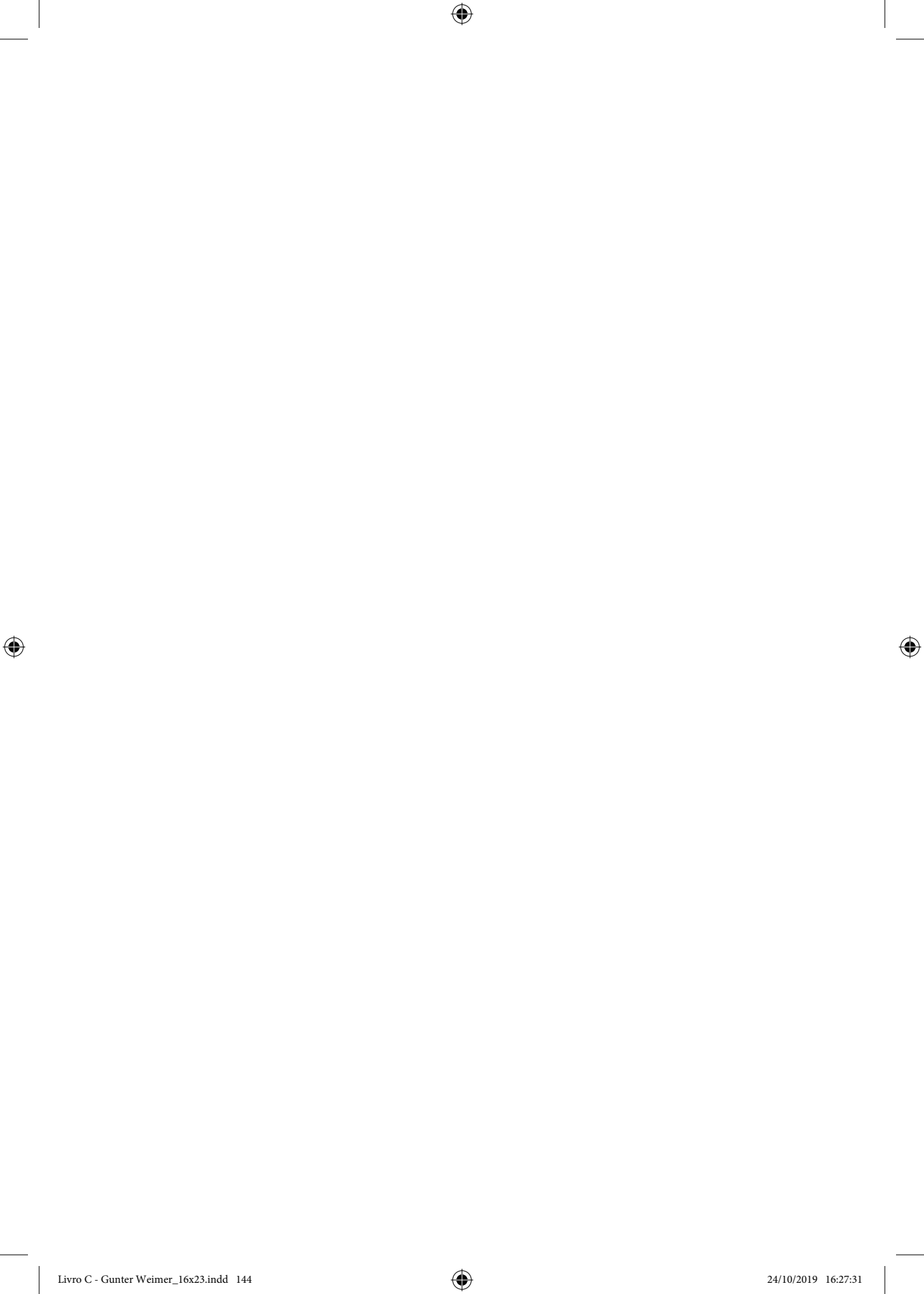
Não se tem notícias de quando foi aberta a Rua General Andrade Neves, mas o nome original de Rua Nova indica que sua abertura deve ter sido posterior à das ruas adjacentes. Como o quarteirão formado pelas ruas da Graça (parte superior de Rua dos Andradas), Bragança, “Nova” e Ladeira era muito longo¹⁹⁸ – ainda que entre elas existisse a Travessa Angustura que os populares chamavam Beco do Leite e os irreverentes Beco do Mijo, correspondente ao terreno onde na década de 1920 foi construído o prédio de atual Companhia de Energia Elétrica –, por volta de 1814 foi desapropriado o terreno que serviu para a abertura da Travessa Itapiru, hoje chamada de Acelino Carvalho.

Com a construção do prédio da Alfândega na praça que popularmente ainda hoje leva este mesmo nome e o fato de que havia diversos assaltos ao prédio, o mercado que ali existia foi desalojado e os quitandeiros tiveram de se instalar um pouco mais adiante, num local chamado de Porto de Ferreiros e que hoje corresponde à Praça XV de Novembro. Com os aterros que foram ali sendo realizados para a construção de um mercado (que depois cedeu seu lugar à praça), surgiu uma nova rua que se estendia desde o Beco da Ópera (Uruguai) até a Bragança e que foi chamada de Beco dos Ferreiros ou, por vezes, do Paraíso, nome que os republicanos não julgaram digno e o mudaram para José Montauray. A abertura do Beco dos Ferreiros está situada no entorno da Proclamação da Independência do país, época em que Porto Alegre ascendeu à categoria de cidade.

¹⁹⁷ Não confundir com a Rua Bela, que era a denominação antiga da Rua General Portinho.

¹⁹⁸ Assinale-se que a Avenida Borges de Medeiros só foi aberta em meados do século passado.

Estes são exemplos de improvisações ou de imposições que aconteceram nos primeiros cinquenta anos da povoação e demonstram, em nosso entender, que o crescimento da povoação seguiu um processo natural de expansão e que, pelas suas características, não seguiram qualquer tipo de planejamento prévio.



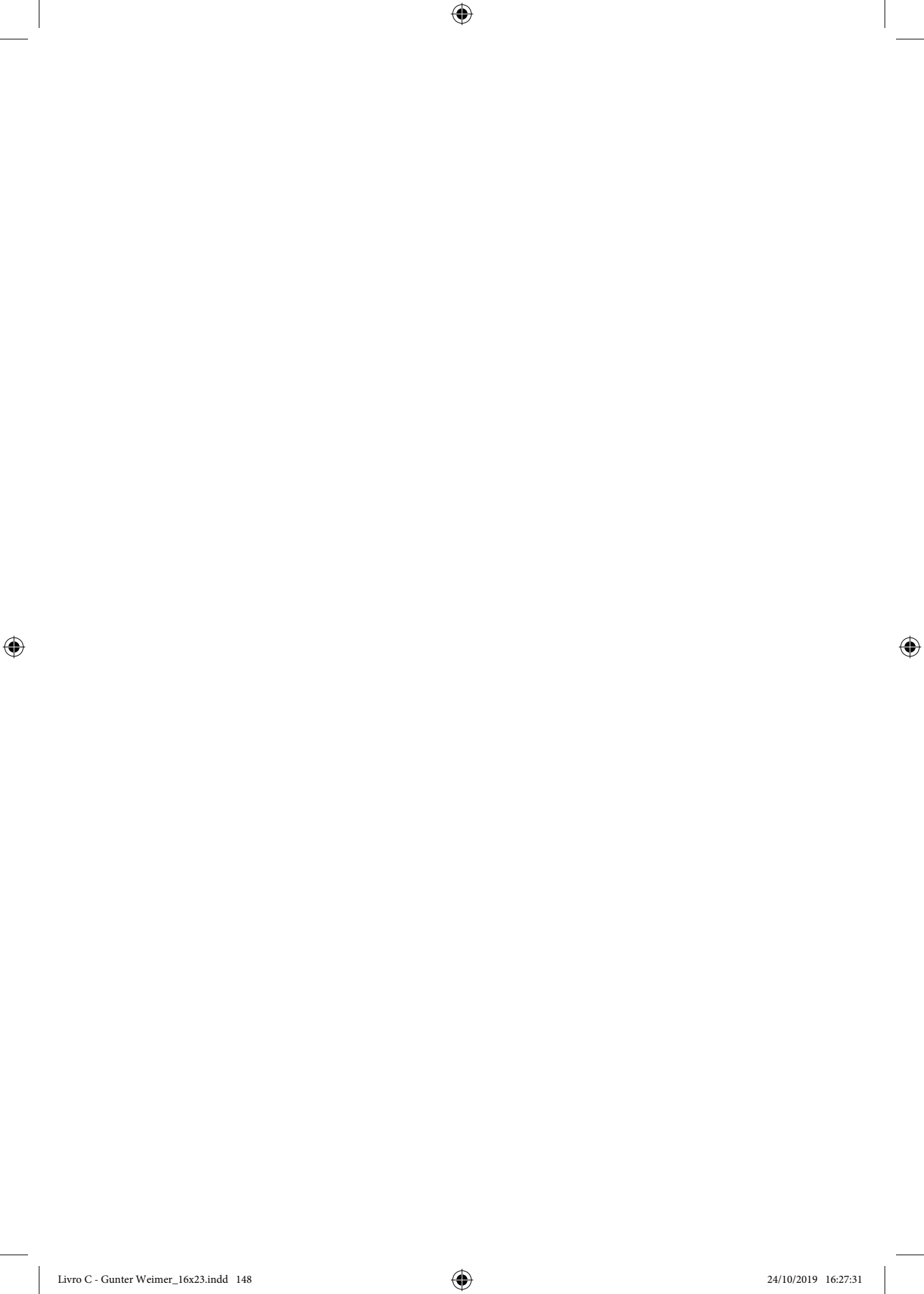


REFERÊNCIAS

- ANDRADA, Gomes Freire (ver BOBADELA, Conde de).
- ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 1.044-5, 3º vol.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, vol. 5.
- ARMAS, Duarte de. *O livro das fortalezas*. Lisboa: INAPA, 1997.
- BALÉM, João Maria. *A Catedral de Porto Alegre*. Porto Alegre: Filhas de São Paulo, 1956.
- BALÉM, João Maria. *A Paróquia de S. José de Taquari*. Porto Alegre: A Nação, 1952.
- BALÉM, João Maria. *A primeira paróquia de Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940)*. Porto Alegre: Centro, 1941.
- BAREA, José. *História da Igreja do N. S. do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973 e 1976, 2 vols.
- BETTAMIO, S. F. *Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul*. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, códice F, vol. 11.
- BOBADELA, Conde de. Ofício. In: *Revista do IHGRS*, 2º trimestre de 1938.
- CANSTATT, Oskar. *Brasil, terra e gente*. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

- CASTANHO, Mara Regina; NUNES, Mara Regina. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. In: FLORES, Moacyr (org.). *Cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: EST, 1980.
- CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros, 1978. (A 1ª ed. é de 1822).
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1989, vols. 1 e 2.
- DIXON, James. *Transatlantic rambles*. London: Bell & Brooke, 1851.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Americana, 1827.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. Rio de Janeiro, 1987, vol. 18.
- FERREIRA, Atos Damasceno. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 45.
- FLORES, Moacyr. *Cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: EST, 1980.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1996.
- FLORES, Moacyr et al. *Torres da Província*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2004.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre ano a ano*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2012.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre, guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ PMPA, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1961, 2 vols.
- HIRT, Ferdinand. *Geographische Bildertafeln*. Breslau: Ferdinand Hirt, 1887, 3º vol.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1949.
- JOBIM, Gilda Maria Franco; CABRAL, Cláudia Pianta Costa. *A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre: elementos para sua história*. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 1992 (monografia).
- KERST, Samuel G. Die Brasilianische Provinz Rio Grande do Sul. In: *Neues Magazin der neuesten Reisebeschreibungen*. Berlin: Band 47, 1832.
- LEMOES, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. (Coleção Brasileira, 343).
- LOPES, Ney. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LUCCOCK, John. *Notícias sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos neste país, de 1808 a 1818*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

- MAZERON, Gaston Hasslocher. *Notas para a história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- NEIS, Ruben. Jerônimo de Ornelas, Porto Alegre-Triunfo. In: *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, p. 11 e 15, nov. 1969.
- NOAL, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anatterra, 2004, vol. 1.
- PAPEN, C. J. *A Igreja de Nossa Senhora das Dores*. Porto Alegre: Paróquia, 1979.
- PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906.
- REVISTA DO IHGRS, II trimestre de 1938.
- RIBEIRO, Ana. Los tiempos de Artigas. In: *El País*, Montevideo, 1999, p.76-7, 4º vol.
- RIBEIRO, Ana. Porto Alegre em 1815. In: *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, p. 3, 31. mar. 1973.
- ROCHE, Jean. *L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: URGs – Faculdade de Filosofia, 1961.
- ROSCIO, Francisco João. Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande até o Distrito do Governo de Santa Catarina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 105/8, 194, p. 58/9.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1974.
- SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. *Rio Grande do Sul, imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins, 1976.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 24c.
- TAUNAI, Afonso de. *Velho São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954, vol. I.
- VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura civil*. São Paulo: FAU-USP, 1975, p. 1-94.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa Oficial, 1921, 3 vols.
- WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.
- WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Sagra, 1991.
- WEIMER, Günter. Porto Alegre: origem do traçado. In: *Porto & Vírgula* 31, Porto Alegre, p. 26-9. maio 1997, PMPA/SMC, ano V.
- WENDROTH, Herrmann Rudolf. *O Rio Grande do Sul em 1852*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, s.d. (Álbum de reproduções de aquarelas e aquafortes).
- ZERO HORA. Porto Alegre, 1 ago. 2008, p. 62. Foto de Virgílio Calegari.





CRÉDITOS DAS IMAGENS¹⁹⁹

Capa – Detalhe de pintura sem indicação de autoria publicada na contracapa de FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre ano a ano*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2012, p. 203.

Fig. 1 – Projeto de José Custódio de Sá e Faria. In: WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: L. Arquiteto, 2004, p. 107.

Fig. 2 – Projeto de José Custódio de Sá e Faria. In: WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: L. Arquiteto, 2004, p. 118.

Fig. 3 – Foto antiga de origem desconhecida.

Fig. 4 – Mapa do ATLAS UNIVERSAL. São Paulo: Melhoramentos, 1980, p. 41. Com complementação do autor.

Fig. 5 – HIRST, Ferdinand. *Geographische Tafeln*. Breslau: Ed. do Autor, 1887, 3ª parte, 3º vol., tabela 178.

Fig. 6 – HIRST, Ferdinand. *Geographische Tafeln*. Breslau: Ed. do Autor, 1887, 3ª parte, 3º vol., tabela 178.

Fig. 7 – CARRICONDE, C. C. *Porto Alegre em Revista*. Porto Alegre, s.e., 1926, p. 19.

Fig. 8 – Pintura antiga sem indicação de autoria. Acervo do IHGRGS.

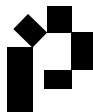
¹⁹⁹ Imagens que serviram de base para nossos desenhos.

- Fig.s 9 – Foto do autor.
- Fig. 10 – Foto do autor.
- Fig. 11 – Foto antiga do acervo do IHGRGS.
- Fig. 12 – Foto do autor.
- Fig. 13 – Foto antiga do acervo do IHGRGS.
- Fig 14 – FERREIRA, Atos Damasceno. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 45.
- Fig. 15 – Foto do autor.
- Fig. 16 – Esquema do autor.
- Fig. 17 – Esquema do autor.
- Fig. 18 – RIBEIRO, Ana. Los tiempos de Artigas. In: *El País*, Montevideo, 1999, p. 76-7, 4º vol.
- Fig. 19 – Montagem do autor a partir de projeto de José Custódio de Sá e Faria.
- Fig. 20 – Detalhe de antigo postal, sem autoria.
- Fig. 21 – SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 24c.
- Fig. 22 – PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1909, p. 66.
- Fig. 23 – Aquarela de Rudolf Wendroth.
- Fig. 24 – Aquarela de Rudolf Wendroth.
- Fig. 25 – Gravura de autoria desconhecida.
- Fig. 26 – Aquarela de Rudolf Wendroth.
- Fig. 27 – BALÉM, João Maria. *A primeira paróquia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Centro, 1941, p. 71.
- Fig. 28 – Idem, ibidem, p. 145.
- Fig. 29 – Gravura antiga de autoria desconhecida.
- Fig. 30 – BAREA, José. *História da Igreja do N. S. do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 100.
- Fig. 31 – Recuperação de foto antiga sem indicação de autoria.
- Fig. 32 – Montagem do autor a partir de fotos antigas e de gravura em ALEGRE, Augusto Porto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906, p. 138a.
- Fig. 33 – ARMAS, Duarte de. *Livro das fortificações*. Lisboa: ANAPA, prancha 1.
- Fig. 34 – Foto do autor.
- Fig. 35 – Aquarela equivocadamente intitulada “Curitiba”, atribuída a Debret.
- Fig. 36 – Montagem do autor.
- Fig. 37 – Montagem do autor.
- Fig. 38 – Aquarela de Debret.
- Fig. 39 – Imagem de autoria desconhecida.
- Fig. 40 – Parte de projeto de Heydtmann, original do acervo do IHGRS.

Fig. 41 – Microfilme do acervo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Fig. 42 – Foto de Virgílio Calegari. *In: Zero Hora*, Porto Alegre, 1 ago. 2008, p. 62.

IMPRESSÃO:



PALLOTTI
GRÁFICA

Santa Maria - RS | Fone: (55) 3220.4500
www.graficapallotti.com.br